

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fábio Santos de Andrade

**Cotidiano, trajetórias e políticas públicas:
crianças e adolescentes em situação de rua em Vitória da
Conquista, Bahia (1997-2007)**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2008

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fábio Santos de Andrade

**Cotidiano, trajetórias e políticas públicas:
crianças e adolescentes em situação de rua em Vitória da
Conquista, Bahia (1997-2007)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais (área de concentração: Sociologia), sob a orientação da Professora Doutora Ana Amélia da Silva.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora:

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado nos remete para caminhos, trilhas e atalhos importantes, num tecido de apoios e amizades fundamentais, sem os quais as tarefas árduas da pesquisa e da escrita não se viabilizariam.

Agradeço inicialmente aos meus familiares cujo apoio, carinho e afeto foram cruciais nesta caminhada. A Elisângela, companheira de todas as horas que me acompanhou nesta trajetória e cujo apoio irrestrito, afeto e suporte emocional respondem por muito do que aqui foi alcançado. Aos nossos familiares pela torcida e apoio incondicional.

Um agradecimento especial aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, pelo acompanhamento e compreensão durante a jornada do mestrado. À minha orientadora, professora Ana Amélia da Silva, cujo rigor nas leituras dos capítulos e sugestões ao longo desses dois anos, instigaram novas reflexões. Às professoras Leila da Silva Blass e Silvana Maria Correa Tótor, pelas observações durante o exame de qualificação. Devo um agradecimento especial à professora Leila Blass pela atenção e carinho durante a elaboração da dissertação, para além de sua participação na banca de qualificação e na disciplina ministrada.

Agradeço ainda à professora Ethel Voltzon Kosminsky, da UNESP de Marília, todo apoio durante a elaboração do projeto de mestrado.

Ao professor e amigo João Diógenes Ferreira dos Santos, da UESB, em Vitória da Conquista, agradeço a prontidão em me ouvir e aconselhar.

Aos técnicos, agentes sociais e coordenadores dos vários projetos e programas sociais dirigidos às crianças e adolescentes em situação de risco, de Vitória da Conquista, que se dispuseram a conceder entrevistas, muitas delas subtraídas às suas inúmeras tarefas: Programa Conquista Criança, Programa Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Projeto Juventude Cidadã, Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Os agradecimentos são extensivos aos técnicos do Arquivo Público Municipal e Museu Regional de Vitória da Conquista.

Agradeço, também aos “educadores de rua”, companheiros de lutas em busca de maior justiça social para as crianças e adolescentes que vivem nas ruas da cidade.

Um agradecimento todo especial ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação FORD (*International Fellowship Program – IPF*), pelos recursos financeiros e suporte que permitiram os estudos e a pesquisa realizada. À toda a equipe da Coordenação do *Programa Bolsa*, da Fundação Carlos Chagas, que administra a bolsa, e que esteve presente em todo o processo.

Finalmente, e mais importante, a todos adolescentes que vivem nas ruas de Vitória da Conquista, e que se dispuseram a contar suas histórias, trajetórias e vivências num universo de desigualdades, onde a perspectiva de sua “descartabilidade” se torna tão presente, e por isso mesmo, mobiliza o estudo e a formulação urgente de políticas públicas que garantam a dignidade de suas vidas como sujeitos de direitos.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar o cotidiano e as trajetórias de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como as políticas públicas municipais em Vitória da Conquista (Bahia). A pesquisa centrou-se no período de 1997 a 2007, que corresponde a dois mandatos do governo municipal e, um terceiro, em curso, todos sob o comando do PT – Partido dos Trabalhadores. Voltou-se para análise de programas e projetos dirigidos à população infanto-juvenil do município, destacando-se a *Unidade de Educação de Rua*, levando-se em conta alguns marcos históricos do país. Verificou-se que, mesmo com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, desde os anos 1990, alguns dos programas e projetos implementados em Vitória da Conquista, embora objetos de premiações importantes, disputam significado com outros, desativados ou inoperantes. Isto leva à reflexão sobre as perspectivas focalizadas ou compensatórias, assim como aos conflitos de competências entre esferas governamentais. A análise procurou destacar uma tendência acirrada em tempos de política econômica orientada pela ideologia neoliberal, de que resultam políticas públicas e programas sociais voltados, principalmente, para a “administração da pobreza”.

Palavras-chave: 1. Crianças e adolescentes em situação de rua; 2. Pobreza; 3. Estratégias de sobrevivência; 4. Políticas públicas; 5. Violência; 6. Vitória da Conquista (BA).

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the every day life and the trajectories of children and youth in the street situation, as well as the municipal public politics in Vitória da Conquista (Bahia). This research focused on the period between 1997 to 2007, that covers two mandates of the municipal govern and, a third one, in course, all under the command of the PT – Partido dos Trabalhadores. It intended to analyze the programs and projects driven to the young population of the city, standing out the *Street Education Unit*, considering some outstanding historical facts in the country. It was verified that, besides the implement of the *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*, since 90's, some of the programs and projects implemented in Vitória da Conquista, although objects of important awards, dispute significance with others, deactivated or useless. This led to the reflection about the focused or compensatory perspectives, as well as about the conflicts of competences between governmental spheres. The analysis aimed to detach a tendency, toughen up in ages of economic politics driven by the neoliberal ideology, from which public politics and social programs are mainly directed to the results of the “administration of poorness”.

Keywords: 1. Children and Youth in street situation; 2. Poorness; 3. Strategies of survival; 4. Public politics; 5. Violence; 6. Vitória da Conquista (BA).

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| AABB | Associação Atlética Banco do Brasil |
| ASSEV | Associação de Educação para a Vida |
| ABESC | Associação Beneficente Santa Cruz |
| ACIDE | Associação Conquistense de Integração do Deficiente |
| APAE | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais |
| BCC | Programa Brasil Criança Cidadã |
| CACA | Coordenação de Assistência à Criança e ao Adolescente |
| CDL | Câmara de Dirigentes Lojistas |
| CEASA | Central de Abastecimento de Alimentos |
| CECA | Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CIEE | Centro de Integração Empresa Escola |
| CMDCA / COMDICA | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CONANDA | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CREAME | Centro de Recuperação e Amparo ao Menor |
| CSU | Centro Social Urbano |
| EAM | Escola de Aproveitamento de Menores |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| FAINOR | Faculdade Independente do Nordeste |
| FAMEC | Fundação Educacional de Vitória da Conquista |
| FEBEM | Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor |
| FTC | Faculdade de Tecnologia e Ciências |
| FUNABEM | Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor |
| Fundo DCA | Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| Fórum DCA | Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente |
| FUNDAC | Fundação Estadual da Criança e do Adolescente |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| JTS | Juvêncio Terra Superior |
| MPAS | Ministério da Previdência Social |

| | |
|--------|--|
| OG | Organização Governamental |
| ONG | Organização Não-governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PMVC | Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista |
| PNBM | Política Nacional do Bem-Estar do Menor |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PROAC | Projeto de Assistência à Criança |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SAM | Serviço de Assistência a Menores |
| SEAS | Secretaria de Estado da Assistência Social |
| SEMDES | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SETRAS | Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte |
| SMED | Secretaria Municipal de Educação |
| SMS | Secretaria Municipal de Saúde |
| SUAS | Sistema Único da Assistência Social |
| UER | Unidade de Educação de Rua |
| UESB | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------|-----------|
| Introdução..... | 12 |
|------------------------|-----------|

Capítulo I

| | |
|--|-----------|
| Alguns elementos teóricos e perspectivas interpretativas sobre crianças e adolescentes em situação de rua. | 29 |
|--|-----------|

| | |
|---|----|
| 1.1. Caminhos da desqualificação do trabalhador assalariado brasileiro e a sobrevivência no espaço público urbano. | 33 |
| 1.2. Da situação de pobreza e da “responsabilidade social capitalista”. | 39 |
| 1.3. O discurso brasileiro sobre cidadania e as novas políticas sociais. | 41 |
| 1.4. Crianças e adolescentes em situação de rua: a viração nos espaços urbanos. | 45 |
| 1.5. Um panorama das origens de crianças e adolescentes em situação de rua. | 51 |
| 1.6. Um panorama sobre as legislações concernentes à criança e ao adolescente. | 56 |

Capítulo II

| | |
|---|-----------|
| A criança e o adolescente em situação de rua: uma análise do município de Vitória da Conquista (Bahia). | 64 |
|---|-----------|

| | |
|---|----|
| 2.1. A formação história do município. | 64 |
| 2.2. Vitória da Conquista: crescimento demográfico e ampliação da pobreza. | 68 |
| 2.3. A política de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua na administração do Partido dos Trabalhadores – PT (1997 e 2007). | 77 |

Capítulo III

| | |
|--|-----------|
| A sociabilidade da rua: trajetórias, sobrevivência e percepções. | 91 |
|--|-----------|

| | |
|---|-----|
| 3.1. Cotidiano e trajetórias das crianças e adolescentes em situação de rua. | 97 |
| 3.2. Percepções e expectativas. | 130 |

Capítulo IV

| | |
|---|-----|
| Políticas públicas, programas e projetos para a população infanto-juvenil em Vitória da Conquista. | 133 |
| 4.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. | 135 |
| 4.2. O Programa Conquista Criança. | 143 |
| 4.3. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. | 147 |
| 4.4. O Programa Agente Jovem. | 152 |
| 4.5. O Projeto Juventude Cidadã. | 156 |
| 4.6. A Coordenação de Assistência à Criança e ao Adolescente. | 160 |
| Considerações Finais. | 164 |
| Referências Bibliográficas. | 170 |

INTRODUÇÃO

Durante a história do Brasil Republicano, crianças e adolescentes pobres sempre foram envolvidos em uma carga de preconceitos que os caracterizava como seres inferiores, dignos de piedade e vítimas das violências¹ por parte da sociedade. Durante a vigência do Código de Menores², tornaram-se responsabilidade do Estado que os incluía numa *Doutrina de Situação Irregular*. Esse Código caracterizou-se como uma das primeiras tentativas do Estado para sanar a problemática que envolvia crianças e adolescentes, denominados durante este período como “menores”.

Desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-estar do Menor, correspondente à reformulação do Código de Menores de 1979, decorreram mais de sessenta anos, em que foi empregada a prática de internação de crianças e adolescentes, independentemente do regime político democrático, ou autoritário, respectivamente, educação para integração social, ou correção de comportamento.

Cabe ainda ressaltar que, desde a chegada dos portugueses ao Brasil no século XVI³, os dirigentes brasileiros vêm enfrentando problemas envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco. No entanto, a expansão das ações governamentais

¹ Segundo Meserani (2001: 15), “Violar significa transgredir, desrespeitar, não cumprir uma norma ética ou as leis da natureza”. Neste trabalho, opta-se também pela definição de Michaud (1989: 10), que afirma que “Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, sejam em integridade física, em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas ou culturais”.

² O Código de Menores foi elaborado pelo jurista Mello Mattos em 1925 e aprovado sob a Lei nº. 17.343/A, em 12 de outubro de 1927. Este Código foi reformulado em outubro de 1979 pela Lei nº. 6.697.

³ Veja-se o trabalho de Leite (2001).

através de políticas públicas só ocorreu durante as duas ditaduras: o Estado Novo, de 1933 a 1945, e os Governos Militares, 1964 a 1984. Antes desses períodos, porém, o governo já havia tomado algumas medidas, na tentativa de “proteger” e “punir” os “menores”.

Somente com a Constituição Federal de 1988 é que foram inseridos, no Brasil, os *Direitos Internacionais da Criança*, proclamados pela ONU desde 1950. Ademais, foi com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴ que o Estado assumiu sua responsabilidade sobre o atendimento integral às crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de direitos, deveres e saberes. Extinguiu-se o termo “menor” e passou a vigorar a expressão “crianças e adolescentes em situação de risco”⁵, como nos afirma Gregori, em seu estudo sobre a experiência de meninos nas ruas:

[...] Aboliram-se, como se sabe, o conceito de menor e o conteúdo estigmatizante que o caracterizava. Foi criada a expressão “criança e adolescente em situação de risco”, estabelecendo uma distinção mais nítida do segmento carente em relação ao que comete infrações e àquele que é composto pelos meninos de rua. A palavra *risco*, neste caso, não tem uma conotação moral direta. Seu sentido parece indicar uma situação de vulnerabilidade e um perigo de vida (GREGORI, 2000: 65).

⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8069), foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e sancionado, sem votos, pelo presidente Fernando Collor de Mello em julho de 1990.

⁵ Será entendido, nesse trabalho, situação de risco como a possibilidade de ocorrências danosas, no plano físico, mental ou social, àqueles sujeitos, que, vivendo as condições próprias da imaturidade, necessitam de medidas de proteção e defesa especiais, garantidas pela Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). O termo situação de risco refere-se, principalmente, às crianças e adolescentes oriundos das classes subalternas. Segundo Santos (2007: 12), estas “são mais vulneráveis à violência, por não terem acesso aos bens materiais e culturais e nem às garantias dos direitos, estabelecidos legalmente”. Neste sentido, apresentam-se aqui, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as principais situações de risco: ‘abandono da família, abuso, negligência e maus tratos nas famílias e nas instituições; trabalho abusivo e explorador, dependência de substâncias químicas e álcool, violência e exploração sexual, conflito com a lei, em razão de cometimentos de atos infracionais, entre outras’. No entanto, Ramos (1999: 82), ressalta que o termo “situação de risco” abrange “crianças e jovens de todas as classes sociais, violentadas no seio da família, adolescentes expostos a ambientes prejudiciais, crianças cujo desenvolvimento está comprometido pelas próprias pessoas e instituições que deveriam protegê-las”.

Mesmo com a vigência do Estatuto e com a mudança das denominações, muitas crianças e adolescentes convivem ainda hoje com a privação de seus direitos básicos, o que, muitas vezes, obriga-os a abandonar as atividades educativas pertinentes à sua faixa etária e a encarar a condição de adulto, responsável pela sobrevivência pessoal e/ou familiar. Assim, o número crescente de crianças e adolescentes em situação de rua pode ser percebido facilmente nas Praças, Avenidas, supermercados, restaurantes, em suma, por toda parte. Esse aumento é, na maioria dos casos, o reflexo do desemprego crescente em nosso país que atinge, sobretudo, a população de baixa renda. Inseridos nesta discussão estão os princípios neoliberais que, orientando a política econômica brasileira, sobretudo a partir do governo de Fernando Collor (1990-1992)⁶, contribuíram para o aumento da pobreza⁷ do povo brasileiro, aprofundando a desigualdade. Neste período, tornou-se visível o desemprego estrutural, a negação de direitos e o aumento da violência. O país passou a viver o que Francisco de Oliveira chama de “era de indeterminação”⁸.

Segundo Santos (2007:19), tendo como base as reflexões de Francisco de Oliveira, a negação dos direitos da população infanto-juvenil na cidade de Vitória da Conquista (Bahia), se revela na medida em que “as diretrizes do receituário neoliberal, [...] adotadas no país na década de 90, se acirraram a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, configurando o ‘desmonte das anteriores invenções’”.

⁶ O governo de Fernando Collor durou apenas dois anos, devido ao seu *impeachment*. Mesmo com seu afastamento, os ideais do neoliberalismo, intensificados neste governo, tomariam corpo nas gestões seguintes. Segundo Francisco de Oliveira (2003b: 201), foi o governo de Fernando Henrique Cardoso que aprofundou, “num grau insuspeitado, o desmanche iniciado”.

⁷ Segundo Melo (2005: 07), “Nos últimos anos houve uma evolução das concepções de pobreza para além da carência de renda, na direção de conceitos mais abrangentes tais como: desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade. A desigualdade proveniente da estrutura econômica continua sendo a primeira razão da pobreza”.

⁸ A expressão “era de indeterminação” é utilizada por Francisco de Oliveira e pode ser melhor aprofundada em seu artigo “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento” (Cf. 2003b).

A política social do neoliberalismo confina a massa trabalhadora e os desempregados nos serviços sociais públicos decadentes e obriga parte da classe trabalhadora a enviar seus filhos desde cedo ao mercado informal de trabalho. Gaudêncio Frigotto (1995:15), em artigo que analisa as relações entre trabalho e educação, afirma que “Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo, o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas”.

Neste contexto, a rua configura-se como um local que possibilita a sobrevivência de muitas crianças e adolescentes chamados de “menores de rua” ou “meninos de rua”⁹. No entanto, neste trabalho, utilizaremos o termo crianças e adolescentes em situação de rua¹⁰, respeitando as características peculiares a cada faixa etária e, sobretudo, ao Estatuto da Criança e do Adolescente¹¹.

Talvez não seja demais enfatizar que as crianças e adolescentes em situação de rua não estão reduzidos ao contingente dos que apenas dormem na rua, mas sim, a milhares que estão distribuídos pelos espaços públicos, ocupando-os de diversas maneiras e

⁹ A expressão “meninos de rua” foi criada na década de 1970, “[...] para designar crianças e adolescentes dos estratos pobres que passam parte considerável de suas vidas sobrevivendo nas ruas das grandes cidades brasileiras. Com essa expressão, foi identificado e nomeado um segmento social que, mais do que a mera familiaridade ou o convívio esporádico com a rua, faz dela o lugar que ordena seu cotidiano, suas relações e sua identidade. Assim, a rua passa a ser o ambiente que substitui o espaço doméstico, e as relações com transeuntes, comerciantes, policiais, assistentes sociais, educadores, religiosos etc. passam ocupar a posição de familiares, vizinhos, amigos” (GREGORI, 2000: 15). Sabe-se que o termo “meninos e meninas de rua” é pejorativo e carregado de preconceitos por assimilar-se ao termo “menor”. O termo também denota pertença à rua, e durante o período de vigência do Código de Menores, todos os que estavam em situação de rua eram considerados abandonados ou desvalidos (assim também considerados “de rua”) e deveriam ser assumidos pelo Estado como “Filhos do Governo”. Sobre esse tema, veja-se Kosminsky (1993); Silva (1998).

¹⁰ A utilização do termo “situação de rua” diferencia-se de “meninos de rua” ou “menores de rua”, por considerar-se a permanência das crianças e adolescentes na rua como uma condição temporária, e não definitiva.

¹¹ Conforme o Estatuto de Criança e do Adolescente (Art. 2º. e Parágrafo único), “Considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Em casos expressos em lei, o Estatuto será aplicado, excepcionalmente, “às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.

desenvolvendo atividades variadas, retornando ou não para suas casas ao término das atividades. São diversos os fatores que levam as crianças e adolescentes a estarem nas ruas, a desligarem-se de suas famílias e a não freqüentarem a escola. No entanto, a má distribuição de renda existente em nosso país destaca-se como o principal gerador da situação de pobreza.

Partindo-se dessas reflexões sobre o cotidiano dessas crianças e adolescentes em situação de rua, é possível afirmar que elas se agrupam em duas categorias: as que mantêm vínculo com a família e que vão à rua desenvolver várias atividades, a fim de contribuir com a renda familiar, e as que perderam os vínculos familiares, tomando a rua como moradia. Observa-se que esses grupos desenvolvem diversas atividades (trabalham, mendigam, roubam, são explorados sexualmente, vendem e usam drogas). Para estes, a rua é um lugar de dinâmicas variadas, que oscilam entre o legal e o ilegal. Para muitos, a rua passa a substituir a própria família, impondo, em seu cotidiano, novos códigos e regras. Desse modo, a sobrevivência dessas crianças e adolescentes, e, muitas vezes, a de seus familiares, está diretamente ligada às estratégias para obterem ganhos e driblarem problemas graves em suas existências.

Apesar de os problemas que envolvem os jovens em situação de rua serem latentes, cabe ainda notar que, somente após a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas cidades começaram a pensar em políticas públicas que viabilizassem a garantia dos direitos daqueles que se encontram em situação de rua, vítimas inquestionáveis do sistema imposto por governos anteriores e da ideologia neoliberal, pautada numa política de exclusão. Com isso, alguns municípios começaram a desenvolver políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de tais crianças e adolescentes.

Entre estes municípios está Vitória da Conquista. Situado na micro-região do Planalto da Conquista (Sudoeste do Estado), configura-se como um dos principais municípios do interior da Bahia e tem população de 262.494 habitantes (IBGE, 2000). É um município de porte médio do Nordeste brasileiro, beneficiado por um grande entroncamento rodoviário, composto por três rodovias estaduais (BA 263, BA 407 e BA 415) e por uma federal (BR 116). Polariza uma região com cerca de 80 municípios. Seus indicadores apontam um IDH de 0,708 (PNUD, 2000), o PIB de R\$ 1.036.178.000,00 (IBGE, 2004), e uma renda per capita de R\$ 3.678,51 (IBGE 2004).

É preciso evidenciar que, somente a partir de 1997, ano em que se iniciou a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT)¹², é que Vitória da Conquista passou a viver uma fase ímpar no que se refere ao atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social. Intensificaram-se os trabalhos realizados pelos órgãos de garantia de direitos das crianças e adolescentes, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, a Vara da Infância e da Juventude, e criou-se a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente¹³, com o objetivo de articular as diversas instituições governamentais e não-governamentais de ação educativa complementar, existentes no município. Os resultados destas políticas e programas possibilitaram que o município de Vitória da Conquista recebesse, em 1999 e 2003, o *Prêmio Prefeito Criança*, concedido pela Fundação Abrinq e que, a partir do ano de 2000,

¹² O município de Vitória da Conquista já está na terceira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). A primeira gestão inicia-se com a eleição do prefeito Guilherme Menezes de Andrade, para o mandato de 1997-2000; o mesmo prefeito é reeleito para o segundo mandato (2001-2004), e renuncia para se candidatar ao cargo de Deputado Federal. O vice-prefeito, José Raimundo Fontes, assume a prefeitura e é eleito para a terceira gestão (2005-2008).

¹³ Segundo Rizzini (2006: 112), o conceito de *Rede* vem sendo construído no Brasil “[...] baseado nas experiências dos grupos sociais que se organizam para melhor atender às necessidades da vida social, cultural, material e efetiva. As redes são formações dinâmicas e flexíveis, com continuada renovação dos participantes, o que requer certos cuidados para a sua continuidade. Ela abrange espaços geográficos, políticos e sociais específicos que, contudo, tendem a ter mobilidade, na medida em que as redes devem estar atentas ao movimento dos grupos e das organizações sociais”.

fossem implantados os projetos federais: *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* (PETI)¹⁴, *Projeto Sentinela*¹⁵, este atendendo às crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, *Programa Agente Jovem*¹⁶ e *Programa Juventude Cidadã*¹⁷. Como projeto municipal, destaca-se o *Programa Conquista Criança*¹⁸, que tem funcionado no município de Vitória da Conquista desde 1997, atendendo em suas unidades centenas de crianças e adolescentes em situação de risco.

Dentre as unidades que compunham o *Programa Conquista Criança*, destacamos a *Unidade de Educação de Rua*, por destinar-se a atender crianças e adolescentes em situação de rua, principal categoria de estudo deste trabalho. Conhecida como *Educação de Rua*, foi criada com base em uma metodologia que se adequasse às peculiaridades da região, visando a despertar o desejo da criança e do adolescente, em situação de rua, para um processo de “educação para a cidadania”, processo que se desenvolvia nos espaços públicos frequentados pelos mesmos. Destaca-se aí a figura do educador social como o principal meio de se compreender e acompanhar o cotidiano do público atendido.

¹⁴ O PETI é um programa federal de transferência de renda para famílias de crianças e adolescentes na faixa etária dos 07 aos 15 anos, envolvidos no trabalho precoce, em especial em atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. A implantação do PETI no Brasil teve início no ano de 1996, com o projeto piloto executado nas carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul. Em 1997, a Secretaria de Assistência Social estendeu este projeto em âmbito nacional. Em Vitória da Conquista, o PETI foi implantado através do Convênio 392/00 de 26 de junho de 2000. Inicialmente, atendia a 204 crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos residentes no município que se encontravam em situação de exploração do seu trabalho. O PETI será mais bem detalhado no Capítulo IV.

¹⁵ O Programa Sentinela é uma ação do governo federal de combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Foi criado durante a segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), sob a coordenação da então Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), do Ministério da Previdência e Ação Social (MPAS). Este Programa foi instalado no município de Vitória da Conquista em novembro de 2001, mediante uma parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e Esporte (SETRAS) (Cf. SANTOS, 2007).

¹⁶ O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é uma ação federal de assistência social destinada a atender jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social, preferencialmente, os egressos de outros programas sociais. Este projeto será mais bem detalhado no Capítulo IV.

¹⁷ O Projeto Juventude Cidadã foi criado pelo governo federal e inserido na política do primeiro emprego, objetivando a formação profissional dos jovens, com idades entre 16 e 24 anos. Este projeto será mais bem detalhado no Capítulo IV.

¹⁸ O Programa Conquista Criança e a Unidade de Educação de Rua serão tratados com mais detalhes nos capítulos seguintes.

Foi neste Programa que nos inserimos em 1999, para um trabalho junto à população infanto-juvenil. Por compor o quadro de educadores sociais, deparávamos-nos cotidianamente com um número cada vez maior de crianças e adolescentes em situação de rua. O que mais nos surpreendia era o fato de que a maioria destes já havia freqüentado instituições de ação educativa complementar e/ou escola, não se adaptando às normas, o que era simplesmente caracterizado como evasão. Devido a essa realidade, questionávamos-nos sobre as possibilidades de desenvolvimento de ações que realmente possibilitassem a saída desses sujeitos da rua, e a construção de uma nova história de vida fundamentada nos direitos estabelecidos pelo ECA.

Partindo deste questionamento, é que surgiu nosso interesse em pesquisar o cotidiano, as trajetórias e as políticas públicas referentes às crianças e adolescentes em situação de rua em Vitória da Conquista, durante o período correspondente às três gestões do Partido dos Trabalhadores, na tentativa de compreender sua realidade social e propiciar os fundamentos para a implantação de novos programas e projetos.

Para o desenvolvimento da pesquisa e construção da dissertação, mobilizou-se o conceito de *sociabilidade*, entendido enquanto relações sociais que as crianças e os adolescentes desenvolvem entre si e com os adultos, formando grupos e traçando estratégias que possibilitem sua sobrevivência frente às barreiras impostas pelo cotidiano da rua, possibilitando, ainda, o enfrentamento das dificuldades e a sobrevivência individual, grupal e/ou familiar.

Cabe ainda mencionar que a análise da sociologia da vida cotidiana torna-se fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Assim, partindo de orientações de José Machado Pais, pôde-se traçar um percurso para o desenvolvimento desta pesquisa.

Conforme este autor (2003b: 29), a vida cotidiana segue um caminho marcado por rotinas e rupturas e é por esse caminho que “passeia” a sociologia do cotidiano “[...] passando um pente fino, procurando os significados mais do que significativos, juntando-os como quem junta pequenas peças de sentido num sentido mais amplo”. Ainda, segundo o autor, são essas rotas da vida cotidiana que denunciam os “múltiplos meandros da vida social”. Trilhar esse caminho faz com que o pesquisador perceba que a lógica da sociologia do cotidiano reside no “ato de descobrir”.

O grande desafio da sociologia do cotidiano, segundo Pais (2003b: 31), é o de “revelar a vida social” embrenhada na rotina diária, que, muitas vezes, parece camuflar fatos importantes. Nesta trilha, é necessário investigar este cotidiano e desvendá-lo. Quanto ao método que orienta a sociologia do cotidiano, conforme Pais (*Idem*: 33):

[...] o método que nos deve orientar é [...] o de trotar a realidade, passear por ela em deambulações vadias, indicando-a de forma bisbilhoteira, tentando ver o que nela se passa mesmo quando “nada se passa”. Neste sentido sociológico, como se advinha, importa fazer da sociologia do cotidiano uma viagem e não um porto.

Percorrer o caminho da sociologia do cotidiano é o mesmo que trilhar um caminho de descobertas. Cada contato com as fontes de pesquisa revela novos enigmas e caminhos. Assim, o pesquisador tem que saber como penetrar neste universo “para melhor poder sair dele e, acima de tudo, para melhor o compreender” (*Idem*: 63). O cotidiano apresenta-se como um campo privilegiado para a análise sociológica no momento em que revela seu funcionamento, suas transformações e seus conflitos.

As afirmações de Pais permitem compreender a sociologia do cotidiano como uma opção metodológica capaz de orientar essa pesquisa, tendo em vista de que se trata de uma imersão no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua. Portanto, os

caminhos metodológicos trilhados por esta pesquisa encontram-se distribuídos em duas etapas que se complementam. Durante a primeira, realizaram-se levantamentos bibliográficos e documentais, que proporcionaram o aprofundamento teórico sobre a questão das crianças e adolescentes em situação de rua, e sobre temáticas correlatas que influenciam diretamente o cotidiano dos mesmos. Pôde-se analisar importante bibliografia que trata de temáticas referentes à situação do trabalhador, da pobreza que afeta grande parte da população, e das estratégias de manutenção da vida e minimização da pobreza, que têm nos espaços públicos sua área de maior visibilidade.

No que se refere especificamente à bibliografia que aborda a questão de crianças e adolescentes em situação de rua, recorreremos às várias dissertações, teses, livros, dentre outros, que denunciam a situação socioeconômica em que se encontram. Nessas fontes, eles, são quase sempre destacados enquanto vítimas, ou violadores do sistema político-administrativo brasileiro, que tenta “gerar o bem-estar social”.

Entretanto, o objetivo da presente pesquisa ultrapassou o campo da denúncia, focando crianças e adolescentes em situação de rua, não apenas como indivíduos dotados de direitos e de deveres, mas, principalmente, de saberes que possibilitam sua sobrevivência cotidiana. Com isso, percebeu-se a necessidade de coletarmos, por meio de entrevistas com crianças e adolescentes em situação de rua, dados que revelassem sua verdadeira situação e problemas enfrentados a partir de sua experiência cotidiana. Percebeu-se, também, a necessidade de se compreender a rotina de alguns programas governamentais existentes em Vitória da Conquista e os motivos que os limitam no atendimento pleno dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua.

O caminho trilhado na primeira etapa da pesquisa possibilitou a delimitação das técnicas que seriam utilizadas durante a pesquisa de campo, objetivando facilitar a coleta de dados quantitativos e principalmente qualitativos (sendo estes últimos a fonte para a análise dos dados). Assim, tornou-se possível o aprofundamento no estudo do cotidiano da população infanto-juvenil vivendo na rua, no município de Vitória da Conquista.

Partindo desses resultados, iniciou-se a segunda etapa da pesquisa, onde, após a elaboração do roteiro de entrevistas, optou-se pela realização de um período de *observação participante*¹⁹ em duas áreas em que se concentram as crianças e adolescentes em situação de rua. A primeira, compreendendo a Avenida Siqueira Campos, a Praça Barão do Rio Branco e o Mercado Municipal do bairro Brasil, concentra um grande número de crianças, adolescentes e “trecheiros”²⁰, que dormem nas ruas e estão constantemente sob o efeito de drogas. A segunda área, compreendendo o terminal urbano da Avenida Lauro de Freitas, a Praça Nove de Novembro e a Praça da Bandeira, concentra as crianças e adolescentes que vão à rua apenas para trabalhar, retornando às suas casas à noite. A partir da *observação participante*, foram delimitados aqueles que seriam entrevistados. Optou-se pelo recurso metodológico de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com nove adolescentes, o que possibilitou a coleta de dados significativos para análise²¹.

¹⁹ Situação na qual a entrevista (ou discurso do ator) é aprofundada, graças ao envolvimento direto e prolongado do observador com a comunidade que estuda (CAMARGO, 1984: 10). Segundo Howard Becker (1999: 47), “O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização estudada. Ele observa as pessoas que está estudando, para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou”.

²⁰ Denominação dada aos moradores de rua que não têm residência fixa e circulam entre as cidades.

²¹ Na pesquisa exploratória evidenciaram-se as dificuldades de entrevistar crianças entre as idades de 8 a 12 anos, por motivos vários, entre eles, uma dispersão, o fato de que, irrequietas, não mobilizaram atenção às entrevistas e, também, desistem das mesmas rapidamente. Este o motivo pelo qual a amostra compreendeu apenas adolescentes de vários perfis e idades, descritos adiante.

No contato com os entrevistados, foram seguidas as orientações de Feffermann (2006: 104) que, ao analisar a realidade dos jovens envolvidos no tráfico de drogas na cidade de São Paulo, afirma:

O entrevistado é um protagonista que possui identidade, dinamismo e história. Seus atos são dotados de intenções e significações na relação dialética constante de sua realidade de vida. A entrevista permite uma maior interação entre sujeito e entrevistador, facultando o processo de coleta de informações.

Assim, para a conclusão da segunda etapa, foi crucial a experiência junto à *Unidade de Educação de Rua*, e as relações mantidas com as crianças e adolescentes, o que facilitou a penetração do pesquisador ao seu “mundo fechado”. Sem a experiência do trabalho nesta Unidade seria extremamente difícil penetrar no cotidiano dos jovens em situação de rua, tendo em vista sua capacidade de elaborar rápida e habilmente histórias fictícias que não condizem com sua realidade, mas que transportam o pesquisador a uma irrealidade sobre o que seja a “vida na rua”, comprometendo, assim, o resultado da pesquisa. A criação dessas ficções se deve ao fato de o pesquisador ser, na maioria das vezes, uma figura estranha, não digna de confiança aos olhos das crianças e adolescentes que estão nas ruas, em que, frequentemente, emergem estratégias de autodefesa que encorajam o silêncio quanto à realidade.

A pesquisa de campo desdobrou-se em duas fases. Na primeira, ocorrida durante o ano de 2006, realizou-se a pesquisa exploratória, onde foram identificados os acervos, delimitado o número daqueles que seriam entrevistados e mapeadas as áreas de concentração das crianças e adolescentes em situação de rua. Foram, também, mantidos os primeiros contatos com agentes governamentais do município que atuaram nos diversos programas.

Com base neste mapeamento, a segunda fase da pesquisa de campo dirigiu-se às entrevistas com adolescentes em situação de rua, realizadas durante o segundo semestre de 2007. Neste momento, lidou-se com a primeira dificuldade que foi a de realizar as entrevistas nos locais onde os adolescentes desenvolvem suas atividades, pois, além de ser quase impossível encontrar determinado grupo sem estar sob qualquer efeito de drogas, o que compromete a qualidade da entrevista, era difícil mantê-los concentrados por tempo suficiente para a conclusão das entrevistas. Para a realização das entrevistas, foi preciso aguardar a oportunidade certa, o que se deu, principalmente, no momento em que pernoitavam na *Unidade de Acolhimento Noturno*²².

A fim de obter os dados que contemplassem as duas categorias de crianças e adolescentes em situação de rua – os que mantêm vínculo com a família e que vão à rua desenvolver atividades, de modo a contribuir com a renda familiar, e os que perderam os vínculos familiares, tomando a rua como moradia, foram entrevistados 9 adolescentes do sexo masculino com idades entre 13 e 17 anos. Estes correspondiam à seguinte divisão: 3 estavam em situação efetiva de rua, mantendo contatos esporádicos com a família; 2 estavam na rua e pernoitavam alguns dias na *Unidade de Acolhimento Noturno*; e 2 revezavam a moradia entre casa e rua; 2 permaneciam em suas casas, indo diurnamente para a rua desenvolver atividades de trabalho²³. Dentre os entrevistados, apenas 2 não eram oriundos de Vitória da Conquista. No entanto, todas as famílias pesquisadas, incluindo as destes, residem nos bairros periféricos ou na zona rural. Todos os adolescentes já tiveram algum vínculo com a escola, sendo que somente 4 deles mantiveram uma frequência, ainda que bem precária, às aulas.

²² Unidade que compõe o *Programa Conquista Criança*.

²³ As entrevistas, tanto dos adolescentes quanto dos agentes governamentais (a serem detalhadas mais adiante), totalizaram 11 horas de gravação, cuja transcrição atingiu cerca de 130 laudas.

Cabe ressaltar que muitos jovens se recusaram a conceder entrevistas por não acreditarem que se tratava de pesquisa para um trabalho acadêmico. Situações semelhantes também foram vivenciadas por Santos e Feffermann. O primeiro afirma que “[...] Alguns adolescentes recusaram-se a fornecer seus relatos ao pesquisador, entendendo que se tratava de uma investigação, e não de uma pesquisa para um trabalho acadêmico” (SANTOS, 2007: 31). A segunda relata que, apesar de muito desconfiados, os jovens passavam aos poucos a falar sobre suas vidas, mas “[...] quando a proposta era gravar a conversa, a situação mudava: a desconfiança e o medo tomavam conta do cenário e muitos se afastavam” (FEFFERMANN, 2006: 104).

Por outro lado, importa ainda ressaltar que não foi possível entrevistar adolescentes do sexo feminino, pela total recusa em fornecer seus relatos. Notava-se, durante o contato com as adolescentes, e nas tentativas de entrevistas, que elas têm dificuldade em falar sobre seu cotidiano para um entrevistador do sexo masculino. Assim, o silêncio imperava durante a conversa, o que impossibilitava a gravação.

Tal reação pôde também ser evidenciada durante as ações da *Unidade de Educação de Rua*. Priorizava-se que as duplas de trabalhos fossem formadas por um homem e uma mulher, considerando a necessidade de conseguir-se dialogar com as crianças e adolescentes de ambos os sexos. Notava-se também que os jovens do sexo masculino tinham maior facilidade em dialogar com os educadores, e os de sexo feminino com as educadoras. Cada um deles acreditava que encontraria maior compreensão de suas informações por aqueles do mesmo sexo, ao mesmo tempo em que alguns evitariam o ciúme de seus parceiros. Assim, as informações sobre as crianças e adolescentes do sexo feminino, contidas neste trabalho, foram obtidas junto aos adolescentes do sexo masculino ou extraídas dos arquivos da *Unidade de Educação de Rua*.

Tendo em vista que a identificação dos entrevistados pode comprometer sua segurança e fere o Estatuto da Criança e do Adolescente no momento em que os expõe, optou-se, nesta dissertação, pela utilização de nomes fictícios. Foi também, mediante esse “contrato”, que muitos jovens se dispuseram a conceder a entrevista.

Também, durante esta fase da pesquisa, e objetivando compreender as ações governamentais, foram realizadas entrevistas com o presidente do *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)*, e com representantes dos principais programas governamentais de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco, e que poderiam destinar-se a atender os que estão em situação de rua: coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente, coordenador do *Programa Conquista Criança*, coordenador do *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*, coordenadora do *Programa Agente Jovem* e coordenadora de comunicação do *Projeto Juventude Cidadã*. Durante a apresentação dos resultados, os nomes dos entrevistados foram preservados, sendo estes identificados apenas pelos cargos que ocupam.

Após as entrevistas, passou-se à análise de seu conteúdo. Ao trabalhar com a oralidade, consideramos não apenas a linguagem verbal, mas também outras manifestações corporais representadas pelos silêncios, exaltações, movimentos gestuais etc. Depois de sistematizados os dados das entrevistas, estes foram somados aos coletados em relatórios, atas e ofícios dos órgãos e programas governamentais, bem como em documentos contidos nos arquivos do *Museu Regional* e no *Arquivo Público Municipal* de Vitória da Conquista, onde estão arquivados jornais e revistas editadas na região.

Para a análise dos dados coletados, destacou-se uma especial atenção às orientações de Pollak (1989: 200), sobre memória e identidade social, apontando elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva. Assim, observa-se que,

[...] são acontecimentos vividos pessoalmente; são acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade da qual o informante faz parte; são acontecimentos em que o informante nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram uma considerável importância que o impossibilita de saber se participou ou não (*Idem*).

Tendo como base a pesquisa realizada, foi possível a construção final deste trabalho, que será apresentado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se um diálogo com diversos autores voltados para a realidade do trabalhador brasileiro (tendo aqui trabalho como sinônimo de emprego), e das relações entre Estado e mercado capitalista no mundo do trabalho. Foram analisadas as causas da situação de pobreza em que se encontra grande parte da população urbana brasileira, os novos campos de trabalho urbano, sobretudo no contexto compreendendo trabalho em seu sentido amplo. Analisou-se, também, como esta realidade interfere no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua.

No segundo capítulo, é apresentado um histórico do município de Vitória da Conquista. Assim, é feito um resgate histórico, abordando o seu desenvolvimento político, econômico e social, bem como as ações por ele desenvolvidas, na tentativa de garantir direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. Destaca-se uma atenção especial às ações desenvolvidas durante as gestões do Partido dos Trabalhadores correspondentes aos dois primeiros quadriênios (1997-2000 e 2001-2004) e aos três primeiros anos da terceira gestão (2005 a 2007), tendo em vista que, durante esse período, foram implantados os principais programas destinados a atender às crianças e adolescentes em situação de risco.

O terceiro capítulo centra-se no conteúdo das entrevistas e analisa o cotidiano e as trajetórias de crianças e adolescentes em situação de rua, destacando atenção especial às estratégias que utilizam para driblar as ações governamentais, e dominar os espaços públicos urbanos. Serão analisadas também, as relações sociais que as crianças e adolescentes em situação de rua mantêm com seus pares e com a comunidade em geral, e a objetividade e importância das atividades de sobrevivência individual e grupal. Serão verificadas, ainda, partindo da ótica das crianças e dos adolescentes, a dinâmica da rua e as políticas públicas implementadas, à luz de pesquisas realizadas por outros pesquisadores.

No quarto e último capítulo, é apresentada uma análise dos dados e discursos dos agentes governamentais, dando-se ênfase às políticas públicas implementadas no município de Vitória da Conquista, durante as gestões do PT, e que objetivam “educar para a cidadania” e integrar as crianças e os adolescentes em situação de risco à sociedade. Partindo-se dessa análise, traça-se um comparativo com os dados obtidos junto aos adolescentes em situação de rua e às fontes escritas.

As Considerações Finais buscam refletir sobre os resultados do trabalho e apontam veredas que possibilitarão a continuidade da pesquisa e a ampliação da reflexão sobre a temática que envolve crianças e adolescentes em situação de rua.

Capítulo I

Alguns elementos teóricos e perspectivas interpretativas sobre crianças e adolescentes em situação de rua

A rua só presta se você souber cair nela, se souber lutar, viver, como por exemplo, quando eu caí na rua eu não tinha amizade, eu não conhecia ninguém. Agora a gente é unido assim, se eu consigo uma coisa todo mundo vai comer. Se um tem um dinheiro assim, eles compra um negócio pra todo mundo. Se come e fica de marra a gente não deixa, todo mundo é irmãozinho (LEITE, 1998: 168).

Esse comentário, extraído de uma entrevista feita por Lígia Costa Leite com um adolescente de 15 anos de idade que se encontrava nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, no final da década de 1990, permite compreender as características peculiares ao cotidiano da rua, em que se destaca o acolhimento grupal aos novos freqüentadores, a liberdade diretamente ligada à solidariedade, os códigos morais que conduzem à sobrevivência e, principalmente, à relação familiar instituída no grupo. São essas características, presentes no trabalho da mesma autora²⁴, que permitem a visualização dessas crianças e adolescentes como “invencíveis” e como seres que são dotados de uma sabedoria constituída a partir de sua vivência na rua. É essa sabedoria que motiva esta pesquisa e poderá ser desvendada por meio da análise de suas estratégias de sobrevivência.

²⁴ Trata-se de um livro de Lígia Costa Leite, intitulado *A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1954-1994)*.

Neste sentido, este trabalho apresentará uma análise sociológica de um fenômeno que, segundo Gregori (2000: 214)²⁵, é antigo e persistente na sociedade brasileira, que é a situação de rua em que se encontram muitas crianças e adolescentes. Cabe ressaltar que, apesar da escassa literatura que trata sociologicamente da questão referente à criança e ao adolescente em situação de rua, esta pesquisa busca em áreas, como Serviço Social, Antropologia, Educação, Psicologia Social, dentre outras, subsídios teóricos que possibilitaram sua fundamentação. Para tanto, conceitos que elucidam a problemática, tais como trabalho, pobreza, situação de rua, estratégias de sobrevivência, relações de poder e liberdade, são de fundamental importância.

Compreender o mundo em que vivem essas crianças e adolescentes em situação de rua implica numa imersão investigativa de seu cotidiano, suas trajetórias e as políticas públicas implementadas. Dessa forma, é necessário inserir a análise de programas e propostas governamentais no contexto político, econômico e social brasileiro, abordando as interferências deste na ampliação do número de crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, essa discussão pode ser enriquecida pela análise de temas correlatos que envolvem a constante desvalorização do trabalhador pelo sistema capitalista, e o crescimento da pobreza brasileira, fatores de grande influência na vida dessas crianças e adolescentes, obrigando-os a desenvolver, nas ruas, estratégias de sobrevivência, impróprias à sua idade e que desafiam as políticas governamentais.

Inserida nesta discussão, Blass (2006), em artigo que analisa o ato de trabalhar e suas múltiplas faces, aponta para a noção de trabalho reinventada na modernidade ocidental, quando “[...] as atividades de trabalho aparecem separadas e automatizadas do conjunto das atividades sociais”. Arendt (2004) afirma que o trabalho das mãos está ligado

²⁵ Nesta obra Maria Filomena Gregori analisa o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo, durante a década 1990.

ao esforço físico transformado em suor. Sobre essa afirmação, Blass (2006) acrescenta que esse conceito desaparece nas sociedades modernas, onde o trabalho aparece reduzido ao labor. Neste contexto, a noção de trabalho passa a vincular-se ao emprego formal, pois aquele, oriundo de outros vínculos, passa a ser visto como não-trabalho²⁶.

Por outro lado, quando o trabalho é inserido em um contexto mais amplo, que extrapola as barreiras do emprego, passa a englobar outras atividades, como as estratégias de sobrevivência. Buscar o significado do trabalho, neste contexto, seria situá-lo no campo do não-trabalho. Dessa maneira, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes em situação de rua podem ser consideradas trabalho, tendo em vista que essas atividades exigem um exercício físico e mental dos executores, que adaptam a natureza a si próprios através das estratégias que desenvolvem para satisfazerem suas necessidades humanas no mundo capitalista. Essa afirmação encontra sustentação em outra reflexão de Blass (2004a: 472), em que argumenta que a noção de trabalho, compreendida de forma alargada, “[...] recobre um conjunto amplo de práticas que a noção de emprego ou trabalho assalariado não abrange”. Pensar o trabalho dentro do contexto contemporâneo é assumir que o mesmo se manifesta de diversas formas e em diversos lugares²⁷.

Para o capitalismo, é o trabalho que define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho; isso faz com que sua vida seja determinada pelo modo como produz sua existência. Logo, o trabalho garante muito mais que a sobrevivência das

²⁶ Conforme assinala Blass (2004a: 472), “A noção moderna de trabalho, enquanto categoria de análise, é elaborada para se desvendar esse cenário histórico, sendo a idéia de trabalho associada à execução de tarefas de caráter profissional, pagas, assalariadas e exercida predominantemente por homens adultos nas fábricas e na esfera pública. O mundo do trabalho distancia-se da casa, da família, do local de moradia e as atividades, antes integradas no cotidiano da vida, são consideradas como não trabalho porque elas se desenrolam fora do tempo definido para a venda da força-de-trabalho, ou seja, das atividades de emprego que se desenrolam nas fábricas”.

²⁷ Essa discussão pode ser ainda mais aprofundada no trabalho de Blass, intitulado “Nas interfaces do trabalho, emprego e lazer” (2004b).

crianças e adolescentes, garante seu reconhecimento como sujeitos produtivos da sociedade, na qual o trabalho é algo extremamente valorizado²⁸. Desse modo, as atividades conceituadas como estratégias de sobrevivência devem ser vistas como novas formas de trabalho, mesmo que sejam, em alguns casos, consideradas ilícitas, ou que desafiem a ordem social estabelecida pelo Estado. Trabalho normalmente é considerado o oposto a tempo livre; sendo assim, enquanto mantenedores da vida, o ato de pensar, criar estratégias, executar e dividir o lucro do roubo e da mendicância não podem ser caracterizados como tempo livre, e tampouco como lazer.

Essas afirmações permitem a compreensão dessas crianças e adolescentes enquanto trabalhadores livres, pois suas estratégias são pensadas e executadas de forma individual e/ou grupal sem cumprimento de carga horária estabelecida, sem produção mínima determinada ou salário estipulado. Contudo, não se pode desconsiderar que sua independência e motivação estão ligadas ao capitalismo. Tais crianças e adolescentes são, ao mesmo tempo, “patrões e empregados”, sobrevivendo no sistema capitalista.

Desse modo, com base na reflexão sobre as comunidades pobres, e, principalmente, sobre as estratégias de manutenção da vida, evidencia-se que as crianças e adolescentes em situação de rua consideram o que é lícito ou ilícito, não apenas por meio dos códigos, ou normas estabelecidas pelo Estado, mas sim pela situação em que estas comunidades se encontram, e pelos tipos de atividades que sua condição de vida lhes impulsiona a desenvolver.

²⁸ Essa discussão pode ser enriquecida com as afirmações de Saviani (1998) e Bonamigo (1996).

1.1. Caminhos da desqualificação do trabalhador assalariado brasileiro e a sobrevivência no espaço público urbano

A partir da discussão sobre a desqualificação do trabalhador assalariado, torna-se perceptível que seu cotidiano tem sido controlado pelo tempo, códigos, símbolos e signos da sociedade, o que, para Oliveira (2000a: 56), em artigo que trata “os sentidos da democracia”, se dá desde a institucionalização do Estado de Bem-Estar, em que os sujeitos privados e o mercado de trabalho, passaram a ser “regulados por fora”, por uma racionalidade que Habermas chamou de ‘administrativa’” (*Idem*). Inserido neste contexto, o trabalhador passa a ter sua sobrevivência medida por sua renda, o que limita seu nível de consumo tanto de produtos necessários para a sua sobrevivência quanto de bens culturais. Com isso, tornou-se cada vez mais descartável e, conseqüentemente, mais pobre. Schwartzman (2004:13), em trabalho que analisa as causas da pobreza, complementa o raciocínio acima, ao afirmar que a pobreza tem causas estruturais diretamente relacionadas à exploração do trabalhador pelo sistema capitalista que o paralisa e aliena, impedindo-o de ter consciência dos seus próprios problemas e necessidades.

Importa ainda ressaltar que a penetração do capitalismo nas economias pré-industriais tinha como objetivo subordiná-las ao seu controle. O Brasil, enquanto mercado de penetração do capital teve que se subordinar às regras impostas pelo mercado externo; logo, a sua situação de subdesenvolvimento tornou-se inevitável, pois o “subdesenvolvimento” é, precisamente, uma “produção” da expansão do capitalismo, como afirma Oliveira (2003a: 33), em artigo que trata do desenvolvimento do capitalismo e do processo de acumulação pós-1930. Essa situação coloca não só o Brasil, como os demais países da América Latina, em condição de dependência absoluta e de desenvolvimento monitorado pelo mercado externo. São as exigências do capitalismo internacional que

passaram a ditar tanto a legislação trabalhista quanto as normas de convivência social do trabalhador. Este se torna obrigado a submeter-se à situação de exploração por questões de sobrevivência. Ou seja, a situação de subdesenvolvimento em que o Brasil sempre se encontrou foi estrategicamente pensada pelo mercado capitalista.

Nesse contexto de crescente industrialização, o Estado que deveria garantir os direitos dos trabalhadores, tornou-se tutelar, criando uma legislação trabalhista que, em suma, apenas condicionava o trabalhador à exploração capitalista. Segundo Oliveira (2003a: 37), essa legislação interpretou o salário mínimo como “salário de subsistência”. Partindo-se desse comentário, é possível afirmar que o salário mínimo servia (e ainda serve) apenas para manter um padrão de vida necessário para que o trabalhador tivesse condições de sobreviver e reproduzir-se, aumentando o exército de reserva. Isto, tendo em vista que os critérios de fixação deste salário “levavam em conta as necessidades alimentares para um padrão de trabalhador que deveria enfrentar certo tipo de produção, com certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc” (*Idem*). Essas eram características de um Brasil que seguia um modelo de modernização estipulado pelo capitalismo. Todo avanço apenas constituía bases para o emergente capitalismo industrial. A partir disso, todas as ações do Estado e do mercado capitalista, referentes aos trabalhadores, apenas os reprimiram e os isolaram em seus “guetos” – ambientes próprios à sua classe social.

A expansão industrial provocou a criação de um comércio de serviços dentro das comunidades, destinado a abastecer essa população pobre. Dessa forma, os baixos salários dos trabalhadores geravam novas formas de empregos, porém era a condição de compra dos trabalhadores que definia o nível de ganho dos pequenos comerciantes. Conforme

Oliveira (2003a: 69), essa situação criava “bolsões de subsistência no nível das populações de baixo poder aquisitivo”.

Os principais reflexos do poder de controle e exploração do capital foram sentidos principalmente a partir da segunda metade do século XX, sobretudo com a deterioração do salário mínimo, que se agravou após 1964. Nesse período, a abertura de novas rodovias interestaduais possibilitou a migração para o Estado de São Paulo, principal centro da industrialização brasileira na época, de um grande contingente de novos trabalhadores, constituído principalmente de migrantes nordestinos que abandonavam o defasado setor agrícola e buscavam sua sobrevivência como trabalhadores da indústria.

Essa população migrante via São Paulo apenas como o espaço temporário de trabalho que lhes possibilitaria acumular valores que lhes garantiriam uma melhor condição de vida ao retornarem para seus locais de origem. Seguindo essa trilha, pode-se afirmar que o alto número de migrantes transformou-se em poupança rentável para o capital, tendo em vista que, com o aumento do “exército industrial de reserva”, era possível reduzirem-se ainda mais os salários devido à ampla oferta de mão-de-obra.

Ainda segundo Oliveira (2003a), a conservação de uma população pobre e mal remunerada, submetida às péssimas condições de vida, tornou-se responsável pela manutenção do subdesenvolvimento brasileiro. Esse subdesenvolvimento pode ser considerado como uma estratégia do capital internacional, objetivando a permanência do Brasil como país subordinado.

Os principais efeitos da devastação capitalista no Brasil podem ser vistos com mais intensidade após 1980, quando o grande contingente do “exército de reserva” possibilitou ao capital determinar que tipo de trabalhador seria aproveitado pelo mercado, e

quais se tornariam obsoletos. Isso fez crescer a concorrência e o desejo de superação entre os trabalhadores. Nem mesmo a Constituinte de 1988, que garantiu foros de direito às reivindicações dos trabalhadores, conseguiu frear a exploração capitalista. Agora era a formação de cada trabalhador e a assimilação dos códigos, símbolos e signos da sociedade capitalista que determinavam seu grau de competência.

Nota-se que, nesse novo contexto de exploração, a substituição do emprego pela ocupação e o crescimento da desestruturação salarial se ampliaram pelo Brasil. Segundo Schwarz, em introdução feita ao livro de Oliveira (2003a: 13), essa nova relação, capital/trabalho, leva ao “desmanche dos direitos”²⁹ conquistados anteriormente, e possibilita o crescimento do número de trabalhadores informais no Brasil.

Esse “desmanche” intensificou-se com a ideologia neoliberal pós-1990, inserindo o país no que Oliveira (2003b), denominou como “era da indeterminação”. Nesta trilha, Santos (2007: 69), tendo como base os trabalhos de Oliveira, assinala que o “receituário neoliberal intensificou um ‘permanente estado de exceção’”.

Seguindo esse pensamento, onde os direitos são encolhidos ou desmantelados, torna-se possível visualizar o espaço público urbano sendo tomado por ambulantes que tentam, através da venda de produtos, manterem sua sobrevivência. A ação destes “novos trabalhadores” pode ser considerada como “grito de alerta” contra a violência que atinge o trabalhador, uma vez que o ato de desafiar as regras estatais configura-se como denúncia à exploração. Nessa luta, muitos desses trabalhadores são reprimidos, por estarem trabalhando ilegalmente, sem licença e sem pagarem impostos. Do ponto de vista governamental, eles não geram capital financeiro para o Estado por não pagarem impostos.

²⁹ Expressão criada por Francisco de Oliveira. Ver Oliveira (2003b).

Todavia, para o mercado capitalista globalizado, eles são importantes, pois fazem escoar seus produtos, gerando lucro.

Neste caminho, Telles (2006c: 109), em artigo em que dialoga com outros pesquisadores sobre essa temática, afirma que a tentativa de controle dos trabalhadores que ocupam o espaço público urbano esbarra nos acertos obscuros com os fiscais do Estado, que “tentam sem sucesso regular o comércio clandestino e o uso irregular dos espaços urbanos”. Para Oliveira, isso serve apenas aos processos de acumulação do capital, por exemplo:

Um dia de futebol no Brasil (ou em qualquer parte do mundo) quando milhões de pessoas vão a campos de futebol. Ali, os vendedores ambulantes estão vendendo Coca Cola, Guaraná, cerveja, etc. Alguém vai me dizer que isso não é relevante para o movimento do capital, para a Coca Cola, Antártica, Brahma, Skol? O movimento nesse dia é maior do que durante toda a semana (OLIVEIRA, 2002: 93).

Esse comentário, seguindo as considerações de Oliveira, permite compreender que o capitalismo encontrou uma forma de extrair mais-valia do trabalhador sem, necessariamente, precisar mantê-lo em um emprego formal e sem controlar sua força de trabalho. Assim, o capitalismo extrai valor através de desorganização do trabalho/emprego. Essa nova forma de trabalho, porém, não retira este trabalhador da situação de pobreza, apenas possibilita-lhe desenvolver estratégias para manter sua sobrevivência. Essa situação de pobreza, classificada como “caos”, era percebida como exceção, só podendo ser normalizada com a ascensão do capitalismo. Entretanto, para Oliveira (*apud.* TELLES, 2006b: 42), a situação de pobreza transformou-se em regra, pois as desigualdades sociais, a pobreza urbana, o desemprego, o trabalho “sem forma” dos ambulantes que ocupam os

espaços urbanos permanecerão. Essa problemática mantida pelas ações do Estado pode ser denominada, ainda com base em Oliveira, como “administração da exceção”.

Tais afirmações evidenciam que essa pobreza existente no Brasil, massacrando grande parte da população, vem constituindo o alvo da agenda do governo durante anos. No entanto, essa mazela ainda não foi suficiente para a mobilização da opinião pública, gerando políticas eficazes. Dessa forma, considera-se, neste trabalho, a pobreza e o desemprego causas primordiais da existência da situação de rua, pois, como nos afirma Barros (2004: 23),

[...] as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e o enxugamento do parque produtivo do país nos últimos vinte anos são a causa imediata do aumento de pessoas vivendo em “situação de rua”. A equação é simples (não simplória): diminuição dos postos de trabalho, rotatividade intensa de inserção dos trabalhadores na produção (seja ela formal ou não) e a baixa qualificação da mão-de-obra geram desemprego em massa e com isso o *sair para a rua*.

Para a autora (op. cit.: 24), o “sair para a rua” é consequência direta do desemprego e da desarticulação “real e simbólica” do que isto representa na vida dos trabalhadores e que, por conseguinte, dão a seus filhos o mesmo destino. Assim, o alto número de crianças e adolescentes em situação de rua não é fruto das ações dos governos atuais, mas sim de fatores que marcaram a história do Brasil, principalmente no que se refere à condução de certo grupo de trabalhadores “à condição de desqualificados, obsoletos e miseráveis, em suma, ‘descartáveis’”.

1.2. Da situação de pobreza e da “responsabilidade social capitalista”

Devido aos baixos salários, os trabalhadores foram obrigados a viver nas periferias³⁰, que se expandiam como problema urbano, pois estavam desprovidas de água e esgoto, repletas de doenças epidêmicas que ameaçavam converter-se em catástrofes³¹. Mas, para esses trabalhadores, não havia outra alternativa senão a de isolar-se nessas periferias, construindo moradias adequadas à sua condição social de vida.

De acordo com Telles (2006a: 82), conforme trabalho que trata dos direitos sociais, a pobreza brasileira nada mais é que o “sinal de uma população na prática destituída de seus direitos”, uma sociedade “que se fez moderna e que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação”. Atualmente, segundo Oliveira (2003b: 204), tomando como base São Paulo, “‘O cinturão da pobreza’ alargou-se para incluir mais de 50% da população, e um terço vive abaixo do que se convencionou chamar de ‘linha da pobreza’”. Assim, esse pobre passa a incorporar um imaginário que o fixa numa pobreza, inferiorizando-o e descredenciando-o de seus direitos. Ainda, como aponta Telles (2006b: 36), referindo-se ao pós-64, verifica-se uma “anulação das vozes das classes populares”.

Essa realidade atinge o trabalhador explorado e destituído de direitos e faz com que o sistema capitalista introduza no cotidiano o compromisso com o despertar da “vocação” filantrópica, ou nova forma de “desmercantilização”, como classificou Oliveira (2002:10), em entrevista em que abordou o tema. Na tentativa de assumir sua

³⁰ Eduardo Marques (2006: 102), ao pesquisar a cidade de São Paulo, define periferia como: “[...] um lugar não apenas mais distante do centro, mas com renda diferencial baixa ou próxima do zero, com conteúdos sociais muito precários, habitada por uma população mal inserida no mercado de trabalho, em boa parte desempregada, vivendo em condição de pauperização e submetida a condições de vida muito precárias, muitas vezes associada à inexistência de ação Estatal”.

³¹ Essa discussão pode ainda ser enriquecida em Telles (2006b).

“responsabilidade social”, o capitalismo induz à criação de um “cidadão socialmente responsável”, que deve apoiar a iniciativa privada que investe em Organizações Não-Governamentais (ONG’s) destinadas à garantia de direitos, como educação, vida, dignidade, trabalho, entre outros, substituindo o Estado nas suas obrigações políticas e sociais. O Estado, por sua vez, estimula o “cidadão” à responsabilidade social, destacando a importância de se doar parte do tempo livre ao trabalho voluntário. Para Oliveira (op. cit.: 101),

É uma coisa fantástica alguém trabalhar voluntariamente. O trabalho voluntário aparece como solidariedade, quando numa sociedade capitalista isso é impossível. O trabalho voluntário só pode ocorrer quando existe ócio. Enquanto os gregos usavam o ócio para filosofar, o capitalismo quer que se use o ócio para trabalhar. Mas, só setores muito privilegiados da sociedade podem ter ócio para converter em trabalho.

Com base nessa afirmação, visualizam-se grupos da sociedade, financiados pelas grandes empresas, ocupando seu lugar na luta contra as desigualdades sociais. Com isso, surgem as ONG’s financiadas pelo mercado capitalista, que passou a enxergar no excluído, no marginal³², uma via de manutenção do controle dos mecanismos de domínio e exploração, pois quem é socialmente responsável conquista mais mercado. Isso é o que Gomes (1995: 48), na trilha do pensamento marxiano, aponta nas relações sociais, como “o trabalho vivo transformando o trabalho morto em valor, em capital”. Essas ações espelham a condição de país subdesenvolvido, ao mesmo tempo em que evocam as possibilidades de crescimento econômico, o que talvez possa brindar com seus “benefícios” os “deserdados da sorte”³³.

³² Marginal é entendido enquanto indivíduo que está à margem da sociedade, não sendo considerado cidadão.

³³ Veja-se Telles (2006a: 86).

Partindo da análise das condições em que se encontrava a classe trabalhadora de meados do século XX, é possível perceber que a mesma estava completamente entregue ao controle capitalista, tendo no Estado um aliado que desmobilizava e conduzia à exploração. Essa discussão pode ser enriquecida com pensamento de Machado, que, ao introduzir a obra de Foucault (2005: XVII), afirma que o poder disciplinador exercido pelo Estado capitalista trabalha o corpo dos homens, manipulando seus elementos e fabricando o homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade capitalista.

1.3. O discurso brasileiro sobre cidadania e as novas políticas sociais

A discussão sobre cidadania intensificou-se pelo Brasil durante a década de 1990, e fez com que se tornassem evidentes os discursos que ressaltam a necessidade de “educação para a cidadania”, da “conquista da cidadania”, do “exercício da cidadania”, referindo-se, normalmente, a essa classe trabalhadora e pobre. Logo, tornou-se muito difícil definir o que é cidadania.

De acordo com Oliveira (2000b), o caminho não é definir cidadania como ausência ou carência, mas sim como plenitude. Para ele, a cidadania seria:

[...] uma espécie de estado de espírito em que o cidadão fosse alguém dentro da sociedade – evidentemente não haveria cidadão fora dela -, fosse alguém que estivesse em pleno gozo de sua autonomia, e esse gozo de sua autonomia não fosse um gozo passivo, mas sim um gozo ativo, de plena capacidade de intervir nos negócios da sociedade, e através de outras mediações, intervir também nos negócios do Estado que regula a sociedade da qual ele faz parte. Isso na concepção ativa de cidadania, não apenas de quem recebe, mas na verdade de ator que usa recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar no espaço público.

Tendo como base essa discussão, é possível afirmar que a condição de cidadania é estabelecida por meio de regras institucionalizadas. São os direitos traduzidos em códigos, símbolos e signos da sociedade que condicionam o padrão de cidadão, que, por sua vez, dialoga cotidianamente com esses códigos, símbolos e signos, alterando-os sempre que necessário. Todavia, quando as instituições passam a ser politicamente controladas pela minoria, o modelo de cidadão é imposto, e a maioria é condicionada a obedecer-lhe, desconstruindo princípios básicos de acesso aos direitos e à justiça social.

Atualmente, evidencia-se um período em que se acentua o “desmanche dos direitos”, e onde, segundo Telles (2006a: 100), o pobre é lançado num mundo onde discriminação e exclusões se processam. Dessa forma, torna-se impossível falar em direitos sociais, pois:

Falar em direitos sociais seria falar de sua impotência em alterar a ordem do mundo, impotência que se arma no descompasso entre a grandiosidade dos ideais e a realidade bruta das discriminações, exclusões e violências que atingem maiorias. Além disso, e talvez o mais importante, não poderíamos ir muito além do que constatar – e lamentar – os efeitos devastadores das mudanças em curso no mundo contemporâneo, demolindo direitos que mal ou bem garantem prerrogativas que compensam a assimetria de posições nas relações de trabalho e poder, e fornecem proteções contra as incertezas da economia e os azares da vida (*Idem*: 174).

Segundo Oliveira (2000b), a população pobre vive em um período em que há tentativas efetivas de “desconstrução da cidadania”, e essas tentativas “podem vir por meio do Estado, por meio do setor privado ou dos próprios movimentos que chamamos de sociedade civil”. Assim sendo, cidadão passa a ser aquele que consegue adaptar-se e obedecer a tais códigos, símbolos e signos, não o que participa da sua formulação. Os que

não lhes obedecem tornam-se “marginais” que buscam a justiça social por meios que, muitas vezes, desembocam na violência.

A condição de pobreza impulsiona o trabalhador a tornar-se violador dos códigos, símbolos e signos impostos pelo Estado. No entanto, são estes que, verdadeiramente, violentam o trabalhador pobre, pondo-o numa situação de desigualdade e injustiça. Desse modo, a violência contra a população pobre começa quando o capitalismo nega seus direitos básicos de sobrevivência³⁴.

Essa discussão pode ainda ser enriquecida com o pensamento de Santos, quando afirma que:

O capital para se reproduzir pressupõe um processo econômico, político e social desigual. Essa lógica, historicamente constituída, produziu a exploração, a fome, a pobreza e a miséria que marcam a “questão social” (2007:13).

Essa população pobre torna-se vulnerável por ser discriminada pela ação de outros agentes sociais que anulam os seus direitos³⁵. O Estado, na tentativa de controlar as manifestações reivindicatórias que possam surgir da população pobre e de minimizar as atrocidades causadas pela pobreza, cria uma série de políticas assistencialistas que apenas garantem o que Oliveira vai chamar de “funcionalização da pobreza³⁶”. Munido de um discurso que enfatiza a preocupação com o bem-estar de sua população, o Governo cria uma série de programas e projetos sociais: “Bolsa-família, Bolsa-escola, Vale-gás, Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, aos quais poderíamos acrescentar o Programa Agente Jovem, o Programa Jovem Aprendiz, o Programa Juventude Cidadã,

³⁴ Veja-se Santos (2007: 13).

³⁵ Conforme Oliveira (2000: 10) e Santos (2007: 14).

³⁶ Termo utilizado por Francisco de Oliveira e citado por Telles (2006a).

entre outros. Todos esses programas e projetos têm apenas servido para concentrar a população pobre em seus “guetos”, servindo como uma versão atualizada da “administração da exceção” e fixando definitivamente o pobre nos “territórios da pobreza”³⁷. Como afirma Oliveira (*apud* SANTOS, 2007: 69),

[Em] Um Estado de Exceção. Todas as políticas do Estado são de Exceção: bolsa-família, por reconhecer que o salário é insuficiente, mas não pode ser aumentado; vale-gás, por reconhecer que o gás de cozinha é insubstituível, mas não se tem dinheiro para comprá-lo; bolsa-escola, para melhorar o salário insuficiente e evitar a evasão escolar, que ao mesmo tempo pode punir o pai que não manda o filho para a escola; fome-zero por reconhecer que não se pode zerar a fome. Vale-transporte já vem de longe. E o salário mínimo não pode aumentar porque arromba as contas da previdência.

“Atualmente o governo brasileiro comemora os resultados quantitativos referentes à educação, que apontam que 90% da população estão na escola”. Realmente são dados importantes e dignos de comemoração, no entanto, se levarmos em conta a atual conjuntura brasileira, essa população escolarizada continua sendo descartável a ponto de o mercado de trabalho “[...] poder se dar ao luxo de escolher universitários para funções mais banais” (OLIVEIRA, 2002: 99).

A condição em que se encontrava a população trabalhadora brasileira do século XX, também foi responsável pelo agravamento da pobreza, obrigando tanto desempregados, quanto algumas crianças e adolescentes em situação de risco social, também vítimas da crescente exploração do capitalismo, a perambular pelas ruas das cidades, desenvolvendo atividades visando à manutenção de sua sobrevivência, tornando-se, assim, um incômodo para o Estado. Na tentativa de solucionar essa problemática, o

³⁷ Veja-se Telles (2006c: 103).

Estado criou legislações específicas de atendimento a esse público, dentre as quais, destacamos o Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com base na análise anterior, fica evidenciado que a modernidade imposta pelo capitalismo interfere negativamente na sociabilidade da população de baixa renda. A falta de emprego tem forçado várias famílias a utilizar seus filhos pequenos como instrumentos de geração de renda. Crianças e adolescentes, em número significativo dentro dessas famílias, utilizam a rua para arranjar dinheiro. Para isso, procuram dominar o espaço público através de suas estratégias de sobrevivência. Dessa maneira, tornou-se comum encontrar-se em diversas cidades brasileiras, um número considerável de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como a elaboração e execução de diversas políticas que tentam dar conta dessa problemática.

1.4. Crianças e adolescentes em situação de rua: a ocupação dos espaços urbanos

Todo esse processo, político, administrativo e social que envolveu o Brasil no século XX, e que afetou sobremaneira as crianças e adolescentes em situação de risco não se limitou aos grandes centros urbanos, fazendo-se presente em várias cidades que passavam por um processo de desenvolvimento econômico. Somente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado assumiu sua responsabilidade sobre a assistência a crianças e adolescentes desvalidos, considerando-os sujeitos de direitos,

deveres e saberes, retirando-os da situação de irregularidade e procurando inseri-los na condição de prioridade absoluta³⁸.

Entretanto, neste contexto nacional, rua ainda torna-se um local de vivência para milhares de pessoas que desenvolvem diversas atividades e até dormem na mesma. Entre tais pessoas estão os “meninos de rua”³⁹. Segundo Gregori (2000), conforme obra já citada, essa expressão surgiu no Brasil, no fim da década de 1970, publicada em livro de Ferreira (1979), “difundindo-se rapidamente por toda a sociedade” (GREGORI, 2000: 227). Carregava um leque de preconceitos que classificam crianças e adolescentes pobres como seres inferiores, dignos de piedade e vítimas de violências por parte da sociedade. Por estarem na rua, pertenciam a ela (daí a expressão “de rua”), tornando-se responsabilidade do Estado que os incluía numa *Doutrina de Situação Irregular* imposta pelo Código de Menores. Após a Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 1990, extinguiu-se essa doutrina e esses sujeitos começaram a ser incluídos na *Doutrina da Proteção Integral*, segundo a qual, passaram a ser identificados como crianças e adolescentes em “situação de rua”, gerada por uma série de problemas pessoais e/ou sociais. Por essa razão, emprega-se, neste trabalho, a expressão “crianças e adolescentes em situação de rua”.

Essa discussão pode ainda ser enriquecida com as contribuições de Rosemberg (1994: 32), que, tendo como base seu estudo sobre crianças e adolescentes em situação de

³⁸ O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com **absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos” nele estabelecidos.

³⁹ A expressão “meninos de rua” foi criada na década de 1970, para designar crianças e adolescentes dos estratos pobres que passam parte considerável de suas vidas sobrevivendo nas ruas das grandes cidades brasileiras. Com essa expressão, foi identificado e nomeado um segmento social que, mais do que a mera familiaridade ou o convívio esporádico com a rua, faz dela o lugar que ordena seu cotidiano, suas relações e sua identidade. Assim, a rua passa a ser o ambiente que substitui o espaço doméstico, e as relações com transeuntes, comerciantes, policiais, assistentes sociais, educadores, religiosos etc. passam a ocupar a posição de familiares, vizinhos, amigos (GREGORI, 2000: 15).

rua na cidade de São Paulo, afirma que o estar em “situação de rua” é uma condição temporária, e não definitiva, para muitas crianças e adolescentes. Estar em situação de rua é “resultado de uma interação entre suas necessidades e o que o espaço público oferece para satisfazê-las”.

A sobrevivência das crianças e adolescentes em situação de rua, e, muitas vezes, a de seus familiares, está diretamente ligada às estratégias de sobrevivência por eles praticadas. Gregori (2000) as denomina de “viração”, ou seja, o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Ainda, segundo a autora, os jovens que estão em situação de rua “se viram, o que significa, em muitos casos, tornarem-se pedintes ou ladrões ou prostitutas ou ‘biscateiros’”. A “viração” não pode ser simplesmente traduzida como o ato de sobreviver, pois, há nela uma “tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’, para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições de forma não excludente” (*Idem*: 31). Crianças e adolescentes transitam entre a infância e a fase adulta, comportando-se como “menor”, “marginal”, “trombadinha”, “avião”, “carente”, “sobrevivente”, “coitadinho” etc.

Estes comentários permitem compreender que o *manguear*⁴⁰ utilizado pelas crianças e adolescentes em situação de rua é um tipo de “viração” que envolve a aquisição de bens via mendicância ou roubo. No roubo, há uma simetria na elaboração do plano de ação, e na mendicância, uma operação dos recursos da linguagem articulada, tendo em vista que eles sabem, como afirma Gregori (op. cit.: 45), “o que o cidadão comum quer ouvir”, criam “uma imagem de si mesmo que combine com a figura de menino de rua, de

⁴⁰ Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, “manguear” significa “tentar enganar com manhas ou artifícios” (FERREIRA, 2004:1266). No contexto dos moradores de rua de Vitória da Conquista, “manguear” é a denominação das ações, lícitas ou ilícitas, de aquisição de alimento ou dinheiro.

um mundo que não é seu, empregando conteúdos de retórica política” que objetivam conquistar o interlocutor.

Para Pais (2003a: 17), em seu estudo sobre os jovens portugueses, as estratégias de sobrevivência, chamadas por ele de “desenrascaço”, “correspondem a processos nos quais os jovens colocam em jogo sua pluralidade de estratégias que expressam a sua capacidade de gerar formas próprias de ganhar dinheiro ou de ganhar a vida”. Configuram-se como meio de ocupação do espaço público urbano em busca de recursos. Essa ocupação do espaço público urbano, segundo Rosemberg (1994: 32), não se dá de forma aleatória – as crianças e adolescentes se concentram ou circulam por áreas que oferecem possibilidades de geração de renda, abrigo e diversão.

Partindo-se das afirmações de Gregori (2000), Pais (2003a) e Rosemberg (1994), percebe-se que essas crianças e adolescentes em situação de rua possuem uma sabedoria única, fruto da labuta diária e aprimorada por meio das atividades que desenvolvem como estratégias de sobrevivência. Operações matemáticas, leitura de símbolos, dramaturgia, entre outras, são sabedorias adquiridas e aprimoradas nas ruas. Para Gregori (2000: 31), essa estratégia de sobrevivência, “material e mediadora de posicionamento simbólico”, exige que as crianças e adolescentes em situação de rua aprendam a lidar com os diferentes tipos de imagens elaboradas sobre elas e que essas imagens façam sentido nas relações estabelecidas com o mundo e com seus pares.

Normalmente, essas estratégias de sobrevivência exigem uma convivência grupal entre os usuários do espaço urbano, o que possibilita a otimização do seu tempo e promove a eficácia da ação executada por eles. Deste modo, podemos dividir as crianças e adolescentes em dois grupos: os que perderam os vínculos familiares, tomando a rua como

moradia (trabalhadores de rua independentes)⁴¹; e os que mantêm vínculo com a família, indo à rua desenvolver atividades, a fim de contribuírem com a renda familiar ou de gerarem-na (trabalhadores de rua com base familiar)⁴². São diversas as atividades desenvolvidas por esses dois grupos – trabalho, mendicância, furto, brincadeiras, uso de drogas, entre outras. Para eles, a rua se torna um lugar de dinâmicas variadas.

Cabe salientar que a vida grupal é norteadada pelas regras e códigos morais e éticos que atuam como princípios de convivência, e a vida em sociedade pressupõe a limitação da liberdade individual. A partir do momento em que o indivíduo vive em grupo, os seus desejos e princípios tornam-se coletivos, e ele passa, assim, a conviver sob normas de conduta que o condicionam a agir moderadamente. Entretanto, muitas regras e códigos que deveriam conduzi-lo à convivência harmoniosa dependem, para a sua execução, da posse de bens materiais e culturais por parte desse indivíduo. Para a população pobre, principalmente crianças e adolescentes, seguir essas regras e códigos é, muitas vezes, condenar-se à morte, devido à falta de garantia de condições básicas de sobrevivência por parte do Estado. Isso faz com que esse grupo crie novos códigos e regras, levando em consideração a sua vida cotidiana. O Estado, que deveria garantir as condições básicas para a sobrevivência e igualdade social da população, não cumpre seu papel, criando uma separação entre discurso e prática. É importante, aqui, lembrar Arendt (2004: 212), “O poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais”.

⁴¹ São crianças que trabalham de forma independente. O laço com a família começa a ser rompido pelas mais diversas razões, tais como a distância de casa, abuso de que são vítimas em casa ou falta de comida. Essas crianças envolvem-se profundamente com a cultura da rua; periodicamente dormem nas ruas, e seu envolvimento com atividades ilegais e consumo de drogas é mais expressivo (CARVALHO, 2004: 103).

⁴² São crianças que trabalham nas ruas e mantêm vínculos familiares. A sua ida às ruas é motivada pela necessidade de trabalho, normalmente em regime de meio-expediente para poderem freqüentar a escola (CARVALHO, 2004: 103).

Segundo Craidy (1998), baseada em seu estudo sobre “meninos de rua e analfabetismo”, a rua em que transitam as crianças e adolescentes não é a mesma dos transeuntes comuns que saem a passeio ou para o trabalho; é uma rua invisível para a maioria da população. Crianças e adolescentes em situação de rua constroem nela as relações definidoras de suas existências, redefinem o espaço, erguem paredes invisíveis, numa partilha minuciosa dos locais. Nota-se que um “poder paralelo” se ergue dentro das paredes invisíveis da rua, o que se configura, como nos afirma Foucault (2005: 30), como uma nova forma de poder local, considerada como periférica ou molecular, e que ainda não foi absorvida pelo Estado. A circulação de crianças e adolescentes em situação de rua “[...] guarda certa demarcação de territorialidade: há um circuito claro, formado por pontos em uma localidade, no qual se desdobra o seu cotidiano” (GREGORI, 2000: 103).

Não somente os jovens, como também todos os adultos que utilizam o espaço da rua para ganhar a vida, são rotulados como vítimas, por sua situação de pobreza, ou marginais, pelo fato de não se encontrarem inseridos no mundo do trabalho (entendendo-se trabalho como sinônimo de emprego). Segundo Gregori (*Idem*), essas rotulações são dicotômicas, já que a primeira desperta piedade e a última, ódio, tendo em vista a relação estabelecida pelos transeuntes. As imagens estabelecidas sobre as crianças e adolescentes em situação de rua oscilam entre “monstruosidades sociais”, “bandidos em potencial” e “carentes” vitimados pela desigualdade social.

Cabe ainda notar que a vida cotidiana desses sujeitos é marcada pela carência de estruturas básicas capazes de possibilitar sua sobrevivência, tais como saúde, educação, infra-estrutura urbana, saneamento básico, entre outras. No entanto, é com base nessas carências que surgem as estratégias capazes de promover a manutenção de suas vidas, tornando o seu cotidiano “um espaço revelador de determinados processos de

funcionamento e de transformação da sociedade e dos conflitos que atravessam” (PAIS, 2006a: 72). Entende-se esse cotidiano como algo vivenciado apenas pelos que estão em situação de rua. Assim, serão focalizadas, neste trabalho, as crianças e adolescentes em situação de rua e sua sociabilidade.

1.5. Um panorama das origens de crianças e adolescentes em situação de rua

Em 1550, chegaram, então, à província de São Vicente dez ou doze órfãos. [...] em carta a seu superior em Portugal, Anchieta descreve esses jovens como “um bando de moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam de patifes”. Isso porque, escreve ele, “em pouco tempo, assediados pelas índias, não resistiram à tentação, fugindo com elas [...] é a gente mais perdida desta terra e alguns piores mesmo que os índios”. Esses jovens vindos de Portugal, ao fugirem com as índias, tornaram-se os primeiros meninos de rua de nossa história (LEITE, 2001:10).

Essa citação, extraída de outro trabalho de Lígia Costa Leite sobre a “Infância abandonada no Brasil colônia”, descreve a chegada dos jovens órfãos vindos de Portugal para o Brasil no ano de 1550. A vinda desses órfãos tinha por objetivo criar um vínculo que aproximasse os jovens portugueses dos jovens curumins. Devido às dificuldades que os portugueses tinham de se aproximar dos índios, acreditava-se que, trazendo-se de Portugal jovens que estavam em situação de rua, e misturando-os com os curumins, seria possível, após algum tempo de convivência, que os jovens portugueses tivessem condições de integrar os índios aos portugueses, evitando-se os conflitos e possibilitando-se a catequização. Acreditava-se que a criatividade adquirida nas ruas pelos jovens portugueses seria o suficiente para que estes conseguissem se integrar de forma harmoniosa às tribos indígenas, adquirindo seus costumes e línguas. No entanto, a maioria dos jovens

portugueses passou a conviver com os índios, e como índios, abandonando o objetivo para o qual foram trazidos ao Brasil. Segundo Leite (op. cit.), esses jovens foram caracterizados como as primeiras crianças e adolescentes em situação de rua, do Brasil.

Desde a chegada dos portugueses até os dias atuais, a problemática que envolve crianças e adolescentes em situação de rua sempre incomodou os governantes que buscaram diversas formas para saná-la. Durante quase cinco séculos, optou-se pelas ações religiosas ou pela caridade da população como estratégias de atendimento às crianças e adolescentes abandonados. Nos primeiros séculos de colonização do Brasil, a maioria dos abandonados (expostos ou enjeitados)⁴³ originava-se de relações extraconjugais ou da gravidez de moças solteiras.

Com o objetivo de minimizar o número de abandonados, em 1738, os portugueses instalaram a *Casa dos Expostos (ou Casa da Roda)*, localizada inicialmente nas Santas Casas. Nesta foi instalada a *Roda dos Expostos (ou enjeitados)*⁴⁴, que consistia em um instrumento feito de madeira em forma de tonel giratório que unia a rua ao interior da *Casa*. Ali eram depositadas as crianças sem que o acolhedor soubesse quem fora o depositante. A *Roda* não era um instrumento criado apenas para minimizar o sofrimento dos órfãos pobres, servia como instrumento que contribuía para a manutenção da moral. Sobre isso, Motta (2005: 54), em seu estudo intitulado “Mães abandonadas”, argumenta que a *Roda* era alimentada não só pela miséria “[...] uma vez que mulheres brancas de boa

⁴³ Conforme afirma Venâncio (1999: 18), “[...] o que hoje chamamos *criança abandonada* nossos antepassados utilizavam os termos *enjeitado* ou *exposto*”.

⁴⁴ Sobre essa temática, Marcílio (2003: 53-54) afirma que a Roda dos expostos foi um instrumento inventado na Europa medieval. “Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou casas de famílias, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das criancinhas morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas”. Sobre essa temática veja-se, também, Rodrigues (2003); Marcílio (2006).

estirpe também enjeitavam os filhos num gesto que resultava da condenação moral social vigente na época e de suas conseqüências para a mulher”. Ressalta-se que, com o passar dos anos a *Roda* se tornou um instrumento que servia, na maioria das vezes, apenas para acobertar os crimes morais. Este argumento pode ser enriquecido com a pesquisa de Motta, na qual afirma que “Havia predomínio de expostos brancos na Roda de Salvador” (op. cit.: 55). Nota-se que a mulher branca de posição modesta, ao assumir um filho ilegítimo, ficava sujeita à condenação moral e religiosa⁴⁵, o que não acontecia com as negras. Cabe ainda notar que, até o Século XIX, a maioria absoluta das mulheres negras eram escravas, o que impossibilitava a entrega de seus filhos à Roda. “Daí pode-se supor que os enjeitados no Brasil colonial tenham sido, em grande parte, resultado de relações ilícitas de mulheres de condição social elevada” (*Idem*).

Na mesma via de raciocínio, Venâncio (1999: 167), em seu estudo sobre as crianças abandonadas no Rio de Janeiro e em Salvador durante os Séculos XVIII e XIX, comenta sobre o declínio da *Casa da Roda*, afirmando que este só se inicia ao longo da segunda metade do Século XIX, com o surgimento de clínicas pediátricas e orfanatos. Com isso, a *Casa da Roda* passou a funcionar como abrigo para crianças filhas de escravos, devido à publicação da *Lei do Ventre Livre* em 1871. Seguindo esta chave interpretativa, Venâncio (*Idem*: 169) afirma que:

Em 1871, o novo perfil racial da instituição foi até mesmo definido por Lei. Segundo a medida que libertava os filhos de escravas, uma vez comprovado o mau tratamento infligido à criança cativa, o Juiz de Órfãos deveria enviá-la “à Casa dos Expostos”.

⁴⁵ Conforme Venâncio (1999: 19), referindo-se aos Séculos XVIII e XIX, “Abandonar a própria prole consistia em impiedade, em desrespeito aos mandamentos católicos”. Veja-se também: Vainfas (1989).

A crise do sistema escravista contribuiu sobremaneira para o declínio da *Casa dos Expostos*. Contudo, a mesma só passou a ser legalmente desativada após 1927. A última Casa foi fechada no ano de 1938, na cidade do Rio de Janeiro.

Ressalta-se que a população pobre brasileira do início do século XX era, em sua maioria, negra ou mestiça. Ao analisar-se a situação da criança e do adolescente em situação de rua, no Brasil, nota-se que a maioria destes sempre estivera incluída nestas categorias, já que os negros, junto com os mestiços, representavam cerca de 2/3 da população brasileira do século XIX. A maior parte da população negra brasileira sempre esteve em péssimas condições de vida, e, com o fim do tráfico de escravos em 1850 e, conseqüentemente, o fim da escravidão em 1888, os negros e seus descendentes formaram, majoritariamente, a classe pobre do Brasil⁴⁶.

As condições de vida a que estavam submetidos os negros e migrantes possibilitaram a geração de uma classe miserável no início do século XX. Era composta de homens, principal força de trabalho, e mulheres, que também compuseram a classe trabalhadora do campo e da fábrica. Mas, também seus filhos, que, no campo, eram obrigados a trabalhar nas lavouras e, na cidade, quando não trabalhavam nas fábricas, desenvolviam outras atividades nos centros urbanos. Isso lhes garantia a denominação de *menores de rua* ou *menores abandonados*. Sobre o trabalho nas fábricas, Rizzini (2004: 377), com base em seu artigo sobre “Pequenos trabalhadores do Brasil”, afirma:

[...] muitas crianças e jovens eram recrutados nos asilos de caridade, alguns a partir dos cinco anos de idade, sob a alegação de proporcionar-lhes uma ocupação considerada mais útil, capaz de combater a

⁴⁶ Sobre essa temática, veja-se CRUZ (1996).

vagabundagem e a criminalidade. **Trabalhavam 12 horas por dia em ambientes insalubres, sob rígida disciplina**⁴⁷.

Quanto à discussão sobre as atividades desenvolvidas na rua, ela pode ainda ser enriquecida com a contribuição de Santos (2004: 218), que, em artigo sobre a “Criança e a criminalidade no início do século” XX, ressalta que o *Menor*:

[...] era iniciado precocemente nas atividades produtivas que o mercado proporcionava, tais como fábrica e oficinas, também o era nas atividades ilegais, numa clara tentativa de sobrevivência numa cidade que hostilizava as classes populares. Desta maneira, o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se instrumentos pelos quais estes menores proviam a própria sobrevivência e a de suas famílias.

Esta citação permite ainda problematizar uma questão referente ao termo “menor”. Importa ressaltar que este termo sempre fora usado de forma preconceituosa, para caracterizar as crianças e adolescentes pobres. Sobre esse tema, Drexel (1994: 24), em seu estudo sobre “criança e miséria”, afirma que:

A palavra “menor”, antônimo de “maior”, passa a idéia de pequeno, ainda por formar-se, que não é sujeito pleno, que depende de um maior, sob cuja tutela e custódia deveria estar. Porém, o termo “menor”, nesse sentido, tem sido aplicado apenas às crianças e jovens de famílias bem-constituídas e estáveis.

O termo “menor”, compreendido no sentido exposto por Drexel, era, durante a vigência do Código de Menores, negado às crianças e adolescentes pobres, abandonados ou internos em orfanatos; a palavra “menor” assumia uma conotação pejorativa, considerando-se estes como “marginais”. Sobre isso, Passetti (1987: 37), assevera que “Menor é aquele que em decorrência da marginalidade social se encontra, de acordo com o

⁴⁷ Grifo nosso.

Código de Menores, em situação irregular”. Desse modo, o termo “menor” era, e ainda continua sendo, usado de forma preconceituosa⁴⁸.

Foi essa caracterização marginal, somada aos incômodos causados pelas crianças e adolescentes que ocupavam os espaços públicos urbanos, que fez com que o Estado se tornasse o principal responsável pela educação desses jovens, criando, no Século XX, legislações específicas a esse grupo.

1.6. Um panorama sobre as legislações concernentes à criança e ao adolescente

Segundo Passetti (2004: 347), o início do século XX foi marcado pela crueldade no tratamento às crianças e adolescentes pobres. Crueldades estas advindas do Estado, que criou políticas sociais e legislações específicas para atendê-los, substituindo as ações praticadas prioritariamente pelas instituições religiosas. Assim, ao percorrer a literatura que abrange essa temática, foi possível constatar que o Código de Menores (1927) configurou-se como uma das primeiras tentativas do Estado Brasileiro, de sanar a problemática que envolve a criança e o adolescente em situação de risco. Quando o Código foi aprovado, visando ao atendimento aos “menores infratores”, nele previa-se, conforme relata Bierrenbach em seu estudo sobre política e planejamento social, a criação de:

[...] “celas especiais”⁴⁹ para menores delinquentes, onde os mesmos eram submetidos a corretivos, considerados necessários para suprimir o

⁴⁸ Essa discussão pode ainda ser enriquecida com os argumentos de Marcílio (2006: 224): “Com a República, a distinção entre criança pobre e criança rica ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas públicas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas ‘classes perigosas’ e estigmatizada como ‘menor’, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho”.

comportamento delinqüencial. [...] abrigo para os desfavorecidos ou considerados inadaptados e menores abandonados que eram considerados perigosos. Nesse período, não era considerado menor abandonado apenas os que não tinham pai, mãe ou parentes responsáveis, mas, todos os que não receberam os cuidados necessários à sua formação de caráter, à saúde, à educação e à sua iniciação na vida. [...] regulamentava o trabalho infantil que antes era proibido, o governo acreditava que integrando o menor ao mercado de trabalho tiraria-o da delinqüência submetendo-o à obediência. E foi criado também o 1º. Juizado de Menores. Apesar das normas existentes sobre o menor conterem um caráter eminentemente de proteção, não havia condições satisfatórias para sua implementação (BIERRENBACH, 1987: 78).

Sobre o Código de Menores, Passetti (2004: 354) acrescenta que, a partir de sua publicação, o Estado tornou-se responsável pela “[...] internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinqüencial”.

Cabe ressaltar que, antes da criação do Código de Menores, a União Internacional *Save the Children* já havia elaborado um documento que ficou conhecido como Declaração de Genebra, que apontava os princípios básicos da proteção à infância. Esse documento foi redigido em 1923, foi aprovado em 1924 na 5ª Assembléia da Sociedade das Nações, com normas para os países que foram seus signatários.

O Brasil parece não ter dado importância à Declaração de Genebra, já que as medidas de atendimento às crianças e adolescentes pobres implementadas aqui objetivavam a punição destes. Com o alto número de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas das grandes cidades, o Governo brasileiro logo pôs em prática, no

⁴⁹ Ainda segundo Bierrenbach, as “celas especiais” eram algo que só existia no Código de Menores de 1927, onde se admitia o recolhimento de menores junto às delegacias de polícia. “Na realidade o ‘especial’ se constituiu, na maioria das vezes, em puro eufemismo” (1987: 81).

Estado de São Paulo, ações de recolhimento e “limpeza” dos centros urbanos, com a criação do Serviço Social de Assistência e Proteção do Menor em 1935. Segundo Bierrenbach (1987: 83), nesse período “Os menores apreendidos nas ruas, por qualquer causa, eram levados ao abrigo de triagem do serviço social de menores, onde eram separados por idades”, único critério observado no momento da triagem.

Ainda em 1941, o Decreto-Lei nº 3.799 criou o Serviço de Assistência a Menores (SAM), que pretendia amparar, em nível nacional, todos os “menores” desvalidos e infratores. Gradativamente, surgiam novas leis e decretos que regulamentavam a “prisão” de adolescentes, como o Decreto-Lei nº. 6.026, de 24 de dezembro de 1943, que regularizava a internação de menores de 18 anos que praticavam atos infracionais. Essa prática já era prevista desde o Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Para Bierrenbach (op. cit.: 87), tal prática de prisões se justificava pelo fato de o menor não ser mais visto apenas como desvalido ou delinqüente, mas por ter passado a ser considerado perigoso.

É preciso ainda mencionar que, nesse mesmo período, os países que compunham a Organização das Nações Unidas (ONU), preocupados com o aumento progressivo do número de crianças e adolescentes em situação de risco, que afetava diversos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, aprovaram em 1959, em Assembléia Geral, a Declaração Universal dos Direitos da Criança⁵⁰. O Brasil assinou a Declaração, mas o Golpe Militar de 1964 impediu que esta fosse posta em prática no país.

Com o Governo Militar (1964), surgiu a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), abrangendo todos os que tinham menos de 21 anos, independentemente

⁵⁰ Essa Declaração foi firmada em Genebra em 1924 e tornada lei no Brasil em 20 de novembro de 1959.

da procedência de classe social. Com a PNBEM, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)⁵¹. Assim, posteriormente, o governo criou a FEBEM (casas de isolamento), justificando que crianças e adolescentes pobres precisavam ser educadas por serem consideradas não adaptadas à sociedade. Destinava-se a ser um local para a educação do “menor infrator”, e não um lugar de repressão. No entanto, como relata Costa (1999: 11), tendo como base sua experiência como coordenador de uma unidade, a FEBEM era “um desses depósitos de crianças e jovens que foram criados em todo o País, sob o rótulo pomposo de ‘Programas sócio-terapêuticos’”, que se mostrou como um local de tortura e espancamento. Todo o período em que vigorou o Regime Militar foi marcado pelo desrespeito aos direitos humanos e pela prática de ações violentas desencadeadas contra a população.

Com a reformulação do Código de Menores, ocorrida em 1979, foi introduzida no Brasil a Doutrina da Situação Irregular⁵², na qual a conduta jurídica invocava as condições sociais e pessoais da infância e da adolescência, e não o sistema que as gerava, para definir seu destino. A Doutrina da Situação Irregular modificou o regimento da FEBEM e criou um sistema de internação que marginalizava e excluía ainda mais os considerados “menores”. A internação de crianças e adolescentes em situação de risco sempre foi a forma mais eficaz encontrada pelo Governo para acabar com esse problema social, porém as medidas repressivas adotadas agravaram ainda mais a situação.

A internação em instituições assistenciais com suas rotinas opressivas contribuiria, segundo vários autores, para que a criança incorporasse as características de “menor”: Uma pessoa na qual não se pode confiar, nem

⁵¹ A FUNABEM foi criada por meio da Lei Federal nº. 4.513, de 1º de setembro de 1964.

⁵² “Durante a Doutrina da Situação Irregular, o ‘menor’ era equiparado ao criminoso adulto, o advogado de defesa precisava da aprovação dos diretores das unidades para visitarem os menores internados: a lei também legitimava a permanência de menores em dependências policiais, o que anteriormente ocorria à revelia” (BIERRENBACH, 1987: 82).

investir em educação, mas apenas controlar e reprimir (VIOLANTE *apud* KOSMINSKY, 1993: 160).

O Regime Militar, que aumentou o índice de maus tratos aos “menores”, só findou em 1985, período marcado por uma crise nacional, pela alta inflação, pela dívida externa, pelo baixo índice de escolaridade e pela fragilidade das instituições. Tais fatores provocaram uma reação da sociedade civil, que impulsionou a criação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o que culminou com a aprovação da nova Constituição Federal de 1988.

A retratação aos males causados às crianças e aos adolescentes começou a acontecer no final da década de 1980. A partir da Convocação da Assembléia Nacional Constituinte, surgiu a possibilidade de alterar de forma definitiva a legislação voltada à criança e ao adolescente. Com tal alteração, o Estado deveria extinguir a *Doutrina da Situação Irregular* e gerar a *Doutrina da Proteção Integral*, cuja base vinha sendo discutida em âmbito mundial desde 1979. Em 1988, por meio da Constituição brasileira, surgiu a perspectiva de que os direitos desses jovens começassem a serem garantidos. Assim, a Constituição ganhou o Artigo 227⁵³, que implementa a *Doutrina da Proteção Integral* e o *Princípio da Prioridade Absoluta* para o atendimento às crianças e aos adolescentes.

Essa nova visão adotada pelo Brasil, voltada à criança e ao adolescente, já era praticada em outros países desde a Declaração Universal de 1959, e, quando esta fez cinquenta anos, ao mesmo tempo em que se comemorava o décimo aniversário do *Ano*

⁵³ Conforme o artigo: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Art. 227 da Constituição Brasileira).

Internacional da Criança, a assembléia geral da ONU aprovou o texto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Isto se deu em conformidade ao texto da Convenção, tendo o Congresso Nacional Brasileiro aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA ampliou e definiu os compromissos da família, da comunidade e do poder público com os direitos da criança e do adolescente. Tanto o Estatuto quanto a Convenção garantem às crianças e aos adolescentes os mesmos direitos que têm os adultos, além dos direitos especiais aplicáveis à sua idade. A base doutrinária do ECA utiliza um sistema de garantias que consiste na ação conjunta da sociedade civil organizada através do cumprimento de deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público⁵⁴. Com a promulgação do ECA, extinguiu-se o Código de Menores, e com isso, o termo “menor”. Assim, os diretamente beneficiados pelo Estatuto, independentemente de sua condição social, passaram a ser tratados por “crianças e adolescentes”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente cria uma rede que envolve agentes sociais e públicos, responsáveis pela divulgação e garantia dos direitos por ele estabelecidos (pais, responsáveis, Conselhos de Direitos⁵⁵, Conselhos Tutelares, polícias, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e Juizado da Infância e Juventude). Cabe ressaltar que, segundo o ECA, os Conselhos de Direitos que devem funcionar em três níveis, nacional (CONANDA), estadual (CECA) e municipal (CMDCA), têm a função de projetar ações,

⁵⁴ Sobre essa temática, veja-se RAMOS (1997).

⁵⁵ Órgãos que fazem parte das diretrizes das políticas de atendimento, constantes do Livro II, art. 88, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

para garantir, a médio e longo prazo, o atendimento aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes⁵⁶.

O Estatuto criou também os Conselhos Tutelares, que devem atuar como sentinelas, permanentemente atentos ao pleno cumprimento da lei, zelando pela proteção e defesa de todas as crianças e adolescentes. Os Conselhos Tutelares têm por obrigação resolver os problemas do cotidiano desses indivíduos, no âmbito da família e da comunidade, além de conhecer e divulgar o Estatuto, no qual tem seu trabalho fundamentado. O ECA também abriu um grande espaço para que o sistema capitalista se tornasse “socialmente responsável” pela educação das crianças e adolescentes em situação de risco, através das ações sociais, das Organizações Não-Governamentais e do Fundo da Criança e do Adolescente (Fundo DCA). É importante ainda enfatizar que, após a criação do ECA, surgiu, um novo grupo social formado por empresários, políticos, eclesiásticos e intelectuais, voltados para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes⁵⁷.

No entanto, apesar de apresentar uma nova forma de compreensão sobre os direitos das crianças e do adolescente, após 17 anos de implementação, o ECA vem penetrando vagarosamente na sociedade, com o intuito de defender a criança e o adolescente. Isso faz com que se encontrem, nos dias atuais, práticas que ainda se assemelham às respaldadas pelos Códigos de Menores.

⁵⁶ Os Conselhos de direitos devem ser criados nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, de acordo com o Artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme o inciso II deste artigo, os Conselhos de Direitos são “órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular partidária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais”. Os conselhos devem, ainda, acompanhar a situação dos jovens no município, no estado e no país e trabalhar para a formulação e manutenção das políticas públicas e serviços sociais básicos, sendo, por esta função, denominados órgãos deliberativos. Possuem a competência para deliberar, controlar, articular e gerenciar recursos e são compostos por representantes, em igual número, dos movimentos sociais e dos órgãos públicos, daí serem chamados paritários.

⁵⁷ Sobre esse assunto, veja-se Frigotto (1998).

Foi em virtude da problemática supracitada, que surgiu o interesse em pesquisar o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua, após a implementação do ECA, delimitando o município de Vitória da Conquista (BA) como campo de pesquisa.

Capítulo II

A criança e o adolescente em situação de rua: uma análise do município de Vitória da Conquista (Bahia)

2.1. A formação história do município.

Vitória da Conquista é um município de porte médio do Nordeste brasileiro, beneficiado por um grande entroncamento rodoviário, composto por três rodovias estaduais (BA 263, BA 407 e BA 415) e por uma federal (BR 116). Polariza uma região com cerca de 80 municípios.

O território onde se localiza o município de Vitória da Conquista fora habitado no passado por povos indígenas: os Mongoyós (ou Kamakan), os Pataxós e os Ymborés (ou Botocudos). As aldeias desses povos se espalhavam por uma extensa faixa conhecida como Sertão da Ressaca, que vai das margens do Rio Pardo até o Rio das Contas.

Segundo Tanajura (1992: 33), em sua pesquisa sobre a história do município, o surgimento de “Vitória da Conquista está ligado às descobertas das minas de Arassuay e à exploração dos rios Doce e São Mateus”. Localizada numa região conhecida como Sertão da Ressaca, a cidade começou a ser construída no ano de 1752, quando a tropa do mestre de campo João da Silva Guimarães iniciou o combate aos índios que ali residiam. Como os soldados começaram a esmorecer, por serem inferiores em número aos combatentes indígenas e por não disporem das armas de fogo, devido ao uso excessivo destas durante

todo o dia, Guimarães, para tentar ganhar a batalha, animou seus companheiros, invocando a proteção de Nossa Senhora da Vitória. “Animados pela intercessão da santa, os soldados lutam corpo a corpo com os índios, usando facões e outras armas brancas” (*Idem*: 34). Os índios que sobreviveram à guerra foram dizimados com o passar do tempo por meio de envenenamento, doenças contagiosas e escravidão.

Após a vitória dos bandeirantes sobre os indígenas, a região conquistada ficou sob a direção de João Gonçalves da Costa, genro de João da Silva Guimarães, que iniciou a abertura de estradas, ligando-a ao interior e ao litoral. Em homenagem à vitória sobre os índios, com a *intercessão de Nossa Senhora da Vitória*, surgiu o *Arraial da Conquista*, primeiro nome dado à cidade nos fins do século XVIII. Em 1808, foi erguida, no local da batalha, a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, como pagamento da promessa feita à santa. Posteriormente, como afirma Tanajura (1992: 45), “esta se tornou Matriz pelo decreto nº 124 de 19 de maio e 1840, quando o Arraial da Conquista se tornou Vila com o nome pomposo de Imperial Vila de Nossa Senhora da Vitória”.

Após a Proclamação da República Brasileira, em 15 de novembro de 1889, a Imperial Vila da Vitória passou a chamar-se *Cidade de Conquista*; por fim, em 1943, através do Decreto de Lei nº. 141, de 31 de dezembro de 1943, ganhou o nome atual de Vitória da Conquista. Seu crescimento e desenvolvimento econômico e comercial aconteceram atrelados aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo após a construção da BR 116 (RIO-BAHIA), na década de 1940. A abertura dessa estrada, que objetivava interligar as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo aos Estados do Nordeste, possibilitou a circulação de cargas e o aumento do número de migrantes na cidade de Vitória da Conquista. Consoante artigo publicado no Jornal *O Fife* em 09 de novembro de 1977:

O setor urbano amplia-se na referida década e, para usar palavras de um observador do tempo, “vieram as primeiras casas comerciais dignas desse nome”. As ligações rodoviárias com outros centros e a Segunda Guerra Mundial auxiliaram grandemente o desenvolvimento da cidade.

Com o rápido desenvolvimento econômico da cidade, na década de 1940, surgiu um grande número de migrantes, através da RIO-BAHIA e de estradas regionais que, sem trabalho e dinheiro, ampliavam a classe pobre que residia na cidade. Ainda conforme Tanajura (1992: 18), na década de 1940, Vitória da Conquista tinha uma população estimada de 33.554 habitantes. Esse número, de acordo com o artigo publicado no jornal *O Fifó*, apresentou mudanças impressionantes nas décadas seguintes. Enquanto crescia a população urbana, diminuía a rural, caracterizando a fuga do campo para a cidade.

TABELA 1
Dados populacionais.
Município de Vitória da Conquista.
Período entre 1940 e 1960.

| Anos | Pop. Rural | Porcentagem | Pop. Urbana | Porcentagem | Total |
|------|------------|-------------|-------------|-------------|---------|
| 1940 | 24.910 | 74,3% | 8.644 | 25,7% | 33.554 |
| 1950 | 26.993 | 58,4% | 19.463 | 41,6% | 46.456 |
| 1960 | 31.401 | 39,3% | 48.712 | 60,7% | 80.113 |
| 1970 | 41.569 | 32,5% | 85.959 | 67,5% | 127.528 |

Fonte: Jornal *O Fifó*, Vitória da Conquista, 11 out. 1977.

A grande seca ocorrida na década de 1950 agravou ainda mais o êxodo rural, provocando a migração para a cidade. Segundo Tanajura (1992: 74), a “grande migração de sertanejos fugidos de áreas onde a incidência da seca, na primeira metade da década de 50” favoreceu o crescimento do município, aumentando seu contingente populacional. Desta forma, destaca-se o acúmulo de mendigos nas ruas da cidade, entre eles crianças e adolescentes”.

Apesar da diminuição da população rural, o município de Vitória da Conquista sempre foi caracterizado pela agricultura de subsistência baseada no trabalho familiar. Na década de 1970, despontou por ter o café como principal produto agrícola, chegando a ser conhecido como a “terra do café”. Com a crise cafeeira da década de 1980, o êxodo rural provocou o aumento da população que se concentrava na periferia da cidade. Nesse período, o município passou a ampliar os investimentos no seu pólo de serviços, expandindo, assim, a educação, a rede de saúde e o comércio. Vitória da Conquista passou a ter a terceira economia do interior baiano.

Atualmente, o município, considerado o terceiro da Bahia em número de habitantes, destaca-se como pólo de educação e pesquisa contando com um *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e outro da Universidade Federal da Bahia (UFBA); três faculdades particulares: Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), e Faculdade Juvêncio Terra (JTS); uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), além de uma ampla rede pública e particular de ensino fundamental e médio. Ampliou a rede de atendimento à saúde a partir da municipalização da saúde, ocorrida em 1997. Desenvolveu também seu pólo comercial e industrial com a implantação de indústrias nacionais e o crescimento das macro e pequenas empresas.

Devido a esse crescimento, a cidade passou a atrair cada vez mais a população dos municípios vizinhos, o que aumentou também os problemas sociais que demandaram a implantação de diversas ações no decorrer de sua história.

2.2. Vitória da Conquista: crescimento demográfico e ampliação da pobreza

Esse rápido crescimento trouxe vários problemas – a falta de trabalho levou centenas de pessoas à mendicância, dentre as quais crianças e adolescentes, facilmente notados nas ruas da cidade, como descreve o jornalista Leôncio Basbaum, que visitou a cidade em 1956 e teceu um comentário sobre os habitantes.

[...] o que realmente me impressionou foi o grau de miséria em que a população vivia mergulhada. Mendigos por toda a parte, nas esquinas, na igreja, no mercado ou na feira, pelas estradas, à beira das calçadas. São andrajosos, esqueléticos, de aspecto doentio. Eles não têm aquela picardia dos mendigos das cidades grandes, nem a sua agressividade encontrada mesmo em algumas cidades da região do polígono. São mansos, humildes, como se pedissem desculpas por serem tão pobres. [...] Alguns têm um chapéu na mão, outros nem isso. Nem erguem a voz para implorar, salvo quando se trata de algum estranho à cidade, que pareça ter dinheiro. Ficam apenas silenciosos, nem olham para a gente, com a mão entreaberta esperam que alguém lhes lance uma moeda. A maioria nem agradece. E são de todas as idades, com a diferença de que os menores, crianças de 4 ou 5 anos, são mais agressivos, correm atrás da gente e puxam pelo paletó e, quando recebem alguma coisa, correm para o pai ou a mãe, que está semi-inconsciente, em algum canto de esquina, exibindo a nota como se fosse um troféu conseguido (BASBAUM, 1976: 55).

Esse comentário permite visualizar a existência de crianças e adolescentes em situação de rua mendigando pela cidade durante o período de sua expansão. Por outro lado, ainda segundo Basbaum (*Idem*: 56):

O mais interessante ainda é verificar quem dá esmolas. São pessoas que somente se distinguem dos mendigos por estarem de pé e terem menos remendos ou furos na camisa. Toda a população, mais da metade, conforme me pareceu, anda descalça, a roupa é velha e rasgada e raramente é limpa. [...] O que torna mais impressionante ainda o aspecto

dessa população sem esperanças, sobretudo de Jequié e Vitória da Conquista, é o número de aleijados, como se fosse uma lei sociológica do capitalismo. Quanto maior a população, maior o número de mendigos, marginais, doentes de toda a espécie. Mas em Vitória da Conquista e Jequié, essa percentagem me dava a impressão de ser pelo menos de cinquenta por cento.

Com o rápido aumento populacional, os diversos problemas detectados, em nível nacional relacionados ao elevado número de pobres e mendigos que circulavam pelos centros urbanos em busca de alimentos, entre eles crianças e adolescentes, estendiam-se para Vitória da Conquista. Assim, surgiram as primeiras campanhas assistencialistas que objetivavam amenizar o sofrimento dessas pessoas, sobretudo de crianças e adolescentes em situação de risco.

No dia 31 de março de 1949, foi fundada, em Vitória da Conquista, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, que visava a desenvolver atividades em favor da maternidade, da infância e da adolescência. Tal associação surgiu apoiada pelo Departamento Nacional da Criança, pelo Ministério da Educação e Saúde, por autoridades locais e era dirigida por um grupo de senhoras da cidade. Antes da criação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, Vitória da Conquista já contava com outras instituições que prestavam atendimento aos pobres (inclusive a crianças e adolescentes em situação de risco), dentre as quais a Santa Casa de Misericórdia, a Loja Fraternidade Conquistense, o Abrigo dos Filhos do Calvário e o Centro de Adaptação Social. De acordo com o artigo publicado no jornal *O Combate* (21/07/1949: 11):

[...] a exemplo de outros lugares, Vitória da Conquista, atravessa uma das fases mais promissoras no que diz respeito à Assistência Social, programa felizmente tão bem cuidado e em parte executado pelo Governo do Estado. Vitória da Conquista, hoje, possui Instituições que têm se dedicado inteiramente a estas causas, de certo, dentro de suas

possibilidades, mas vêm amparando dentro do possível a classe sofredora da terra.

A década de 1950 também é caracterizada pelo surgimento de três instituições de extrema importância para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco. A primeira, o Centro de Assistência Social de Vitória da Conquista, foi fundada no final da década de 1940 por parte da população conquistense com o apoio do Governo Estadual. Destinava-se a promover ações que visavam à melhoria do atendimento médico-hospitalar da cidade de Vitória da Conquista. Pretendia a criação de hospitais, maternidades, postos de saúde e creches com verbas que seriam conseguidas também através do Governo Estadual. Eram seus objetivos administrar e fiscalizar as ações desenvolvidas pelas instituições de saúde e apresentar relatórios aos órgãos competentes. Apesar da idéia da criação desse Centro ter surgido no ano de 1949, este só começou a desenvolver suas atividades em janeiro de 1951, prestando atendimento a “menores” carentes da cidade (apenas aos do sexo masculino). Para a manutenção do Centro de Assistência Social, era cobrada de cada sócio (advogados, médicos, comerciantes etc) uma anuidade de sessenta cruzeiros (dinheiro da época), com a qual foi criado um fundo social que mantinha as despesas normais da tesouraria e da secretaria.

A segunda, o Orfanato Santa Catarina de Sena, que, na década de 1960, passou a se chamar Lar Santa Catarina de Sena, formou-se a partir de uma escola criada pelas irmãs da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, no dia 15 de setembro de 1954, em uma antiga capela da Santa Casa de Misericórdia. Essa escola objetivava ensinar catecismo para crianças pobres que circulavam pelo centro da cidade. A construção do Orfanato foi iniciada no ano de 1957, e seu funcionamento teria por objetivo atender crianças e adolescentes pobres e/ou órfãos do sexo feminino em regime de internato.

O Clube da Amizade constitui a terceira e última instituição a ser aqui considerada. Fundado em 05 de julho de 1958 por iniciativa da senhora Lisete Pimentel Mármore, destinava-se às obras sociais e era um suporte para outras instituições. Era formado por senhoras da elite conquistense que faziam bazares, festas, feiras e rifas em benefício da comunidade carente e de outras instituições. Esse grupo também era responsável pela campanha do frio, realizada nas épocas de inverno.

A situação de pobreza na cidade Vitória da Conquista agravava-se a cada dia, o que fez com que, em 1962, o jornalista Créssio Alves, inconformado com o descaso que sofriam crianças pobres e principalmente as que estavam em situação de rua, lançasse uma nota criticando as atitudes dos governantes, afirmando que:

Não podemos conceber um país civilizado, tendo crianças morrendo de fome e frio. Não cremos num povo quando seus seres inocentes se desenvolvem na sarjeta. Não cremos numa civilização, onde a criança vive descalça e desnuda. Não cremos na viabilidade das reformas apresentadas, quando a infância é educada no vício e na miséria. [...] Ao tratarmos a questão da criança, não dirijamos as nossas palavras àquela que tem a felicidade do amparo e da orientação dos seus pais. O problema para o qual chamamos a atenção é o da criança pobre. Dessa infância que, na sua maioria, enche as ruas (Jornal *O Combate*, 15/10/1962: 02).

Tendo como base o artigo de Créssio Alves, nota-se que Vitória da Conquista enfrentava diversos problemas com o aumento do número de crianças e adolescentes pobres que circulavam pelas ruas da cidade.

Nesse período, Vitória da Conquista se encontrava em pleno crescimento econômico e demográfico, o que possibilitou, como relatado anteriormente, o aumento paulatino do número de crianças e adolescentes em situação de rua, que, incomodavam a elite conquistense. Contava com apenas uma instituição que retirava esses “menores” das

ruas, o Orfanato Santa Catarina de Sena, que atendia apenas meninas, deixando os meninos sem atendimento, logo, perambulando pela cidade, desenvolvendo diversas atividades (pedindo, roubando, trabalhando). Na tentativa de sanar esse problema e, em conformidade com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, o Centro de Assistência Social, em parceria com o Juiz de Menores e com o Conselho Municipal de Menores, criou, em 1965, a Escola de Aproveitamento de Menores⁵⁸, inaugurada em 1967, destinando-se a atender os “menores” encaminhados pelo Juiz de Menores ou pelo Conselho Municipal de Menores que estivessem em perigo ou “erro” social, prestando-lhes educação moral, profissional e intelectual. Essa instituição, porém, só pôde receber os primeiros educandos no ano de 1970. O atendimento era feito em regime de internato, semi-internato e externato, conforme deliberação judicial. Os “menores” atendidos tinham a faixa etária entre 05 e 18 anos. Aos que estavam no internato, só era permitida a saída da instituição sob autorização do Conselho Municipal de Menores. Essa regra contemplava até mesmo os atendimentos médicos.

Com a inauguração no dia 1º. da Escola de Aproveitamento de Menores (EAM) não se pode alegar que não há na cidade um lugar para internamento de menores que vivem enchendo as nossas ruas e Praças, exibindo esta situação que causa desolação, dando lugar também às críticas de quem nos visita (*Jornal de Conquista*, 25/07/1970: 04).

Era comum encontrar, em jornais da época, artigos que se referissem às atividades exercidas pela Escola de Aproveitamento de Menores como meio de integração social, como foi afirmado no *Jornal de Conquista*: “Os menores que ali se encontram e que foram

⁵⁸ A Escola de Aproveitamento de Menores passou a ser chamada, na década de 1980, de Fundação de Assistência ao Menor Carente (FAMEC) e, na década de 1990, de Centro Educacional de Vitória da Conquista, nome que permanece atualmente. No entanto, ainda é conhecida e denominada pela comunidade como FAMEC.

apanhados já na quase marginalidade estão se aperfeiçoando e no amanhã serão homens úteis à pátria” (*Jornal de Conquista*, 05/12/1970: 04).

A Escola de Aproveitamento de Menores e o Orfanato Santa Catarina de Sena representaram as principais instituições de atendimento a crianças e adolescentes pobres até a década de 1980. Entretanto, no período em que se findava o Regime Militar brasileiro, o município de Vitória da Conquista modificava sua política de atendimento às crianças e adolescentes pobres, ampliando o número de instituições de atendimento a eles, entre as quais estão o Grupo de Apoio ao Adolescente da Creche Vivendo e Aprendendo, fundado em 06 de setembro de 1982, o Centro de Recuperação e Amparo ao Menor (CREAME), criado em abril de 1985, a Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora das Graças, também criada em 1985, e a Associação dos Amigos da Pastoral do Menor, criada em 1987.

Em meados da década de 1980, o governo municipal já demonstrava preocupação com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, e na tentativa de melhorar a situação dos mesmos, criou, em 1987, o *Projeto Recriação*, para atender crianças e adolescentes pobres, com idades entre 10 e 17 anos, residentes nos bairros periféricos. A essas crianças e adolescentes eram oferecidos alimentação, atividades esportivas, artísticas e profissionalizantes. Esse projeto era executado em núcleos da cidade: Centro Social Urbano (CSU), localizado no bairro Brasil (Zona Oeste da cidade); Estádio Edivaldo Flores, localizado no bairro Alto Maron, e no Ginásio de Esportes Raul Ferraz, localizado no Centro da cidade (ambos Zona Leste). Em 1989, o então prefeito Murilo Mármore (PMDB), optou pela desativação do *Projeto Recriação*, substituindo-o pelo *Projeto Trabalhador Mirim*. Para o governo municipal, os adolescentes precisavam de condições de trabalho, para poder contribuir com a renda familiar. Assim, ao tempo em que era criado

o Estatuto da Criança e do Adolescente, o governo municipal de Vitória da Conquista executava o *Projeto Trabalhador Mirim* que distribuía carrinhos de mão e caixas de engraxate para os adolescentes pobres, para que os mesmos trabalhassem nos espaços públicos da cidade.

Cabe ressaltar que Vitória da Conquista entrou, durante a década de 1990⁵⁹, em uma fase de estagnação no que se refere à políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente. A única política sobrevivente era o *Projeto Trabalhador Mirim*, que trilhava um caminho inverso ao proposto pelo ECA. Todavia essa ação também foi abandonada durante a gestão do prefeito José Pedral Sampaio (1993-1997), também do PMDB⁶⁰.

A década de 1990 caracterizou-se pela ausência de diálogos por parte dos governos municipais com a comunidade e por ações que tentavam cercear as manifestações populares que lutavam pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Neste contexto, começou a se fortalecer o Movimento em Defesa das Crianças e dos Adolescentes. Sob essa ótica, Santos (1997: 191), afirma que, a partir do isolamento do governo, o Movimento:

[...] passou a pautar suas reivindicações com base na criação dos Conselhos e do Fundo, percebendo que, por estas instâncias, a relação com a prefeitura poderia modificar, pois o movimento poderia expressar suas idéias e subsidiar a elaboração das políticas que atendessem às demandas da infância e da adolescência.

⁵⁹ Cabe ainda ressaltar que, durante a década de 1990, foram criados, em Vitória da Conquista, vários órgãos de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, o Conselho Tutelar, a Vara da Infância e da Juventude e a Rede de Atenção e Defesa da Criança e Adolescente que articula as diversas instituições de ação educativa complementar existentes no município. Ampliou-se também o número de instituições não-governamentais com a criação do Projeto Pequeno Ofício da Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, em 1994, e da Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, em 1995.

⁶⁰ Para uma análise mais detalhada sobre esses governos, veja-se Santos (2007).

Mudanças significativas só surgiram a partir de 1997, após a vitória do médico Guilherme Menezes de Andrade (PT), que disputava o cargo de prefeito. O novo prefeito deu início às políticas governamentais de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, criando, em 1997 o *Programa Conquista Criança*⁶¹. Esse *Programa* iniciou suas atividades como um projeto piloto atendendo a 32 crianças e adolescentes que desenvolviam atividades nas ruas da cidade.

A partir 1998, o *Programa* passou a funcionar com Unidades distintas: *Unidade Central*, funcionando em um imóvel do SESI (Serviço Social da Indústria), localizado no bairro Cidade Modelo, onde são desenvolvidas atividades culturais, artísticas, esportivas, profissionalizantes, acompanhamento e reforço escolar para crianças e adolescentes entre 07 e 18 anos; *Unidade de Acolhimento Noturno*, que funciona em um imóvel municipal no Centro da cidade, objetivando atender crianças e adolescentes do sexo masculino em regime de pernoite e desenvolvendo atividades educativas; *Unidade de Educação de Rua*, funcionando em áreas distribuídas em espaços públicos da cidade, objetivando manter contato direto com as crianças e adolescentes em situação de rua, desenvolvendo atividades educativas e realizando encaminhamentos; a *Unidade da Zona Oeste*, instalada em 1999 nos vestiários do Estádio Municipal da Zona Oeste, com o objetivo de atender, durante o dia e através de atividades esportivas, artísticas e profissionalizantes, as crianças e adolescentes que pernoitavam na *Unidade de Acolhimento Noturno* e os encaminhados pela *Unidade de Educação de Rua*.

Com a criação da *Unidade da Zona Oeste*, o *Programa Conquista Criança* separou o atendimento prestado às crianças e adolescentes em situação de rua do prestado

⁶¹ O *Programa Conquista Criança* é executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), e foi criado por meio da parceria entre a Prefeitura Municipal, o governo estadual (convênio FUNDAC/SETRAS) e o federal (BCC/MPAS).

às demais crianças e adolescentes em situação de risco. No entanto, o governo municipal, optou por desativar a *Unidade da Zona Oeste* no ano de 2000, transferindo o atendimento das crianças em situação de rua para a *Unidade Central*, o que, posteriormente, contribuiu para a crise no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua⁶².

Em 2004, o *Programa Conquista Criança* voltou a funcionar com quatro unidades a partir da criação do *Núcleo de Produção*, instalado em 2004, com o objetivo de capacitar profissionalmente jovens a partir de 17 anos. Cabe ainda ressaltar que, durante as gestões do Partido dos Trabalhadores também foram implantados no município os projetos federais: *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*, *Projeto Sentinela*, (de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual), *Programa Agente Jovem* e *Programa Juventude Cidadã*. Além dos programas governamentais o município conta, atualmente, com mais 27 instituições de atendimento à criança e ao adolescente cadastradas no CMDCA⁶³.

⁶² Essa problemática será abordada adiante.

⁶³ As instituições cadastradas são: Associação Beneficente Santa Cruz – ABESC, Associação Conquistense de Integração do Deficiente – ACIDE, Associação de Amigos da Pastoral do Menor, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Associação Desportiva Primeiro Passo, Associação dos Amigos do Bairro Bela Vista, Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, Clube de Mães – Creche Criança Esperança, Creche Bela Vista, Creche Escola Mei-mei, Creche Joana D’arc, Creche Jurema, Creche União e Força, Creche Criança Feliz, Creche Vivendo e Aprendendo / Grupo de Apoio ao Adolescente, Fundação Educacional de Vitória da Conquista – FAMEC, Lar Santa Catarina de Sena, Organização Não-governamental Griot, Programa Integração AABB Comunidade, Centro de Recuperação e Amparo ao Menor – CREAM, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora das Graças, Projeto de Assistência à Criança – PROAC, Projeto Pequeno Ofício, União de Mulheres de Vitória da Conquista, Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora Aparecida e Associação de Educação para a Vida – ASSEV.

2.3. A política de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua na administração do Partido dos Trabalhadores – PT (1997 e 2007)

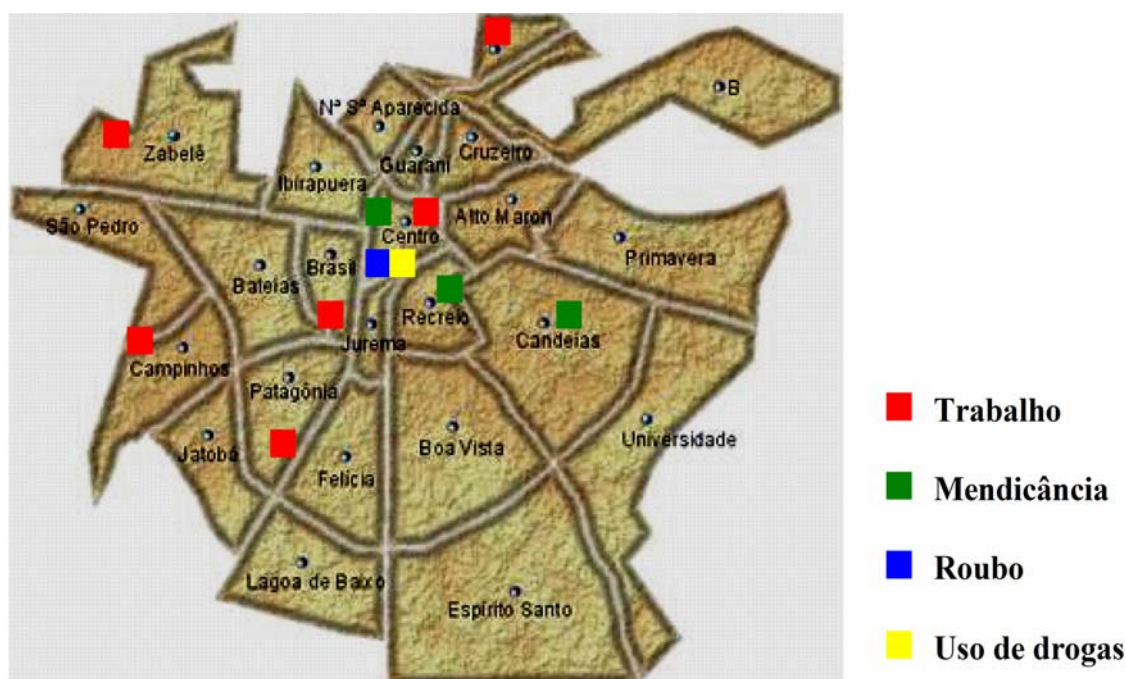
A criança e o adolescente em situação de rua sempre foi vítima de exploração e violência durante a história do Brasil. Essa situação só começou a ser modificada após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Em Vitória da Conquista, mesmo com a implantação do CMDCA em 1991, as exigências do Estatuto só alcançaram maior projeção a partir do ano de 1997, quando se iniciou a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores. Após várias tentativas de inserção dessas crianças e adolescentes em situação de rua nas instituições próprias para atendê-las, percebeu-se que o número dos que voltavam às ruas, por não se adaptarem às normas institucionais, era bem superior ao dos que permaneciam institucionalizados. Notou-se, então, que as instituições não ofereciam atrativos maiores, apesar de oferecerem a possibilidade de sua saída da rua e construção de um futuro mais promissor.

A rua configurava-se como um espaço amplo e de atividades diferenciadas, onde as regras existentes eram elaboradas pelas próprias crianças e adolescentes. Configurava-se também como um espaço de fácil aquisição de dinheiro e alimentos, graças à política de assistencialismo preferida pela população. Nem mesmo a violência policial, ou da população, afastava as crianças e adolescentes das ruas. Estar em situação de rua era incomparavelmente melhor do que estar em casa, já que esta, por sua situação de miséria, não oferecia condições de sobrevivência quando comparadas às da rua.

A partir dos problemas detectados em Vitória da Conquista (Mapa 1) e do agravamento da situação de miséria em todo o país, conforme tratado no capítulo I, tornou-se necessário iniciar o trabalho com estas crianças e adolescentes que se encontravam nas

ruas da cidade. Devido a essa situação, o governo municipal, ainda na primeira gestão do prefeito Guilherme Meneses de Andrade, com base na experiência do *Projeto Axé*⁶⁴ da cidade Salvador (BA), resolveu criar em 1998 a *Unidade de Educação de Rua* integrada ao *Programa Conquista Criança*, objetivando desenvolver atividades de educação de rua, com vistas a sensibilizar as crianças e adolescentes nesta situação para o restabelecimento dos vínculos familiares, educacionais, comunitários e sociais.

Mapa 1. Áreas de maior concentração de crianças e adolescentes em situação de rua em 1999.



Fonte: Programa Conquista Criança/Unidade Educação de Rua, 2004.

Os dados mostrados no mapa 1 apontavam uma grande concentração de crianças e adolescentes que trabalhavam. Cabe ressaltar que a maioria não estava em situação efetiva de rua, retornando para suas casas ao final do dia. Os que se localizavam no bairro Campinhos desenvolviam trabalhos de fabricação de farinha, os que estavam no bairro Zabelê trabalhavam recolhendo materiais recicláveis no aterro sanitário; e os que estavam

⁶⁴ O Projeto Axé foi criado em 1990, com a finalidade de absorver, em processo formativo, *crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social*, os então denominados *meninos de rua* (Cf. RODRIGUES, 2001).

na região A trabalhavam nos areais. As demais crianças e adolescentes que trabalhavam⁶⁵ se concentravam nos Bairros Centro, Brasil e Patagônia, onde se localizam as feiras e/ou centros comerciais de grande movimento.

Havia, também, uma grande concentração de usuários de drogas (*thinner*⁶⁶ e cola) numa área ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), localizada no Centro da cidade, onde também funciona a sede do CMDCA, e onde funcionava a sede do Conselho Tutelar; havia outro grupo na reserva ambiental do “Poço Escuro”. Durante a noite, muitos desses usuários, de ambos os grupos, se deslocavam para a Avenida Siqueira Campos. Os roubos também aconteciam nas imediações da SEMDES, onde localiza-se o CEASA, e ampliavam-se para as áreas da Praça Barão do Rio Branco, terminal de ônibus e Avenida Siqueira Campos, todas localizadas no Centro da cidade. A mendicância acontecia no Centro e nos bairros Recreio e Candeias, ambos de classe média.

Com base nesses dados, o *Programa Conquista Criança* iniciou o trabalho de implantação da *Unidade de Educação de Rua* com a seleção e capacitação dos profissionais que atuariam nesta Unidade. Tal capacitação foi feita por técnicos do *Projeto Axé* e contou com um estágio dos educadores no referido Projeto, na cidade de Salvador (BA). A *Unidade de Educação de Rua* nasceu com o princípio fundamental da educação para o “exercício da cidadania”, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e caracterizou-se pela recusa a uma ação assistencialista, pelo combate ao trabalho infantil e pela valorização da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

⁶⁵ Considerou-se trabalho, durante o mapeamento, as atividades: lavar carro, guardar carro, vender doces, vender picolé, engraxar sapatos, pegar carretos e vender ímãs para geladeira.

⁶⁶ Solvente que se adiciona a uma tinta com o intuito de torná-la menos viscosa (FERREIRA, 2004: 1956).

A proposta pedagógica da *Educação de Rua* surgiu baseada na mesma metodologia do *Projeto Axé*, a “Pedagogia do Desejo”, estruturada em suas três fases: paquera pedagógica, namoro e aconchego. Fundamentado no princípio ético-pedagógico, o trabalho desenvolvido pela *Educação de Rua* deveria ser de caráter diferenciado, de acordo com as peculiaridades das crianças e adolescentes em situação de rua⁶⁷.

A retaguarda de apoio da *Educação de Rua* era formada pelas seguintes entidades: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Juizado da Infância e da Juventude, Promotoria Pública e Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente.

Em 1999, o trabalho começou com seis educadores, divididos em três duplas, e um supervisor que acompanhava o grupo em reuniões de planejamento das atividades, visitas domiciliares, análise da prática e supervisão de área. Inicialmente, foi realizado um trabalho de observação que apontou a necessidade da formação de três áreas de trabalho: 1) Centro, compreendendo a Praça Tancredo Neves, a Praça Barão do Rio Branco, a Praça Nove de Novembro, a Praça da Bandeira, o terminal de ônibus da Avenida Lauro de

⁶⁷ Tal metodologia, implantada pelo Projeto Axé, objetiva, por meio do educador, estimular as crianças e os adolescentes a tomarem consciência de sua condição no mundo e a se perceberem enquanto sujeitos de direitos e deveres. Esta metodologia divide-se em três etapas. A primeira etapa, denominada “paquera pedagógica”, consiste em conhecer o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua, identificando suas ações e observando o seu ambiente. Esta é a fase do início da construção do vínculo do educador com o educando e visa a suscitar no primeiro a curiosidade em conhecer o segundo. É este o momento que possibilita as primeiras ações educativas, como, por exemplo, jogos e brincadeiras. A fase seguinte, “namoro pedagógico”, é o momento do fazer pedagógico que leva o educando a dar início ao seu próprio projeto de vida. É a fase em que a relação educador/educando prossegue com mais confiança e em que se dá o maior conhecimento e acolhimento por parte do educador das primeiras demandas, dos primeiros desejos do educando. É o período de maior sistematização das atividades e de programações mais detalhadas, em que são construídos os projetos pedagógicos. Também são feitos os primeiros encaminhamentos e mantidos os primeiros contatos entre os educadores e a família. No “aconchego pedagógico”, terceira e última etapa, o educando integra-se totalmente ao projeto da Educação de Rua, buscando a cada dia a consolidação do seu próprio projeto de vida. Neste momento, já se encontra mais maduro e preparado para fazer suas escolhas, podendo, assim, ser encaminhado a instituições que possam acolhê-lo em suas atividades. Para tanto, é preciso que o mesmo tenha retornado à família ou, na impossibilidade disto, encaminhado ao Conselho Tutelar.

Freitas e mediações do Fórum João Mangabeira; 2) Ceasa, compreendendo a Central de Abastecimento, a Avenida Crescêncio Silveira e a Praça Victor Brito; 3) Candeias, compreendendo a Avenida Brasil, a Avenida Rosa Cruz, a Avenida Olívia Flores, as imediações do Parque de Exposições Teopompo de Almeida e a Praça Guadalajara. Essas áreas foram divididas de acordo com a concentração e o perfil do público a ser atendido. As ações da *Educação de Rua* eram sempre desenvolvidas nas Praças públicas, utilizando-se os mesmos espaços do cotidiano das crianças e adolescentes.

Na primeira fase de atuação, a *Unidade de Educação de Rua* funcionou entre março de 1999 e abril de 2001, e, nesse período, atendeu a 369 crianças e adolescentes. Cabe notar que, por tratar-se de uma experiência nova de atendimento implantada no município e direcionada aos que estavam em situação de rua, a Unidade recebeu diversas críticas por parte da sociedade civil e da administração municipal. A primeira considerava que o trabalho apenas atraía um número maior de “marginais” para os espaços públicos, impedindo que “pessoas de bem”⁶⁸ pudessem frequentá-los com segurança; acreditavam que a melhor forma de resolver o problema seria criar centros de recuperação isolados da cidade, onde essas crianças e adolescentes deveriam ser inseridos. A última, preocupada com o aspecto físico da cidade, exigia que os encaminhamentos dos jovens deveriam acontecer de forma imediata sem um trabalho prévio de educação de rua⁶⁹. Com isso, a *Unidade de Educação de Rua*, por ser um projeto que visava a alcançar resultados a médio e longo prazo devido à sua metodologia, encontrava dificuldades para desenvolver suas ações, já que estas iam de encontro às exigências da administração municipal. Logo, a mesma administração municipal que criou a *Unidade de Educação de Rua* optou pela sua

⁶⁸ Os termos “marginais” e “pessoas de bem” são utilizados por parte da sociedade e do poder público para separar as crianças e adolescentes em situação de rua do restante da sociedade.

⁶⁹ Todos os dados aqui descritos foram obtidos pelos mapeamentos da *Unidade de Educação de Rua*, arquivados na *Unidade Central do Programa Conquista Criança*.

desativação gradativa, que se consolidou em maio de 2004, em decorrência do corte de recursos e da redução do seu quadro de educadores, sem novas contratações.

Importa destacar que, segundo os dados referentes aos atendimentos da *Unidade de Educação de Rua*, no ano de sua criação (1999), existiam 211 crianças e adolescentes com idades entre 06 e 17 anos em situação de rua. Dentre estes, 17% eram do sexo feminino, e 38% dormiam nas ruas. Ao findar-se o ano de 2000, a Unidade já havia catalogado 330 crianças e adolescentes em situação de rua, notificando que a porcentagem de mulheres havia reduzido para 16% e a dos que dormiam na rua, para 33%.

Após a desativação da *Unidade de Educação de Rua*, a falta de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua fez com que o aumento do número destes se tornasse mais evidente. Devido a essa problemática, a administração municipal solicitou que o *Programa Conquista Criança* mapeasse as crianças e adolescentes que estavam nas ruas.

Embora a *Unidade de Educação de Rua* estivesse legalmente desativada entre 2001 a 2003, os educadores de rua, ainda ligados ao *Programa Conquista Criança*, realizaram dois mapeamentos⁷⁰ no perímetro urbano da cidade de Vitória da Conquista, com duração de três semanas cada um. No primeiro, realizado em 2002, foram identificadas 161 crianças e adolescentes em situação de rua com idades entre 06 e 17 anos; dentre estas, apenas 3% eram do sexo feminino e 15% dormiam na rua. No que se refere à educação formal, 81% estavam na escola. O mapeamento também demonstrou que 89% das crianças e adolescentes trabalhavam, e 11% mendigavam. Entre os que trabalhavam e os que mendigavam 23% usavam drogas e/ou roubavam.

⁷⁰ Dados obtidos junto aos documentos da Unidade de Educação de Rua, arquivados na Unidade Central do *Programa Conquista Criança*.

TABELA 2
Mapeamento das crianças e adolescentes em situação de rua.
Vitória da Conquista.
Período: 2002.

| ÁREAS | ABRANGÊNCIA | NÚMEROS | | |
|-----------|--|----------|------------|---------|
| | | Matutino | Vespertino | Noturno |
| CENTRO | Terminal de ônibus, Praça Nove de Novembro, Praça Barão do Rio Branco, Praça da Bandeira, Praça Tancredo Neves e Prefeitura. | 15 | 20 | 07 |
| CEASA | Praça Vítor Brito, Central de Abastecimento, Avenida Crescêncio Silveira e Avenida Regis Pacheco. | 18 | 13 | 00 |
| CANDEIAS | Avenida Brasil, Avenida Rosa Cruz e Avenida Olívia Flores. | 01 | 06 | 08 |
| BOM PREÇO | Avenida Vivaldo Mendes e Avenida Siqueira Campos, e Praça Guadalajara, Praça do Gil e Fórum. | 05 | 09 | 21 |
| BRASIL | Avenida Alagoas, Avenida Frei Benjamim, Avenida Brumado e o Mercado Municipal. | 07 | 06 | 12 |
| PATAGONIA | Avenida Frei Benjamim, BR 116, Terminal Rodoviário e Mercado Municipal. | 06 | 07 | 00 |

Fonte: Unidade de Educação de Rua/Programa Conquista Criança/PMVC – Elaborada pelo pesquisador.

Durante o segundo mapeamento, realizado no ano de 2003, foram identificadas 155 crianças e adolescentes em situação de rua com faixa etária entre 07 e 17 anos, dentre os quais 16% eram do sexo feminino e 13% dormiam nas ruas. Apenas 52% estavam na escola. Ainda, 51% trabalhavam, 38% mendigavam e 24% faziam uso de drogas e/ou furtavam. Quando se observa os dois mapeamentos, percebe-se que, entre os anos de 2001 e 2003, a percentagem de crianças e adolescentes do sexo feminino subiu de 3% para 16%, o número dos que estavam fora da escola subiu de 9% para 48%, enquanto a quantidade dos que trabalhavam diminuiu de 89% para 51%. Em contrapartida, a mendicância subiu de 11% para 38%.

TABELA 3
Mapeamento das crianças e adolescentes em situação de rua.
Vitória da Conquista.
Período: 2003.

| ÁREAS | ABRANGÊNCIA | NÚMEROS | | |
|-----------|--|---------------|------------|---------------|
| | | Matutino | Vespertino | Noturno |
| CENTRO | Terminal de ônibus, Praça Nove de Novembro, Praça Barão do Rio Branco, Praça da Bandeira, Praça Tancredo Neves e Prefeitura. | 32 | 17 | 12 |
| CEASA | Praça Vítor Brito, Central de Abastecimento, Avenida Crescêncio Silveira e Avenida Regis Pacheco. | 11 | 10 | Não realizado |
| CANDEIAS | Avenida Brasil, Avenida Rosa Cruz e Avenida Olívia Flores. | 02 | 08 | Não realizado |
| BOM PREÇO | Avenida Vivaldo Mendes e Avenida Siqueira Campos, e Praça Guadalajara, Praça do Gil e Fórum. | Não realizado | 09 | 12 |
| BRASIL | Avenida Alagoas, Avenida Frei Benjamim, Avenida Brumado e o Mercado Municipal. | 02 | 14 | 16 |
| PATAGONIA | Avenida Frei Benjamim, BR 116, Terminal Rodoviário e Mercado Municipal. | 07 | 03 | Não realizado |

Fonte: Unidade de Educação de Rua/Programa Conquista Criança/PMVC – Elaborada pelo pesquisador.

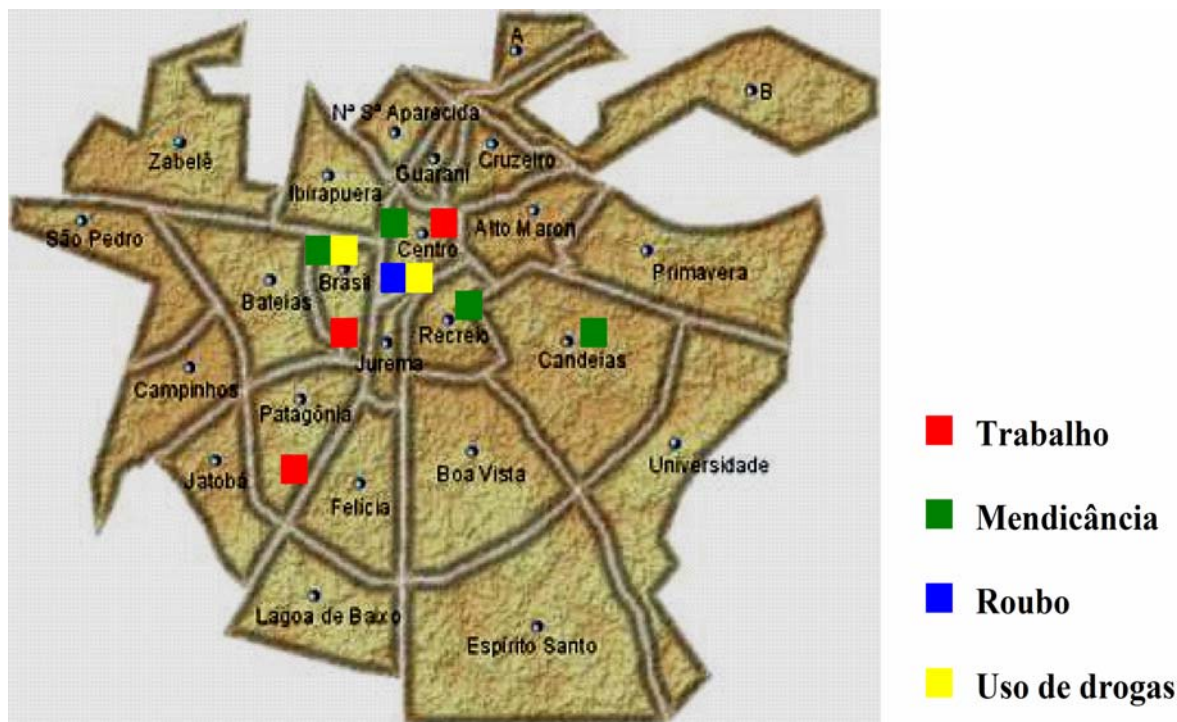
O mapeamento também revelou os perigos a que estavam expostas as crianças e adolescentes, tais como as situações de trabalho e consumo de drogas (antes mais limitado ao uso de cola de sapateiro e, posteriormente, abrangendo substâncias mais agressivas, como *crack* e cocaína). Com base nos resultados obtidos, também foi possível redefinir o mapa da cidade (mapa 1), focalizando as áreas de maior risco e as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes. Os dados mostrados no mapa 2, quando comparados com os do mapa 1, apontam uma diminuição nas áreas onde se concentram as crianças e adolescentes que trabalham. Nessa direção, as áreas Campinhos, Zabelê e Areal tiveram uma grande redução no número de crianças e adolescentes devido à atuação dos Programas

PETI e Recicla Conquista⁷¹. No entanto, não houve alteração nas demais áreas. Os usuários de drogas saíram das imediações da SEMDES, após a implantação de um Posto Policial no local, e da reserva ambiental do “Poço Escuro”, e passaram a se concentrar nas proximidades do Ginásio de Esportes Raul Ferraz, do Mercado Municipal do Bairro Brasil. Permanecia, entretanto, o uso de drogas na Avenida Siqueira Campos durante à noite.

O uso de cola diminuiu devido à ampla fiscalização realizada nas lojas que comercializam o produto, sendo substituído pelo da maconha e do *crack*, que passaram a ser usados em locais públicos juntamente com o *thinner*. A aquisição da maconha e do *crack* generalizou-se, tendo em vista que estes podem ser adquiridos nos pontos de distribuição conhecidos como “bocas”. Ainda cabe ressaltar que não houve alteração nos locais de roubo, e a mendicância que acontecia no Centro e nos bairros Recreio e Candeias ampliou-se para o Bairro Brasil, em decorrência do deslocamento dos usuários de drogas para esta área.

⁷¹ Programa de Reciclagem, implantado em Vitória da Conquista em 2002, objetivando organizar em cooperativa os trabalhadores que atuavam no aterro sanitário.

Mapa 2. Áreas de maior concentração de crianças e adolescentes em situação de rua em 2002.



Fonte: *Programa Conquista Criança* / Unidade Educação de Rua, 2004.

O resultado apresentado voltou a preocupar o poder público, já que as políticas assistencialistas implantadas e as instituições de ação educativa complementar não conseguiam manter as crianças e adolescentes em situação de rua em suas atividades. Devido a essa problemática, o grupo técnico do *Programa Conquista Criança*⁷² sugeriu à administração municipal que reativasse a *Unidade de Educação de Rua*, o que foi feito pelo poder municipal no ano de 2003.

Após a reativação da *Unidade de Educação de Rua* (final de 2003), foram registradas, no ano de 2004, 165 crianças e adolescentes em situação de rua, dentre os quais 8% eram do sexo feminino, 63% mendigavam e 39% usavam drogas e dormiam na rua. Nota-se, com base nos dados, que, apesar do número de crianças e adolescentes que estavam em situação de rua, durante os períodos de catalogação, oscilar com muita

⁷² Grupo formado por coordenadores das diversas áreas de atuação do Programa que planejavam, executavam e avaliavam as ações desenvolvidas.

frequência, o número dos que estavam fora da escola, dos que mendigavam e/ou usavam drogas aumentava consideravelmente. Esse aumento justifica-se pela atuação do PETI e da *Unidade Central do Programa Conquista Criança*, que absorvem os que estão em situação de rua, mas que ainda mantêm vínculo familiar e não dormem na rua. Todavia, são justamente os que tomam a rua como moradia que representam a grande parcela de mendigos e infratores.

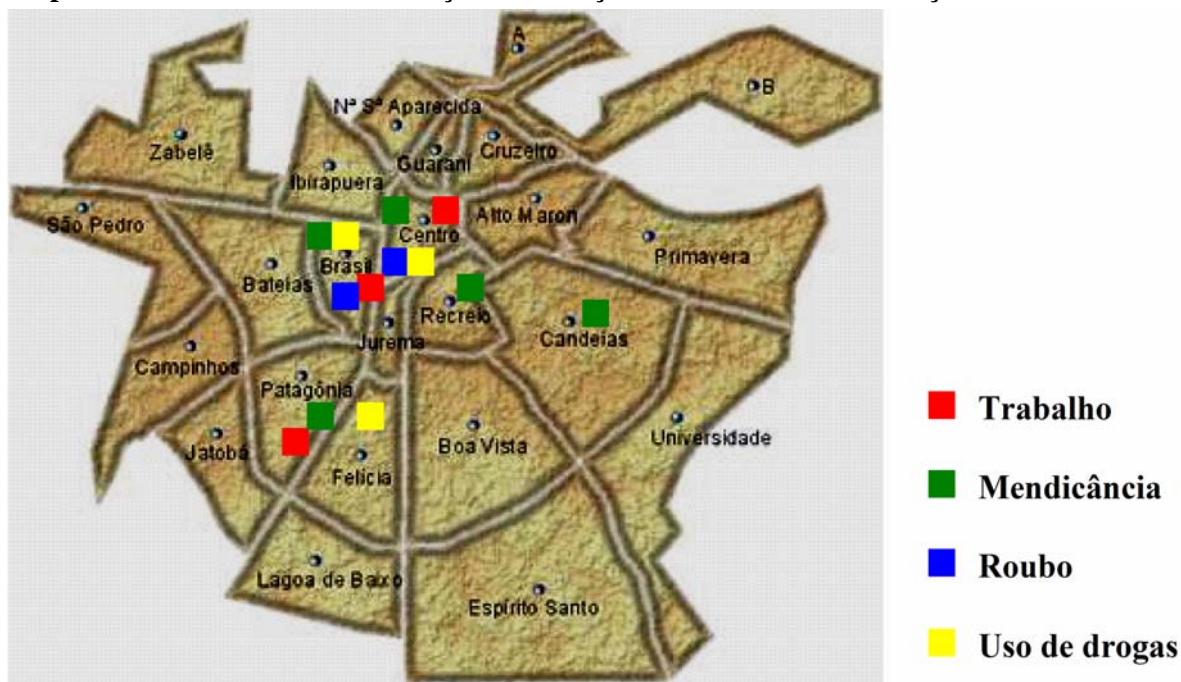
Usando a mesma metodologia de trabalho da primeira fase, a *Unidade de Educação de Rua*, apesar da apresentação de resultados qualitativos, voltou a enfrentar a mesma crise que provocou sua desativação em 2001, e agora com um agravante: era a segunda gestão do Partido dos Trabalhadores, e para a nova administração, a criança e o adolescente deixavam de ser a “prioridade absoluta” do município, como acontecera na primeira gestão.

Com as mudanças ocorridas nos cargos de secretariado do município, a *Unidade de Educação de Rua* passou a enfrentar as seguintes dificuldades: falta de compreensão do seu trabalho por parte de vários setores da administração municipal; falta de compreensão do seu trabalho por comerciantes e comunidade em geral; dificuldades em atender toda a demanda de crianças e adolescentes em situação de rua; falta de retaguarda de apoio por parte dos órgãos de garantia de direitos.

A Unidade funcionou no ano de 2004 em duas áreas da cidade no turno vespertino (Centro e Praça Victor Brito), dando assistência a outras áreas com grande concentração de crianças e adolescentes. Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, a Unidade funcionou até setembro de 2005, quando foi desativada por completo. Com base nos dados

coletados junto aos arquivos da *Unidade de Educação de Rua*, foi possível reformular o mapa da situação das crianças e adolescentes em situação de rua no ano de 2005 (Mapa 3).

Mapa 3. Áreas de maior concentração de crianças e adolescentes em situação de rua em 2005.



Fonte: *Programa Conquista Criança/Unidade Educação de Rua*, 2005.

Os dados contidos no mapa 3 não apontam mudanças nas áreas de trabalho. Todavia surgiu um novo grupo de trabalhadores formado pelos “malabaristas” que fazem *performances* nos semáforos, utilizando frutas, bolas ou pinos. Não houve alteração nas áreas de roubo, entretanto, ampliaram-se as áreas de mendicância, contemplando agora a Avenida Frei Benjamim, tanto no bairro Brasil quanto no bairro Patagônia. Ampliaram-se também as áreas de uso de drogas com o surgimento da área denominada “lage”, funcionando no bairro Felícia, nas construções do centro de treinamento do clube de futebol Serrano.

Quanto aos bairros de origem dessas crianças e adolescentes, catalogados entre 1999 e 2005, 61% ficam localizados na Zona Oeste⁷³ da cidade, onde se concentra a maioria da população pobre. Dentre os bairros da zona oeste, os que mais agregam os familiares das crianças e adolescentes em situação de rua são: Patagônia, Cidade Modelo, Antônio Brito, Coveima I e II, Brasil, Nossa Senhora Aparecida, Bruno Bacelar, Kadija, Recanto das Águas, Henriqueta Prates, Miro Cairo e Jardim Valéria. Em decorrência do fato de a zona oeste da cidade concentrar o Centro e a maioria dos bairros de classe média, a população pobre reside nos bairros das extremidades, dentre eles: Petrópolis, Pedrinhas, Alto Marom, Panorama, Jardim Sudoeste, Urbis VI, Guarani, Renato Magalhães e Vila América. Contudo, as ruas mais freqüentadas pelas crianças e adolescentes são as do Centro, das feiras e de alguns bairros de classe média: Recreio e Candeias, ambos na zona leste.

Nota-se que essa situação que envolve o município de Vitória da Conquista demonstra que a saída das crianças e adolescentes de suas casas para a rua é uma conseqüência da desestrutura familiar, da má distribuição de renda e da infra-estrutura precária dos bairros. Esses problemas são reflexos da situação nacional que, mesmo com a implementação de uma nova legislação e de várias políticas assistencialistas, têm perdurado até os dias atuais.

Os dados demonstram que a precariedade da condição de vida familiar detona a saída de casa de muitas crianças e adolescentes que têm que se dirigem para a rua em busca de atividades de ganho de dinheiro e alimento que amenizem os seus problemas. Por outro lado, quando essas crianças e adolescentes se deparam com as vantagens que a rua lhes proporciona e que são, incomparavelmente superiores às da sua moradia, alguns

⁷³ A cidade de Vitória da Conquista é dividida em zona oeste e zona leste por um antigo trecho da BR 116, também conhecida como Rio-Bahia. Após a construção do Anel Viário, que desviou a BR por uma área externa à cidade, esse trecho passou a ser denominado Avenida da Integração.

preferem não retornar à miséria e à violência familiar, tomando a rua como seu espaço de moradia e passando a conviver com outros moradores.

Atualmente, não há em Vitória da Conquista nenhuma instituição ou programa que atenda diretamente à criança e ao adolescente em situação de rua, desde a desativação da *Unidade de Educação de Rua* no ano de 2005. Isso justificou a necessidade de pesquisar o cotidiano dessas crianças e adolescentes.

Capítulo III

A sociabilidade da rua: trajetórias, sobrevivência e percepções

As crianças e adolescentes em situação de rua sempre foram obrigados a buscar estratégias para a manutenção de sua vida, que, para eles, está diretamente ligada a um vínculo com uma atividade de trabalho. Essa realidade se evidencia em diversas cidades do Brasil. No entanto, esta pesquisa centra-se nas ações dos jovens em situação de rua da cidade de Vitória da Conquista, durante o período de 1997 a 2007, buscando identificar, com base na sua experiência, as características intrínsecas ao seu cotidiano e pouco visualizadas por muitos dos que os cercam. A partir da pesquisa de campo e da análise dos arquivos do *Programa Conquista Criança*, especialmente da *Unidade de Educação de Rua* (UER), foi possível coletar dados significativos para a compreensão do cotidiano dos jovens em situação de rua no município.

Nos documentos analisados (projetos, atas, ofícios, relatórios e circulares), não foram encontrados dados referentes ao número de crianças e adolescentes em situação de rua durante os anos de 1997 e 1998. Tais dados só puderam ser encontrados a partir do primeiro mapeamento realizado pela UER no ano de 1999 – ano em que esta Unidade fora criada.

A partir dos dados coletados junto aos arquivos da *Unidade de Educação de Rua* e das entrevistas realizadas com os adolescentes em situação de rua, foi possível traçar um

perfil destes grupos na cidade de Vitória da Conquista, destacando algumas de suas atividades de sobrevivência, e suas relações com os órgãos de garantia de direitos.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a maioria das famílias das crianças e adolescentes em situação de rua em Vitória da Conquista reside nos bairros periféricos acima destacados, excluindo-se apenas as que residem na zona rural ou em outros municípios, e que todas vivem em situação economicamente precária e com carência de infra-estrutura urbana necessária para a manutenção de uma boa qualidade de vida. Esses resultados se justificam pelo fato de Vitória da Conquista ser uma cidade de porte médio, atraindo um grande contingente de novos moradores vindos da zona rural e de outros municípios. Essas pessoas vão à Vitória da Conquista fugindo da pobreza e buscando melhores condições de vida. O que pode ser visualizado nos relatos dos adolescentes:

Faz tempo que nós tá aqui. Nós morava na Gameleira⁷⁴, ai nós veio pra cá. Lá tava muito ruim. Meu pai não tinha emprego, ai ele vendeu lá e nós veio morar no Bruno⁷⁵, ai eu vim pra rua (José, 15 anos).

Faz tempo não que nós veio para cá. Quando viemos pra Vitória da Conquista, fomos morar no bairro Cidade Modelo⁷⁶. Meus pais morreram lá em Feira de Santana⁷⁷. Nós vendeu a casa lá em Feira de Santana, aí nós tinha uns parente aí, lá na Cidade Modelo, aí nós veio pra cá. Eu vim com minha avó e meus sete irmão. Minha vó ela tinha um filho lá que ele tinha duas casa aí ele pegou e deixaram nós ficar em uma. Aí depois o dinheiro que ela vendeu a casa lá em Feira de Santana ela pegou e comprou a outra casa lá perto (Marcos, 16 anos).

⁷⁴ Região localizada na zona rural de Vitória da Conquista.

⁷⁵ Bairro localizado no alto da *Serra do Periperi*, zona oeste da cidade de Vitória da Conquista.

⁷⁶ Bairro periférico localizado na zona oeste da cidade de Vitória da Conquista.

⁷⁷ Município baiano localizado na zona de planície entre o recôncavo e os tabuleiros semi-áridos do nordeste baiano.

Conforme dados obtidos sobre a moradia das famílias, a maioria vive em casas de adobe ou em barracos feitos com sobras de materiais (papelão, madeira, ferro ou plástico); não há água potável em muitas casas, o que faz com que as famílias dependam da caridade dos vizinhos, que lhes cedem água, ou que busquem a mesma em chafariz ou cisterna; nesta última, a água é consumida sem nenhum tipo de tratamento.

Em algumas casas, também é possível perceber a inexistência de energia elétrica, sendo a iluminação feita por velas, candeeiros a querosene ou óleo automotivo, que é adquirido nas oficinas de troca de óleo. Nessas casas, é notória a carência de aparelhos eletrônicos, limitando-se, em alguns casos, à mera existência de um rádio à bateria. As residências que contam com energia elétrica dividem-se entre as que possuem energia via instalação própria e as que possuem instalação clandestina, o chamado “gato”. Todas as residências são carentes de móveis ou aparelhos eletrônicos novos. Os que existem, em pequena quantidade, são normalmente velhos ou mal conservados. Nota-se também que as residências são pequenas, as famílias se amontoam em um cômodo subdividido em quarto, sala e cozinha. Cabe ressaltar que a maioria das residências amplas limitam-se aos bairros Vila América e Recanto das Águas, onde foram construídas casas populares. Algumas residências ainda utilizam fogão à lenha e, devido à impossibilidade de se coletar lenha nas matas conquistenses e ao fato de que as famílias não têm recursos para comprar lenha, a manutenção do mesmo é feita com restos de madeiras coletados junto às madeiras, marcenarias ou depósitos de lixo.

É importante ressaltar que todos os bairros de Vitória da Conquista contam com escolas públicas em suas proximidades e transporte coletivo. Por outro lado, ainda há carência de espaços de lazer, pavimentação das ruas e iluminação pública. Percebeu-se também o alto índice de violência, principalmente nos conjuntos habitacionais criados pela

prefeitura. Cabe enfatizar que essa realidade a que os bairros estão submetidos torna-se fator detonador da ida de crianças e adolescentes às ruas.

Os dados demonstraram também que todas as famílias são normalmente formadas por desempregados e trabalhadores autônomos ou temporários, comumente chamados de biscateiros. Essa relação trabalhista implica na inexistência de carteira de trabalho assinada ou em direitos trabalhistas.

Muitas das famílias são desestruturadas e/ou compostas por cinco ou mais pessoas. Segundo um dos adolescentes entrevistados, ele não conhece o pai, pois dos seis filhos que sua mãe teve quatro são de pais diferentes. Segundo Kosminsky (1993: 164), a figura do pai ou padrasto, normalmente, é inconstante na ligação com os jovens, “[...] ao contrário das mães, presença fundamental e decisiva na vida dos filhos”. São, muitas vezes, as escolhas conjugais da mãe que provocam o afastamento do filho. Ainda a esse respeito, outro jovem entrevistado revela um tipo freqüente de desestruturação familiar:

Eu moro com minha tia, meus pais morreram já. Eu tenho dois irmãos que moram no Rio. Minha irmã tem casa própria já. Meu irmão mora com minha irmã. Já morei no Rio, lá num deu muito certo não, aí eu vim pra qui. Aqui a convivência com minha tia é boa, eu me entendo com ela (João, 14 anos).

Outro fator que impulsiona a saída das crianças e adolescentes para a rua é a violência familiar. A violência, normalmente, acontece de duas maneiras, ou ela serve para expulsar a criança e o adolescente de casa ou, em alguns momentos, serve como meio para mantê-los em casa, como narra um adolescente:

Eu saí de casa porque minha vó, em casa, me amarrava, me acorrentava, porque eu não sabia o que era nada: como que era a rua, como que era

dinheiro, dinheiro pra mim era 10 centavos em diante, 5 centavos , por aí. Aí depois eu comecei vê o que era dinheiro. Comecei sair pra rua, pra ver se eu ganhava o dinheiro, comecei, aí fiquei na rua. Dinheiro agora pra mim é uma quantia que a pessoa pode comprar quase tudo que quer. Pra mim, dinheiro mesmo é na faixa de uns mil e num sei quantos reais. Estou na rua desde 2002, eu acho. Eu fugia de casa direto aí comecei dormir na rua. Em casa minha avó me amarrava com cadeado, corrente, um bocado de coisa pra eu não sair pra rua. Eu fugi de casa, dizia que eu ia pra escola, da escola eu fugia. Na rua, não tinha só dinheiro, tinha outras coisa lá, tinha coisa divertida pra brincar, algum canto pra ficar. Igual hoje, hoje eu tô aqui, eu jogo videogame, uma coisa que eu num largo é de jogar videogame (Paulo, 13 anos).

De acordo com os dados coletados junto às famílias⁷⁸, os principais motivos que levam as crianças e adolescentes a estarem nas ruas é a situação econômica familiar, o que se confirma no depoimento de um dos adolescentes entrevistados, que afirma que sua ida para a rua deu-se porque ele “tinha que vender vale-transporte pra ajudar dentro de casa, porque faltava dinheiro” (Pedro, 16 anos).

Para outro entrevistado, sua família teve grande influência na sua ida para a rua, tendo em vista que seu primeiro contato com a rua aconteceu junto com seus pais e irmãos, que se deslocavam para o Centro da cidade para mendigar comida e dinheiro. Segundo Gregori (2000: 68), “Para boa parte das famílias das quais esses meninos trabalhadores são egressos, a rua é freqüentemente o espaço de trabalho não só dos meninos, mas também dos outros membros da família”. Tal afirmação também pode ser enriquecida com o relato de outro entrevistado, que afirma:

⁷⁸ Dados obtidos junto aos documentos da *Unidade de Educação de Rua*, arquivados na *Unidade Central do Programa Conquista Criança*.

Eu fui com 11 anos. Eu fui acompanhando meu irmão. Ele me chamou, eu fui. Ele tava no Rio de Janeiro, aí ele voltou pra cá aí me chamou, aí a gente foi pra rua, aí eu peguei fui atrás dele, com ele. Eu fiquei 2 anos na rua. Eu tinha contato com minha família, visitar a minha família. Eu voltei, depois eu gostei de ficar aqui na rua (João, 14 anos).

Esse “gosto pela rua”, acima expresso, pôde ser percebido em todas as outras entrevistas. A rua é um espaço de lazer; muitas crianças e adolescentes encontram nela a diversão que não têm em casa nem nos bairros de origem, o que torna mais fácil o abandono destes. A rua, quando comparada à situação vivenciada pelas crianças e adolescentes em suas famílias onde, freqüentemente, impera a violência, pode se apresentar como uma nova casa.

A rua era um pouco divertida, porque na rua você tá ali, vai a qualquer lugar, num sabe que hora que vai chegar, sai assim é bom. Na rua tem diversão. A rua é um lugar bom, assim dependendo, é um lugar bom, porque muitas pessoas ficam em casa e são agredidos, assim, pela família. Aí tem muitas pessoas que prefere ir pra rua, acha que é um lugar melhor, já num tem muitas pessoas que vai ficar agredindo, tem gente que prefere ir pra rua do que ficar em casa (João, 14 anos).

Mesmo reconhecendo os perigos de se permanecer na rua, todos os entrevistados disseram gostar da rua e alguns afirmaram que a rua é melhor que a casa. Gregori (2000: 87), também se deparou com um cotidiano semelhante, em que um jovem entrevistado afirmou que a rua era melhor que a casa. Segundo ele, na rua há “[...] liberdade pra andar, comer, acordar na hora que quiser, brincar, zoar”, o que também pode ser constatado no relato de um adolescente conquistense:

Quando eu era pequeno, eu pensava assim: na rua eu faço o que eu quero, na minha casa não, você tem que estudar, tem que seguir as regras da casa. Por isso que eu desviei pros lado da rua, pela influência dos colegas.

Apesar de que a polícia achava a gente, batia, a gente se achava mais vivo na rua, a gente fazia o que quisesse mesmo que era arriscado, mas a gente fazia o que quisesse. Nesse momento, é melhor tá na rua do que na casa. Quando tava na rua, gostava que a gente era livre, fazia o que quisesse. Quando era pequeno, era bom, melhor. Em casa, era cheio de regra, e, na rua, não tem regra nenhuma (Lucas, 17 anos).

O relato acima, além de expor a atração que os jovens sentem pela rua, apresenta uma característica importante: quanto mais novo em idade, mais fácil fica conseguir esmolas. As políticas de caráter assistencialista atendem, prioritariamente, aos mais novos, excluindo os adolescentes, conforme o avanço de sua idade.

3.1. Cotidiano e trajetórias

Segundo dados da UER, 43% das crianças e adolescentes tornam-se moradores de rua dormindo em Praças públicas, em frente às casas comerciais e em barracos. Esses 43% normalmente pertencem a grupos que dormem nos mesmos espaços que adultos e jovens de ambos os sexos. Existe um vínculo de amizade muito forte entre os que estão em situação de rua, e é comum haver vários membros de uma só família dormindo nos mesmos espaços.

São muitos os locais escolhidos pelas crianças e adolescentes para pernoitarem e desenvolverem suas atividades de sobrevivência. Normalmente os locais de pernoite são escolhidos, de modo que possam fornecer o mínimo de estrutura capaz de acolhê-los.

Nós dormia nas calçada. Arrumava assim umas coberta, tinha vez que nós dormia desembruiado, ficava com frio, por causa que um puxa de lá, outra hora puxava de cá, o cobertor não era suficiente. Pra forrar o chão,

botava papelão. Antigamente, quando eu era menor, eu dormia na rua, por causa que a minha mãe ela bebia, aí não tinha como levar nós pra casa, aí nós dormia na rua, ela ficava bêbada e deixava nós lá na rua. Num sei dizer com quantos anos fui para a rua não, eu era muito pequeno (Pedro, 16 anos).

O relato deste adolescente mostra não apenas a precariedade dos espaços de pernoite na rua, como também a desestruturação familiar, representada pelo abandono da mãe alcoólatra. A maioria dos que estão em situação de rua pernoita em lugares insalubres, cobertos apenas por marquises. Suas camas são caixas de papelão distribuídas sobre o chão, e a única proteção contra o frio são os cobertores doados. Em muitos casos, de acordo com a sorte de cada grupo, é possível encontrar lugares mais aconchegantes para dormir, como relata outro entrevistado: “A gente dorme num banco, dentro do banco que é quente. Nós entra escondido, tem uns guarda que num fica lá não” (Marcos, 16 anos).

Além do frio que maltrata as noites de Vitória da Conquista, os pernoites na rua revelam perigos que fazem com que muitas crianças e adolescentes voltem a sentir falta de suas casas.

Num foi não bom ir para a rua. Lá num tem um lugar bom pra dormir. Pode dormir, uma pessoa pode fazer uma maldade, polícia pega, bate. Em casa não, você está seguro, dormindo quentinho, tem lugar pra comer; na rua, você num tem (João, 14 anos).

No entanto, mesmo com tantos perigos, a rua ainda continua a atrair diversas crianças e adolescentes. Suas qualidades superam as dificuldades, o que impede que muitas famílias consigam fazer com que seus filhos voltem para casa. De acordo com um dos entrevistados:

A família sempre me procurava na rua. Sempre me encontrava, ficava preocupada comigo, porque eu não tinha nenhum motivo de ir pra rua, mas pela influência dos amigos acabei entrando nesse mundo. Na rua, eu não mantinha contato com a família, me isolei completamente (Lucas, 17 anos).

Segundo este e outros relatos, o desejo de permanecer na rua provoca a fuga e o distanciamento da família, o que faz com que muitas crianças e adolescentes percam completamente os vínculos familiares.

Os problemas enfrentados pelas famílias pobres em seus bairros de origem fazem com que normalmente os recursos para amenização dos problemas sejam buscados em outros bairros onde se concentram pessoas de classe média ou nos centros comerciais, onde se pode apelar para a caridade até mesmo de pessoas de baixa renda. Assim, muitas crianças e adolescentes passam a buscar nas ruas os recursos necessários para a sobrevivência. O primeiro contato com a rua frequentemente é fascinante para os jovens, e, aos poucos, estes assumem o que denominam “vantagens de se tornar um menino ou menina de rua”.

A rua é um pouco divertida, porque, na rua você tá ali, vai a qualquer lugar, não sabe que hora que vai chegar. Sair assim é bom, na rua tem diversão. A rua é um lugar bom, assim dependendo, é um lugar bom. Muitas pessoas ficam em casa e são agredidos, assim, pela família, aí tem muitas pessoas que preferem ir pra rua, acha que é um lugar melhor, já não tem muitas pessoas que vão ficar agredindo. Tem gente que prefere ir pra rua do que ficar em casa (João, 14 anos).

Gregori (2000: 71) assinala que o perigo enfrentado “ordinariamente nas ruas”, muitas vezes, torna-se pequeno quando comparado às manifestações de violência que se apresentam no universo familiar e nos bairros onde residem, “[...] no qual a violência física não é só virtual”. A autora afirma ainda que:

Embora a rua exija “esperteza” e “coragem”, nem sempre ela é necessariamente mais violenta do que a família, a casa ou o bairro, e, muitas vezes esses jovens saem de casa, porque se envolveram (ou foram envolvidos) em situações nas quais continuar na rua ou no bairro significa correr risco (*Idem*: 97).

Outra questão refere-se ao apelo caritativo, em forma de esmolas e ajudas várias. A caridade da população, que extrapola os limites do assistencialismo, pode ser encontrada em cada canto do grande centro. Na rua, é possível encontrar até pessoas dispostas a levar crianças e adolescentes para suas casas, para pernoitarem, proporcionando-lhes uma noite em um “lar decente”.

Aos poucos, estes jovens vão descobrindo formas variadas de conseguir sensibilizar a população caridosa. Assim, surgem “grandes” vendedores que, com seu discurso, conseguem convencer o transeunte a comprar suas balas, vales-transportes, ímãs para geladeira, picolés, entre outros.

Já ganhei 500,00 numa semana vendendo doce. Na rua alguns ganham muito mais do que os outros, os outros, tem vez, que ganhava mais do que alguns. Ganham na faixa de 100 por dia, se juntar de todo mundo. Cada um ganha 20 reais, 30 por dia. No Natal, eu ganhei 45 reais num dia só vendendo doce. Numa caixa só, eu ganhei 45 (Paulo, 13 anos).

Nas ruas, também surgem os malabaristas que certamente encantam alguns motoristas que esperam a luz verde do semáforo acender. Surgem os “atores” que, com seus discursos e histórias, conseguem levar o ouvinte a um mundo, muitas vezes imaginário, de compaixão e piedade, e, assim, conseguem sensibilizar e obter ganhos. Aos poucos, de acordo com o domínio das habilidades necessárias para adquirir dinheiro, as crianças e adolescentes vão penetrando no “mundo da rua” e dominando suas regras, códigos e símbolos. Não se surpreendendo com a quantidade de recursos que podem

adquirir quando atuam desta forma. São esses recursos adquiridos na rua que vão propiciar uma renda extra nos sempre precários recursos familiares.

Olha, no domingo, tem vez que eu ganho 10, 12 reais pegando carrego. Vendendo passe, eu ganhava menos de 10 reais. O dinheiro eu mando pra casa, pra comprar alimento pra nós. Eu levo o dinheiro pra casa e minha tia compra as coisas, aí eu participava na hora de comer, assim num falta comida (Pedro, 16 anos).

Importa ressaltar que, os recursos obtidos são gastos com alimentação, compras em lojas, lanchonetes e *lan houses*⁷⁹ que vendem, por minuto, o acesso aos jogos digitais. Um adolescente entrevistado detalha a forma como é gasto o dinheiro,

Alguns de nós comprava lanche, ia pro *video game*, jogava, voltava, ia dormir já com a barriga cheia, comprava refrigerante, pão, mortadela, queijo, um bocado de coisa. Nós dava lanche pro vigia na porta do banco (Paulo, 13 anos).

Tais atividades se intensificam nos períodos festivos, como Natal, São João, dia das mães, dia das crianças etc. É nestes períodos que a cidade passa a receber um número altíssimo de consumidores. As lojas criam várias estratégias de vendas que atraem os consumidores, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e o Governo Municipal decoram as ruas com grandes bonecos, luzes coloridas, bandeirinhas e levam às Praças do centro comercial diversas atrações musicais e peças teatrais que seduzem os transeuntes. Tudo parece se transformar em uma grande festa que tanto encanta as crianças e adolescentes em situação de rua, como propicia a eles espaço de maior obtenção de dinheiro. As festas, muitas vezes, podem terminar altas horas da noite, impedindo o retorno das crianças e

⁷⁹ Lojas que vendem acesso a computadores. Normalmente o acesso é cobrado por hora de utilização das máquinas. Em Vitória da Conquista, o valor cobrado varia entre um e três reais por hora, a depender da *lan house*.

adolescentes para casa, obrigando-os a ficar brincando com seus amigos nas ruas, ou procurando um lugar para dormir.

Nos períodos que intercalam as festas, também é possível conseguir dinheiro, basta que cada criança ou adolescente se disponha a sair batendo de porta em porta nas grandes casas do Centro ou dos bairros de classe média, contar sua miserável história de vida e esperar pela caridade do proprietário. Podem ainda desenvolver atividades nas feiras livres, trabalhando como carregadores de feira, vendedores ambulantes autônomos ou vendedores comissionados, circulando pela feira vendendo frutas e verduras.

Diante destas perspectivas, crianças e adolescentes montam suas estratégias, utilizando o dinheiro para vários fins. As drogas e *vídeo games* consomem boa parte dos ganhos; as padarias, supermercados e outras lojas consomem o restante. Pais (2006: 12), em artigo intitulado “Buscas de si: expressividades e identidades juvenis”, reflete sobre a necessidade que o jovem, independentemente da classe social, tem de usufruir de jogos eletrônicos. Segundo ele, os jovens, “[...] nos jogos de computador ou vídeo, exercitam seu poder *performático*: ao utilizarem um simulador de vôo sentem-se pilotos; como jogadores, interiorizam a missão de um herói” tentando vencer o inimigo. Muitas vezes, os jovens transferem para o jogo parte dos problemas vivenciados, ao mesmo tempo em que se divertem.

Na rua, é mais fácil gastar o dinheiro arrecadado com divertimento e drogas, uma vez que a alimentação pode ser conseguida por outra via - há restaurantes e lanchonetes que, após o expediente, sempre distribuem o que sobra, há grupos ligados a igrejas e indivíduos que distribuem sopa, chocolate quente e biscoito durante a noite e cobertores e

roupas nos períodos mais frios. E, no Natal e Dia das Crianças, alguns recebem diversos presentes de palhaços ou do Papai Noel.

Não se pode generalizar, afirmando-se que todas as crianças e adolescentes em situação de rua dormem na rua. Muitos, devido aos fortes vínculos familiares, às diversas recomendações de seus responsáveis ou ao fato de estarem nas ruas acompanhados da família, conseguem retornar todo fim de tarde para casa. Contudo, a rua ainda continua a exercer forte atrativo, ainda que pese a violência nela gerada.

Cabe ressaltar que a rua possibilita que cada criança ou adolescente se identifique com seus pares provenientes do mesmo universo de miséria e que também buscam ali sua sobrevivência, formando grupos onde brincam, trabalham, em suma, a vida coletiva da rua começa a substituir os vínculos familiares. Sobre isso, Gregori (2000: 67) afirma que o rompimento dos vínculos familiares possibilita a composição de outros laços “[...] agora com o universo das ruas e, em particular, com as turmas que nelas são formadas”. Assim, complementa a autora “[...] a infância e a família são substituídas pelos grupos de pares nas ruas”.

Carvalho (2004: 103), em seu estudo sobre “Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas”, apresenta dois tipos de grupos de crianças e adolescentes que estão em situação de rua, os que trabalham nas ruas e mantêm vínculos familiares, retornando para casa e freqüentando a escola em outro turno, e os que trabalham de forma independente, que romperam os laços familiares envolvendo-se com a cultura da rua, dormindo periodicamente nas ruas e envolvendo-se com atividades ilegais e uso de drogas.

Em Vitória da Conquista, esses dois grupos se fazem visíveis no cotidiano. No primeiro, há crianças e adolescentes que vendem picolé, vale-transporte, objetos, legumes,

hortaliças, carregam pacotes e sacolas dos clientes das feiras e mendigam. Podem ser encontrados com muita facilidade durante o dia no terminal de ônibus da Avenida Lauro de Freitas, nas feiras do bairro Brasil e Patagônia, ou no CEASA, em frente às lojas ou Praças do Centro, nas portas das casas dos bairros Candeias e Recreio. À noite, podem ser vistos coletando materiais recicláveis com seus familiares pelas ruas do Centro. Apesar de usarem roupas velhas, nota-se que há um cuidado em não se aparentarem como maltrapilhos e de estarem limpos, o que, para eles, é bem significativo e evita que sejam confundidos com os “cheira-*thinner*”. Essas crianças e adolescentes são vistos normalmente em pequenos grupos ou acompanhados pelos pais ou responsáveis, retornam para casa todos os dias e a maioria frequenta a escola. Situação semelhante também foi vivenciada por Gregori (2000: 67), que, em sua pesquisa, constatou que “trabalhar nas ruas não implica na quebra de vínculos com a formação escolar, com as brincadeiras e tampouco com a família”. Dentro deste contexto, pode-se afirmar também que a maior parte do que é arrecadado por esse grupo é convertido em ganhos para a família. Segundo dados da UER, as famílias dessas crianças e adolescentes normalmente são bem estruturadas e não apresentam índices de violência doméstica.

O segundo grupo (denominado pelo primeiro grupo como “cheira-*thinner*”), apresenta altos índices de violência e alcoolismo na família, principais fatores que possibilitam a quebra do vínculo familiar e a adoção da rua como moradia. Anda, muitas vezes, maltrapilho e sujo, não apenas porque tomar banho é coisa rara, mas porque freqüentemente vende as roupas que ganha. Pode ser encontrado mendigando e furtando no Centro e nas feiras livres ou jogando malabares nos semáforos. Sai para manguear, na maioria das vezes, em subgrupos que contam com a presença de trecheiros ou adultos, e se aglomeram em áreas isoladas dos bairros para repartir os roubos, comer ou usar drogas. De acordo com Feffermann (2006: 177), conforme trabalho mencionando anteriormente, os

jovens se agrupam “[...] na busca de identidade. Mas se, num primeiro momento, essa é a finalidade, percebe-se que muitos destes grupos transformam-se e passam a ter como propósito, implícito ou explícito, a manutenção das condições sociais”.

Estes grupos não têm locais fixos para concentração, ora podem ser encontrados nas imediações do Ginásio de Esportes Raul Ferraz, ora próximos à feira do bairro Brasil, ora na Avenida Siqueira Campos ou nas Praças do Gil, Vitor Brito e Barão do Rio Branco. Dormem sempre juntos nas Praças, nas portas das casas comerciais ou em lugares que lhes apresentem segurança. Em algumas ocasiões, chegam até a construir barracos feitos com sobras de materiais (lona plástica, madeira e papelão) em terrenos baldios no Centro ou nos bairros de classe média.

A vida em grupo possibilita-lhes “romper barreiras” – aos poucos, a rua começa a se tornar sua casa, os vínculos familiares começam a se romper e uma “nova família” começa a se formar pelos laços de amizade. Conforme Craidy (1998: 26), “a busca do grupo, isto é, da solidariedade dos iguais é um elemento forte da *cultura da rua*”.

O grupo formava assim: nós conhecia os cara depois eles pedia pra ficar andando junto, assim, onde a gente ia o povo ía atrás também. Não existia regras pra fazer parte do grupo, era só num ficar esculhambando. Tem gente que gosta de andar esculhambando, jogando pedra na casa dos outro, aí é ruim que o povo chama a polícia e fica tirando satisfação da gente (João, 14 anos).

Estas práticas de grupo podem, por vezes, configurarem-se como uma grande “aventura”, em que os perigos se tornam banais. Cria-se uma auto-estima que ajuda a matizar as dificuldades⁸⁰, como afirma um dos adolescentes entrevistados:

No grupo, tinha meus amigos. Oxe nós brincava, fazia um bocado de coisa. Nós aprontava, chamava a mulher de gostosa e saía correndo, perturbava, nós tomava xinga. Dia de domingo assim, que não tem ninguém na rua, nós batia na porta, nós apitava as casa, xingava os povo, nós atentava e saía correndo. O grupo tinha regras, tinha que respeitar, não pegar na bunda do colega (Marcos, 16 anos).

Nesta direção, e apesar de todos os entrevistados não reconhecerem a existência de um líder nos grupos, apontam para alguns que se destacam assumindo a liderança. Normalmente, estes jovens elegem aquele que seguirão de acordo com a idade. Quanto mais velho, mais garantia de proteção traz consigo, e com esperteza e criatividade potencialmente resolve situações complicadas.

Não existia líder no grupo, só os maior que ficava responsável, porque o maior ele defende a gente. Se alguma pessoa quiser bater na gente, aí ele defende a gente. Aí ele num deixa brigar não (João, 14 anos).

Os maior é que defende o grupo. Se tiver só os pequeno, os outros grupos batem e roubam (Carlos, 13 anos).

Não existia líder no grupo, mas, se tinha um que ia pra um lugar, você tinha que ir mais ele. Tem uns que era mais inteligente que nós, sabia mais, tinha mais tempo que a gente na rua (Lucas, 17 anos).

Eu mesmo tinha uma idéia boa, assim pra gravar mesmo, falava: vamos menino, vamos comprar tal coisa, comer, vamos juntar o dinheiro. Mas eu não era o líder (Paulo, 13 anos).

⁸⁰ Tal afirmação pode ser enriquecida com a de Feffermann (2006: 178), que, ao tratar dos jovens envolvidos no tráfico de drogas, assevera que “O sentimento de pertencer a algo, de proteção, são as razões que fazem o jovem se integrar a uma gangue. As gangues se caracterizam pelo forte elo entre os seus integrantes, protegendo-se e ajudando-se uns aos outros”.

Contudo, segundo Rodrigues (2001: 96), “No interior desses grupos pode-se verificar um contínuo estabelecimento de relações de poder”, conquanto não se possa afirmar a existência de “uma liderança fixa”.

Essa vida em grupo também é marcada pela rivalidade e pela violência, que pode acontecer dentro do grupo ou entre grupos rivais.

Um dos principais problemas da rua é briga. Alguma pessoa do mesmo grupo, tem vez que alguns briga (Paulo, 13 anos).

Sempre existe rivalidade nos grupos, sempre quando encontra tem aquela rivalidade (Lucas, 17 anos).

Um bate no outro, quer tomar o *thinner*, se não dá, ele pode até matar (Carlos, 13 anos).

O lado sombrio da rua se revela principalmente no período da noite, quando as lojas fecham, as ruas se esvaziam e moradores de rua começam a aparecer. A noite traz a necessidade da proteção do grupo. Estar sozinho durante a noite é estar duplamente sujeito ao perigo. Revela-se também, durante a noite, o aparecimento de adultos, como é o caso dos trecheiros.

Segundo um adolescente entrevistado, “Os trecheiros são aqueles que ficam dormindo na rua, fica bebendo, roubando. Eles vêm de outra cidade e acabam ficando na rua, muitos era menino de rua” (Sérgio, 17 anos).

Outro assim se expressa:

Tem muito trecheiro na rua. A convivência com eles é muito difícil. Alguns trecheiros são violentos, quando bebe. Alguns bebe, oferece cachaça pra mim e para os meninos. Nós tava viajando, nós foi lá em Salvador, os cara tava bebendo cachaça, ofereceu, só eu num bebi. [...]

Tinha trecheiro, um índio e um outro cara lá. Mas também os dois trecheiro se lascô. Nós tinha um amigo que chamava Santana, ele era dono de uma carreta, aí quantas vezes ele passava num canto e via nós, ele dava carona pra onde nós quisesse ir. Aí nós tava em Feira de Santana, nós viu ele no posto pediu uma carona, ele deu uma carona até Salvador (Paulo, 13 anos).

Normalmente só os adultos são denominados trecheiros. São pessoas sem endereço fixo e, logo, transformam-se em nômades, vagando de cidade em cidade. São normalmente usuários de drogas e alcoólatras. Sobrevivem da caridade da população ou vendendo artesanato. Muitos trecheiros são ex-crianças e adolescentes em situação de rua, que, ao atingirem dezoito anos de idade, perderam suas vantagens e espaços. Além disso, com o aspecto de adulto, torna-se difícil mendigar, não despertando a mesma “piedade” que uma criança consegue despertar na população. Assim, crianças potencialmente obtêm mais ganhos na rua.

Os trecheiros vêm nas crianças e adolescentes que estão em situação de rua um meio de conseguir ganhos. Eles são adultos que, na maioria das vezes, acompanham estes jovens, fornecem-lhes proteção e, por serem mais velhos, compram as drogas.

Pra comprar o *thinner* é assim: a pessoa só compra se tiver com os documento, os menino de rua arruma uma pessoa de maior pra comprar pra eles. Pode ser os trecheiros. O *thinner* compra é o litro. Eu já experimentei *thinner*, não gostei, passei mal (Paulo, 13 anos).

Pode-se afirmar que os trecheiros se tornam mais dependentes, financeiramente, das crianças e adolescentes devido ao fato de estes terem mais facilidades de conseguir dinheiro. Logo, as crianças e adolescentes comumente são vítimas de roubo por parte dos trecheiros, conforme relata o adolescente:

Relação não era boa não. Quando eles via a gente, se a gente tivesse uma coberta, eles tomava. Era maior que a gente né? Eles mandava a gente roubar para eles assim, se a gente num fazia o que eles quisesse, eles batia. Era complicado (Lucas, 17 anos).

Por outro lado, ter adultos junto ao grupo representa mais segurança para crianças e adolescentes. São eles que lhes protegem dos outros grupos e impedem os roubos. Segundo um dos entrevistados, “se o menino é dos que consegue ganhar muito dinheiro os trecheiros protegem ele, só pra ele não ir embora” (Carlos, 13 anos).

É também durante a noite que a maioria das crianças e adolescentes tem seus primeiros contatos com as drogas. É quando o grupo se reúne para conversar e dormir que surgem os primeiros tragos no cigarro de maconha, no cachimbo do *crack* ou as primeiras cheiradas de *thinner* ou cola.

A droga mais usada é o *crack*. Os adolescentes consegue comprar *crack*⁸¹ com muita facilidade. Só tem que ser uma pessoa de maior assim, com 14 pra cima poderia. Uma pedra de *crack* custa uns 10 reais pra cima. Uma só dava pra três pessoas. Tem o *thinner* e a maconha também, o *thinner* comprava na loja de construções (João, 14 anos).

Apesar de usarem drogas durante o dia, é a noite que aumenta o seu consumo. As drogas podem ser usadas algumas vezes como paliativos ao frio conquistense. Entretanto também são bastante utilizadas como estimulantes para o roubo e a mendicância e, depois de algum tempo, para saciar o vício.

Segundo os adolescentes entrevistados, as drogas podem ser adquiridas com muita facilidade, até mesmo por crianças.

⁸¹ Segundo Feffermann (2006: 282), “[...] o crack, por suas características, sua potência e elevado grau de produzir dependência, impulsiona os usuários a todo tipo de atitude, a fim de obterem a droga”.

Qualquer um podia comprar droga, mesmo os que tem menos de 18 anos conseguia, tinha facilidade. Qualquer droga era fácil, num perguntava idade, só basta tá com dinheiro na mão, que a gente comprava (Lucas, 17 anos).

Os pontos de distribuição se espalham pela cidade. O *thinner* e a cola podem ser encontrados em lojas que comercializam tintas e materiais para construção. Para efetivar-se a compra nestas lojas, é necessária a mediação dos trecheiros, conforme visto acima, tendo em vista à fiscalização da venda destes produtos para maiores de 18 anos⁸². No entanto, ainda existem muitas lojas que burlam a legislação. O *thinner* também pode ser adquirido nas oficinas de reparo que utilizam o produto como solvente para tintas.

O *thinner* compra nas oficina de carro ou bicicleta. É só chegar com o dinheiro que eles vendem. Eles compra pra limpar peça e mexer tinta, aí nós vai lá e fala que tá precisando de um pouco pra limpar uma tinta e eles vende (Sérgio, 17 anos).

As outras drogas, como *crack*, maconha, consideradas ilícitas e com venda proibida, são adquiridas nas “bocas” que se espalham, cada vez mais, pela cidade.

Pra comprar aí, tem o ponto. Na cidade, tem um bocado de ponto. É só ir nos bairro mais perigoso, tu compra. Pedrinhas, Alto Maron, Bruno, um bocado de bairro aí. Qualquer um pode comprar, criança, pode ser qualquer uma pessoa. Uma pedra custa 5 reais e a maconha custa 2 real a grama (Paulo, 13 anos).

Os relatos acima revelam o quanto a droga penetra o universo da vida destes adolescentes. A maior parte do dinheiro ganho é gasto com drogas. Somente aqueles que retornam para casa conseguem priorizar o gasto do dinheiro arrecadado com alimentação e

⁸² Segundo o Artigo 81 (incisos II e III) do ECA, é proibida a venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas e de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

ajuda à família. Dentre estes, alguns chegam a afirmar: “Nunca usei droga” (Pedro, 16 anos).

No entanto, é necessário frisar que relatos sobre drogas e violência são interditados ao entrevistador, por medo, receio ou vergonha. Em seu rico estudo, Feffermann (2006: 104) também revela as dificuldades enfrentadas durante a pesquisa com adolescentes usuários de drogas, que, ao perceberem que suas falas seriam gravadas, se afastavam por medo ou vergonha.

Cabe ressaltar que o consumo de drogas acontece com mais frequência no período da noite e em lugares isolados, ou com pouca movimentação. “A gente usava mais lá no Poço Escuro⁸³, lá não tem fluxo de polícia” (Lucas, 17 anos). Devido ao alto consumo de drogas por parte destas crianças e adolescentes em situação de rua (consumo que chega a surpreender outros membros do grupo), a necessidade de conseguir dinheiro para efetuar a compra se torna imprescindível. Assim, o consumo de drogas torna-se um estimulador dos roubos.

Tinha um grande lá. Chamava P, andava mais nós lá, o bicho tava feio de tanto cheirar *thinner* e cola. Tinha vez que saía da gente e ia comprar. Dava 20 centavo e molhava. Aí nós falava: ué não vai dá para nós senti não. Cada molhada custava 20, 25 centavos. Você é doido, ele cheirava muito. Um dia nós tava caçando passarinho, ele tava lá bem dentro do matão lá, cheirando cola, todo lombrado, nós passou direto, só cheirava cola e *thinner*. Tinha hora que ele comprava na mão dos cheira *thinner* mesmo porque vendia assim pra ele e ia interar pra comprar outras. Os cheira-*thinner* são os que fica na rua, os povo que rouba aí (pausa) pra comprar droga. É ladrão, rouba até casa e o dinheiro é pra comprar droga e latinha de cerveja. É só roubar e comprar, num importa a hora. O que

⁸³ Reserva ambiental localizada entre o bairro Petrópolis, zona leste, e a *Serra do Periperi*.

num falta é coisa pra eles roubar ali, quando quer usar é só eles roubar (Marcos, 16 anos).

A necessidade do consumo de drogas envolve diversas estratégias: roubo, mendicância, lavagem de automóveis e até mesmo relações sexuais. No entanto, no que se refere ao roubo, conforme Leite (2001: 59), “para os meninos de rua roubar não é um crime, e sim um ato de muitos significados: é uma forma de conseguir dinheiro para alguma necessidade imediata, de causar terror, de se divertir, e até mesmo uma brincadeira”.

Outra questão diz respeito ao convívio entre os jovens. Um adolescente entrevistado, ao comparar meninos e meninas, afirma que “As meninas são muito diferentes, se alguém oferece *thinner* para elas, elas deita e já fica muito doida e começa oferecer outras coisas” (Paulo, 13 anos).

As relações sexuais entre os grupos que estão em situação de rua são intensas; trecheiros, adultos, crianças e adolescentes de ambos os sexos mantêm relações sem nenhum tipo de proteção, ficando vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis. Para além disto significa uma enorme violência.

Quando encontrava assim, elas ficava mais a gente e sempre tinha essa briga assim pra ver quem ficava com a menina. Aí sempre tinha relações assim meia arriscada e quando elas engravidava elas, perdia o filho porque elas usava droga (Lucas, 17 anos).

No que se refere às atividades desenvolvidas por meninos e meninas, o adolescente acrescenta:

Elas desenvolvem atividades também, mas existe diferença, porque nós os homens é mais ágil, mais rápido, principalmente pra roubar assim. Elas não, fica mais pedindo, é difícil roubar (Lucas, 17 anos).

O cotidiano da rua não cria privilégios entre sexos, masculino ou feminino: “Se tá na rua tem que pedir, tem que roubar” (Sérgio, 16 anos). Outro afirma ainda:

Elas fazem as atividades. Não tem diferença não. É a mesma coisa, se tá na rua, roubam e usa drogas também (Marcos, 16 anos).

Não há divisão de atividades, as meninas fazem as mesmas atividades, roubam (Paulo, 13 anos).

Mesmo com as afirmações de que as meninas desenvolvem as mesmas atividades que os meninos, de acordo com Gregori (2000: 129), “As meninas não são protegidas ou poupadas na dinâmica do cotidiano. [...] Contudo, existem tarefas que apenas as meninas realizam – como lavar roupa ou cuidar dos menores”. Esta situação também é constatada no cotidiano conquistense.

Nas relações sexuais, as mulheres são o alvo das disputas. As brigas pela conquista das adolescentes acontecem cotidianamente. Encara-se que o “vencedor” tem direito de tentar conquistá-la primeiro. Se for bem sucedido, ganha o respeito do grupo que não interfere no relacionamento. No entanto, seu sucesso só acontece com a permissão da escolhida.

Quando um menino ficava com uma menina, aí os outro respeitava, num ficava, assim sabe, com ousadia não pro lado da menina, eles respeitava. Aí a pessoa ficava, aí quando a pessoa num ficava mais com a menina, outra pessoa nova chegava e ficava com ela. Quando a gente ficava muito tempo com uma menina, eles falava que a gente já tava junto um tempo. Uma vez, um menino ficou quase dois, não, quatro ano com a menina na rua, aí o povo já falava que eles ia casar e tudo (João, 14 anos).

É comum encontrar adolescentes e pessoas adultas gestando crianças em situações sub-humanas. Essas crianças, quando não são abortadas, são geradas na precariedade da rua e depois cedidas para adoção, ou apreendidas pelo Conselho Tutelar que as encaminham ao Juizado da Infância e da Adolescência. Este, posteriormente, encaminha-as aos familiares dos pais ou para adoção.

A maioria de garota que tem filho elas dão, dá mais pra esse povo que tem dinheiro, que tem condição de criar. Tem gente que tá na rua que usa droga aí num quer que o filho quando crescer use droga também, aí eles pega e prefere dá pra uma pessoa que possa ter cuidado, carinho com a criança. O menino deixa a menina dá o filho. Eles também num vai ter condição de criar, ter um lugar pra levar a criança pra poder ficar, aí eles pega e dá (João, 14 anos).

As crianças que conseguem permanecer com as mães são normalmente utilizadas como recurso para mendicância ou são alugadas para outras mulheres que as utilizam nesta prática. Durante a noite, essas crianças recebem os cuidados maternos em um ambiente insalubre e com odores fortes de drogas.

Muitas ganha dinheiro por causa disso, pega o filho, vai pedir, fala que é pra comprar leite, mas, na realidade, nem compra leite nem nada, é tudo pra comprar droga. A criança fica em situação de risco também (Lucas, 17 anos).

Neste universo, as adolescentes incorporam a figura da mãe que necessita manter a sobrevivência de sua prole. É esta imagem que tentam passar para seus *fregueses*⁸⁴, no intuito de conseguir esmolas.

⁸⁴ Denominação dada pelas crianças e adolescentes que estão em situação de rua a todos os que lhes fornece dinheiro, alimento ou objetos.

Apesar de estarem em menor número, as adolescentes conquistam seu espaço junto aos homens. Entretanto, considerando-se os relacionamentos que acontecem no cotidiano da rua, a mulher ainda é vista como uma pessoa submissa, que deve respeito ao companheiro, aceitando suas ordens. De acordo com Gregori (2000: 129), quando a vida cotidiana envolve as relações sexuais e/ou afetivas, “[...] é possível verificar a reprodução dos mesmos padrões que, fora do universo da rua, regem (desigualmente) as relações entre homens e mulheres”.

Independentemente do sexo, todas as crianças e adolescentes se deparam, cotidianamente, com a necessidade de arrecadar dinheiro para suprir suas despesas. Para tanto, a prática do manguear torna-se a principal atividade de manutenção da vida, ou seja, parafraseando Gregori (*Idem*: 18), eles “se viram” para sobreviver. Deste modo,

Manguear é quando está precisando comprar alguma coisa, está faltando comida, está querendo uma roupa, está querendo usar droga. Aí sai pra manguear, nós pede dinheiro, se não conseguir, arruma outro jeito. Pode roubar uma coisa aí nós vende e compra o que precisa. Na maioria das vezes, compra droga (Sérgio, 16 anos).

O manguear representa a principal forma de “viração” na rua, incluindo as atividades de ganho, sejam de roubo, de mendicância ou de venda de algum produto. Normalmente, só os que moram na rua denominam suas atividades como “manguear”, os que ainda retornam às suas casas chamam as atividades que desenvolvem de *trabalho*.

Cabe notar que o ato de manguear demonstra a criatividade das crianças e adolescentes em situação de rua ao analisarem suas atividades de sobrevivência e sua relação com os códigos estipulados pelo Estado. Por todo o Brasil, percebe-se sua capacidade de adaptarem-se às peculiaridades da rua e criarem novas formas de

sobrevivência. Até a década de 1990, crianças e adolescentes em situação de rua podiam ser divididos entre os que roubavam e os que mendigavam. No entanto, as mudanças ocorridas no cotidiano dos espaços públicos urbanos obrigam os que estão em situação de rua a criarem novas estratégias de sobrevivência, colocando em prática seu poder criativo. Atualmente é possível visualizar, nas vias públicas, grandes “artistas” que encantam os seus *fregueses*. São malabaristas que equilibram, de forma precisa ou desajeitada, cocos, laranjas, bolas, pinos, tochas, dentre outros, objetivando o ganho de *trocados*. Além dos malabaristas, surgem os mágicos que, com truques de ilusionismo fazem desaparecer moedas e lenços sob o olhar do *freguês*. O simples vendedor de doces, que antes tentava despertar a piedade dos consumidores, agora domina as características do produto comercializado e tenta convencer seu *freguês* a adquiri-lo, levando em consideração suas qualidades.

Os pequenos ladrões de objetos que tinham apenas a velocidade como instrumento de fuga, hoje contam com estratégias grupais que enganam a vítima e a polícia. Os mendicantes deixaram de usar a tática da *pequena mão suja* estendida em troca de moedas e passaram a ocupar trens, ônibus, bancos, órgãos públicos, portas dos supermercados etc, distribuindo rapidamente textos digitados e xerocopiados com que tentam sensibilizar o *freguês*. Com essa estratégia, podem otimizar o seu tempo, reduzir o discurso e atingir um número maior de pessoas. Normalmente, encontramos vários textos com histórias fictícias, dentre as quais, destacamos dois tipos utilizados em algumas cidades brasileiras:

Sou um garoto muito pobre, estou pedindo ajuda para meus 8 irmãos, nós não temos o que comer. Serve qualquer ajuda de refeição. Deus abençoe e multiplique a vocês todos. Uma boa viagem!⁸⁵

Venho de uma família de 6 irmãos, meu pai está desempregado e minha mãe está grávida. Meu irmão mais novo é deficiente mental e não temos dinheiro para comprar comida e remédios. Venho pedir sua ajuda. Que Deus lhe pague.⁸⁶

Estas atividades generalizadas por várias cidades, exigem das crianças e adolescentes em situação de rua planejamento e execução que culminem na obtenção de bens materiais, inserindo-os no mercado de compras, de modo a comportarem-se como consumidores de produtos que os transportem para um mundo onde os bens materiais necessários para a vida podem ser adquiridos, mesmo que, para isso, carreguem o rótulo de pobres infratores.

A pobreza em que vivem esses jovens agrega não só o *coitadinho* e o *carente honesto*, não possuidor de bens, como também os que abandonam este rótulo e passam a ser caracterizados enquanto *infratores*. Antes considerava-se a pobreza como desprovimento de bens e valores morais, porém percebe-se que a modernidade tende a fazer desaparecer este conceito através de seus ideais de consumo. Zaluar (1994: 181), destaca que:

A pobreza perdeu o seu sinal positivo mais forte e adquiriu, mais claramente, o sentido negativo de falta, estendida também ao plano moral, fazendo desaparecer as fronteiras entre o “pobre honesto” e o “marginal” ou “criminoso”. Não ter dinheiro para consumir os bens cada vez mais oferecidos no mercado equivale, para os pobres, [...]

⁸⁵ Texto distribuído por uma criança num metrô da cidade de São Paulo no dia 09 de maio de 2007.

⁸⁶ Texto distribuído por uma criança numa das ruas centrais da cidade de Vitória da Conquista no dia 20 de agosto de 2007.

principalmente os despojados “meninos de rua”, a ser objetos de suspeita de cometer atos ilegais ou ilícitos ou, pior, de ser agente de violência.

Viver na rua é extremamente difícil e exige estratégias de “viração” desenvolvidas por essas crianças e adolescentes, entre elas: carregamento de sacolas e pacotes dos clientes das feiras, vigilância de carros, mendicância, apresentação de malabarismos e roubo. Alguns até se revezam entre essas atividades, aproveitando os horários em que são mais rentáveis.

Meu melhor canto de olhar carro é no Hiper [supermercado] do lado de fora. Pra ganhar dinheiro, eu vou pra porta do Chame-chame [panificadora], ganho o dinheiro, depois do Chame-chame, eu vou direto pro Hiper ganhar mais dinheiro. Na porta do Chame-chame, eu olho carro também, lá pára muito carro. Pedir eu peço de vez em quando na porta do mercado. [...] Eu falava: hoje vou ficar aqui no sinal jogando bolinha, outros ficava em outros também, tipo igual eu, ficava no Hiper sempre olhando carro, outros já cassava outro jeito de pedir. Aí, um cara que ficava aqui ensinou nós jogar bolinha. Ele aprendeu lá no Rio de Janeiro. Pra mim, num acho muito difícil, aprender jogar bolinha, não. Também não sei muito, sei jogar de duas apenas, morrendo [risos] (Paulo, 13 anos).

O relato acima é um exemplo dos “malabarismos” que estes jovens desenvolvem para sua permanência na rua, alternando sempre atividades precárias de “bicos”, jogos, roubos e mendicância.

Muitas crianças e adolescentes, antes de estarem em situação de rua, já experimentaram atividades de trabalho informal. Muitas famílias acreditam que o vínculo com um trabalho, mesmo que “informal”, seja a melhor forma de educar as crianças e adolescentes, mesmo que isto desrespeite a legislação vigente⁸⁷, e as crianças e

⁸⁷ Cf. capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente.

adolescentes percebem que, ao desenvolverem uma atividade entre as consideradas “trabalho”, lucram, ganham status entre os próprios moradores de rua e tornam-se consumidores.

Até meio-dia, dava pra ganhar uns 60 reais jogando bolinha. Olhando carro, num dava muito não, dava uns 20 reais mais ou menos. Jogando bolinha, ganhava mais. De manhã até meio-dia, ganhava 30 reais, aí a gente ia pegava pra comprar café, assim, comprar pão na padaria, depois a gente jogava *vídeo game*. À tarde, ganhava logo no começo 10 reais, aí a gente pegava ia lá na lanchonete comprava 1 litro de iogurte, comprava um bolo, aí tomava o café, o restante do dinheiro eu guardava pra hora que precisar. Os outros comprava coisa pra eles, comprava droga... Comprava, de vez em quando, roupa pra eles vestir, essas coisa (João, 14 anos).

Na rua, a gente ganha dinheiro. Um dia só, dá pro cara tá fazendo uns 30 conto ali no sinal como malabarista jogando laranja. Nós só jogava era mais no sinal, no de trás na Siqueira Campos que ganha mais dinheiro, é só ali, porque lá é marcado [referindo-se à panificadora Chame-chame] (Marcos, 16 anos).

Os espaços para desenvolvimento dessas atividades são escolhidos levando-se em consideração o fluxo de pessoas e carros, observando-se os horários de maior movimento. Segundo um dos entrevistados, “a gente procura os lugar que tem mais pessoas, tipo padaria, mercado. E pra jogar bolinha é no sinal da Siqueira Campos⁸⁸”. As escolhas dos locais são feitas a partir das experiências dos membros do grupo. Estes se espalham pelas ruas centrais e mapeiam os lugares onde atuar. Como nos afirma outro adolescente, “Para escolher o lugar de ganhar dinheiro, nós pegava e fazia assim, cada um espalhava num lugar, cada um ficava num lugar pra ganhar dinheiro”.

⁸⁸ O entrevistado refere-se à Avenida Siqueira Campos, região central da cidade.

Crianças e adolescentes gastam todo seu dinheiro na rua. Suas compras são alimentos, roupas, calçados, DVDs, aparelhos eletrônicos e principalmente drogas, jogos de *vídeo game* e acesso à *internet*.

Aí quando a gente pegava dinheiro, às vezes como a gente pedia e num conseguia, aí tinha que comprar comida, às vezes tava com a barriga cheia, usava droga, comprava droga, muitos usava *thinner*. Num cheguei a experimentar *thinner* não, mas já usei maconha (Lucas, 17 anos).

Nós ganha na rua e o dinheiro nós joga *vídeo game*, *internet*. Quando nós tinha [dinheiro], ia ali na feirinha do bairro Brasil, ali dia de domingo, ia naquele meio ali que só tem coisa barata, comprava uma coisa... Nós comprava coisa lá de 1 real. Comprava DVD (Marcos, 16 anos).

Gastava mais dinheiro com *vídeo game*. Ficava de manhã até meio-dia jogando bolinha, à tarde, jogava, *vídeo game*. Gastava quase todo o dinheiro com *vídeo game* (João, 14 anos).

Nota-se que as atividades desenvolvidas durante o dia também oferecem riscos concentrados principalmente na violência da população.

É arriscado jogar bolinha lá no sinal, porque a pessoa [o motorista], muitas vez, num respeita o sinal não, aí passa direto, se a pessoa tiver lá jogando bolinha, aí tem umas pessoa que quer passar por cima. O cara tava jogando bolinha, aí o cara num queria, aí acelerou o carro. Aí denunciou ele e teve que pagar coisa pra criança que tava no hospital (João, 14 anos).

Outra estratégia de sobrevivência muito comum na rua é o roubo, praticado principalmente pelos adolescentes. Seus alvos mais comuns são os aposentados e pensionistas, comerciantes e mulheres, quando se dirigem às agências bancárias para receberem proventos.

No meu grupo, alguns já roubaram, alguns, não. Eles roubavam um bocado de coisa aí. Celular, isso aqui, oh! [MP3]. Tinha alguns que roubava em outros canto, loja, mercado. Tem uns que rouba bicicleta pra vender, tem outros que faz outra coisa. Tem uns que pega dinheiro de outra pessoa (Paulo, 13 anos).

Nós conseguia as coisa assim, nós roubava lá, só que parou de roubar. Roubar, Oxe! Se tinha uma coisa pegava assim. Pegava um radinho, roubava na barraca. Se for um radinho, eles fica pra eles, pra ficar ouvindo, agora se for outra coisa, eles vai lá e vende. Dinheiro é difícil pra roubar. Rouba os aposentados, mais num dá nem pra vê a hora que rouba (Marcos, 16 anos).

Alguns mais audaciosos roubam casas e lojas que comercializam jóias e aparelhos celulares. Assim como ocorre com a mendicância, todo dinheiro ganho no roubo é gasto na rua, mais precisamente com o consumo de drogas, jogos e *internet*.

Robava e vendia pra poder pegar o dinheiro pra comprar alguma coisa. Quando ia roubar na casa, esperava, assim, quando num tinha mais ninguém dento de casa, assim, sábado e domingo, o povo sai pra almoçar fora, aí eles robava. Robava era mais aparelho de DVD... som... dinheiro... coisa de jóia, coisa que vale caro, aí essas coisa assim. Na rua, robava só celular e bicicleta, de vez em quando, pra vender (João, 14 anos).

O roubo ainda configura-se como uma das principais atividades destes adolescentes, e é por causa dele que se dão os embates com comerciantes e policiais. Cabe ressaltar que as atividades desenvolvidas demonstram o poder que crianças e adolescentes têm sobre o espaço da rua. As atividades ora servem para despertar a caridade da população – a utilização adequada da dramaturgia resulta na comoção do público e na recompensa material, o que demonstra o poder de persuasão desses jovens –, ora servem para demonstrar sua superioridade tanto sobre aquele que detém melhor condição

financeira, que se torna vítima de roubos, quanto sobre os mecanismos públicos e privados de segurança e repressão. No cotidiano da rua, violência e caridade caminham juntas.

Percebe-se que muitos projetos não se atentaram para as potencialidades das crianças e adolescentes e nem para o processo educativo que ocorre na rua, classificando-os sempre como *carentes* ou *infratores*. Nesta linha de pensamento, Arantes (2000: 117), afirma que “[...] ‘carente’ e ‘infrator’, enquanto categorias técnicas, longe de se referirem a uma natureza dos jovens, são ‘perfis’ construídos muito mais em cima de traços estigmatizadores desses jovens pobres”, o que implica diretamente nas ações sociais que ora se apresentam como caritativas, ora punitivas.

No que tange às questões referentes à caridade, observa-se que o tratamento da sociedade conquistense para com estes jovens varia entre preconceito, compaixão, caridade, medo, ameaça e agressão física e verbal. As reações se dividem entre a caridade e a violência. Dentre os que recorrem às práticas caritativas de esmolas ou fornecimento de alimento, encontram-se os donos de restaurantes e moradores dos bairros centrais que atendem este cotidiano precário da rua.

Pra comer, nós vai ali nas casa. Apertava a fome, bora ali pedir comida ali nas casa. Nas casa, tem os freguês. Nós chama assim: os freguês. Nós ia ali nos lugares e já dava para nós já... restaurante. Pedia, eles falava: espera aí! Esperava e dava comida pra nós, comida boa! (Marcos, 16 anos).

Ganhava dinheiro, tinha vez que ganhava roupa. Os povo conhecido dava pra nós. Dava lanche pra mim, que eu trabalhava lá no Centro direto. Ganhava roupa e as que num cabia pra mim eu dava pro meu irmão. Ganhava alimento, era, assim, um lanchinho, assim, de vez em quando de tarde, lá no Centro (Pedro, 16 anos).

As práticas caritativas de que tratam estas crianças e adolescentes adentram as noites conquistenses, quando os grupos religiosos “invadem” as ruas distribuindo sopa, chocolate, biscoito, cobertores e roupas, acreditando que, com essas ações, amenizam o sofrimento das crianças e adolescentes em situação de rua. Segundo Gregori (2000: 71), a rua se configura como “agasalhadora da miséria”, principalmente após a “proliferação de organismos não-governamentais, entidades religiosas e organismos públicos, como por um sem-número de ações individuais e isoladas de comerciantes e cidadãos bem-intencionados”. Tal afirmação pode ser corroborada pela afirmação de um jovem entrevistado, que, ao se referir às ações da população, afirma: “Tem pessoa que pega e dá conselho pra pessoa sair dali, fala que num é lugar bom pra ficar, pra procurar a família, dá conselho” (João, 14 anos).

Ainda pode-se apontar que, comumente, os moradores da cidade envolvem-se com diversas campanhas contra o frio, contra a fome, entre outras. Apesar de importante, cabe considerar tais práticas como reiteração da miséria, em seu caráter paliativo que se desresponsabiliza pelo problema. Contribuem, assim, para um “estuário perverso”, onde a ausência de políticas sociais para esses grupos se encontram com práticas que transferem o problema para um “não-lugar”⁸⁹, um território sem significados, o que remete para a questão da desresponsabilização e do papel do Estado, a ser considerado no próximo capítulo.

Às vez, o povo dava pra gente lá na feirinha. De vez em quando, passava um carro, já umas 11 hora da noite, quando num dava *toddy*, dava sopa, cachorro-quente, aí de vez em quando eles pegava e já trazia um bocado

⁸⁹ Expressão utilizada por Marc Auge, o “não-lugar” é o oposto ao lar, ao espaço familiar, ao espaço personalizado. O não-lugar é representado pelos espaços públicos de rápida circulação, marcado pela relação entre o indivíduo e os símbolos da supermodernidade. “O espaço do não-lugar não cria identidade singular nem relação, mas solidão e similitude” (AUGÉ, 1994: 95).

de coberta e dava pras pessoa que tava na rua. Eles dava mais, de vez em quando, era roupa pra gente (João, 14 anos).

Ao lado destas ações paliativas, emerge – e com face cruel – a violência, praticada principalmente por quem deveria “protegê-las”. Ou seja, a polícia, é considerada pela maioria como a maior ameaça existente na rua.

Hoje o que tem de mais perigoso é a polícia. Sempre que ela pega a gente, bate. Às vezes quando encontra com droga, derrama na gente tudo assim, num sabe trabalhar da maneira correta, pensa que batendo que vai acontecer uma coisa. Pois é o maior risco na rua é a polícia. Sempre quando ela encontra a gente assim, ela bate, num é muito boa a relação não, a gente sempre quando vê ela assim de longe, a gente tenta evitar ela, passa outro canto. Muitos amigos já foram espancados, eu próprio já fui espancado por motivo nenhum, a gente num tava com droga com nada, tava dormindo. Aí eles já chegou já batendo na gente, mandou a gente sair de lá, tomou a coberta, bateu um bocado, depois que bateu soltou a gente, sem a gente fazer nada (Lucas, 17 anos).

De acordo com os adolescentes entrevistados, a polícia recorre ao estereótipo de exclusão que cria um modelo padrão para este contingente em situação de rua. Ou seja, para a polícia, toda criança ou adolescente que está em situação de rua é infrator. É essa visão que conduz suas ações. Enquanto mecanismo de defesa dos princípios do ECA, a polícia torna-se um de seus maiores violadores, como nos afirma o adolescente entrevistado:

Tem polícia que é ruim, que agride. Bruno (nome fictício) foi agredido por um policial, um policial civil que disse que ele tinha acusado de ter matado aí um pai com 3 filho esses dia aí. Aí depois levou ele pra um sítio, aí bateu nele, botou a corda no pescoço dele. Ele é branco, aí deixou ele amarrado, aí quando soltou ele, tava com aquela marcona de corda no pescoço, num tava nem podendo andar direito, de tanto que apanhou da polícia (João, 14 anos).

Segundo Feffermann (2006: 290), “A polícia, ao ser responsabilizada por todos os problemas que ocorrem no sistema repressor, se vinga no jovem, dirigindo para ele toda a raiva que não pode ser extravasada de outro modo”. Na visão dos adolescentes, a polícia agride com base apenas na aparência física: “Nem todo mundo que tá na rua é trombadinha, tem muita gente boa que não faz mal a ninguém” (José, 15 anos). Para eles, a polícia utiliza sua antiga tática de bater primeiro, e perguntar depois. Logo, muitas crianças e adolescentes são agredidos sem terem cometido qualquer tipo de infração, passando-se ao largo de qualquer consideração. Feffermann (*Idem*) acrescenta a esta discussão a seguinte afirmação: “[...] se os jovens são inscritos como foras-da-lei, ao representante da lei é permitido apenas prender, encaminhar para os órgãos competentes e não maltratá-los”. Ainda que tivessem cometido alguma infração, deveriam ser apreendidos e submetidos a alguma medida sócio-educativa⁹⁰. “Meus colegas foi um bocado morto pela polícia. Não lembro quantos já foram mortos, mais de cinco já foi. Pra mim num tem coisa perigosa na rua não, não sendo polícia” (Marcos, 16 anos).

Certamente, não se pode restringir a ação da polícia à violência, pois os próprios adolescentes reconhecem que, dentro do corpo de polícia, existem os que se preocupam com o bem-estar daqueles em situação de rua, procurando contemplar o ECA: “Tem muita polícia boa, pega a gente, dá conselho, fala que a gente tá fazendo coisa errada, que num pode. Tem polícia que vê que na rua não é bom para gente, tira nós, leva para o Conselho Tutelar” (Sérgio, 16 anos).

A polícia é apenas um dos grupos agressores. Uma parcela da população parece estar incomodada com a existência das crianças e adolescentes em situação de rua. Como é

⁹⁰ Cf. Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente.

o caso de comerciantes que visam expulsá-los dos centros comerciais. Para tanto, a violência chega ao extremo da morte.

Fora a polícia tem uns caras que, se roubar e os cara pegar, também mata. Por exemplo: eu vou roubar ali, eles pega e mata os cara, os que roubar deles. Quem mata é o dono de loja (Marcos, 16 anos).

A necessidade que os lojistas têm de se protegerem dos roubos faz com que os mesmos contratem empresas de segurança privada.

Tenho muitos amigos que apanhou. Na rua, tem mais gente que bate: a Tecnoguard, Tecnoar, Ant, Sercop [empresas privadas de segurança]. A Tecnoguard um dia deu um choque em Wagner [nome fictício], com sete volts e o menino chegou desmaiar (Paulo, 13 anos).

Além da polícia e dos lojistas, existem os grupos não-identificados, que agem durante a noite ou ao amanhecer do dia, quando a cidade se encontra semi-deserta, abordando violentamente os que estão dormindo nas ruas. Esses grupos agredem e matam a socos, pauladas, tiros, facadas e até mesmo ateam fogo sobre os corpos que dormem enrolados em cobertores.

[...] a pessoa num sabe se vai dormir, se vai acordar vivo, se num vai. Pode tá dormindo ali, outra pessoa botar fogo na perna ou te queimar todo. Eu tava dormindo, aí parou um carro e aí botou gasolina, picou fogo, aí na hora que a pessoa assim acordou, quase na hora que os pé tava pegando fogo, ele saiu se queimando ainda. Ele foi pro hospital que já tava todo se queimado. Não foi a polícia, foi outras pessoas assim que passa de carro assim de noite... de madrugada (João, 14 anos).

De acordo com os adolescentes, esses grupos são formados por pessoas de classe média. Essa identificação é feita tendo como base os modelos de carros utilizados pelos agressores. Como nos afirma João (14 anos), “Além da polícia, tem muitas pessoa que tem

muito dinheiro. Aí passa, muitas vez, já de manhã na rua com o carro, aí vê a pessoa lá, junta assim o grupo, aí bate”.

No ano de 2004, a *Unidade de Educação de Rua* entrevistou 28 pessoas da comunidade, perguntando sobre os principais problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes em situação de rua, podendo ser apresentada mais de uma hipótese. Os dados obtidos revelaram que 48% responderam que o principal problema é a violência, 16% destacaram a morte como fator principal, 72% atribuíram a culpa às drogas, 48% destacaram a fome, 32% destacaram as doenças e 56% disseram que é o preconceito o principal problema.

Perguntou-se também sobre o que poderia ser feito pela comunidade para ajudar as crianças e adolescentes em situação de rua, obtendo-se as seguintes respostas: 32% responderam que deveria dar comida, 36% que deveria dar dinheiro, 28% acreditavam que a comunidade deveria fazer doações nos bairros, 40% acreditavam que a sociedade deveria encaminhar todos eles para a escola e 48% acreditavam que se deveriam cobrar mais ações dos governantes. Percebe-se aqui que grande parte da sociedade ainda vê no assistencialismo o caminho para amenizar o sofrimento apresentado pelos que estão na rua. No entanto, muitos visualizam na escola e nas demais ações governamentais o caminho para a amenização dos problemas a que estão submetidas as crianças e adolescentes em situação de rua.

No que se refere à escola, nota-se que as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes em situação de rua burlam os códigos e normas impostas pelo Estado através do sistema de educação que, segundo Sodré (1992: 67), “apenas educa para a submissão e não para a formação de pessoas questionadoras, criativas e empreendedoras”. Os jovens

conhecem as normas e códigos fornecidos pelo Estado, mas só os respeitam quando lhes fornecem algum benefício.

Segundo pesquisa feita por Ataíde com crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador, muitos vão à escola em busca de atividades diferentes das consideradas educativas, o que acaba por provocar um conflito entre as prioridades estipuladas por professores e alunos:

A professora era muito bruta, xingava muito e me chamava de retardado e sujo. Um dia, briguei com uns filhinhos de papai, porque eles me chamaram de “negro fedido”. Bati neles e fugi. Eles deram queixa na escola. A diretora chamou minha mãe para dar queixa de mim. Aí nunca mais voltei lá. Fiquei triste, porque perdi a merenda, mas, da escola, nem senti falta (ATAIDE, 1996: 18).

Para quem vive acostumado à liberdade das ruas, inserir-se em uma escola (vendo-se obrigado a ficar, durante horas, preso em uma sala de aula, obedecendo às normas escolares às quais ainda não está acostumado), pode ser algo extremamente desestimulante, sendo razão, para alguns, de abandono escolar. Muitos jovens ingressam na escola no início de cada ano letivo. Entretanto, segundo Rizzini (1995: 95), sua realidade interfere na permanência escolar e no final de cada ano a maioria ou desistiu “ou foi aconselhada pela escola a voltar no ano seguinte para tentar novamente”. Sabe-se também que outras crianças e adolescentes não freqüentam ou nunca freqüentaram a escola, muitos por falta de tempo, devido às atividades da rua e outros por não gostarem. As famílias compostas, na maioria, por analfabetos, deixam a escola para segundo plano frente à prioridade que é a sobrevivência.

Fato semelhante é visualizado quando a análise se refere aos programas de ação educativa complementar:

O Conselho [Tutelar] pegava e conversava, perguntava por que a gente tava na rua, conversava normalmente assim. Num pegava na força pra levar sem a pessoa querer. A gente tentava, a gente ia, fazia um esforço, mas num tinha jeito – a gente voltava pra rua, sempre voltava (João, 14 anos).

O relato trata da ação do Conselho Tutelar e do encaminhamento para os programas de ação educativa complementar. No entanto, importa ressaltar que os programas governamentais, mesmo reconhecendo que crianças e adolescentes em situação de rua devem usufruir de todos os direitos estabelecidos pelo ECA, configuram-se como políticas públicas que funcionam de forma precária, e não contam com uma rede de garantia de direitos capaz de atender de forma qualitativa às crianças e adolescentes em situação de rua.

Despertar o desejo de mudança nesses jovens, de modo que os mesmos construam seu projeto de futuro longe da rua, torna-se inviável quando não há mecanismos que possibilitem a prática desses desejos. Verifica-se em Vitória da Conquista que os próprios projetos destinados a atender às crianças e adolescentes em situação de rua acabam por excluí-los. Como relata um adolescente:

Eu acho que muitos não ficam no *Programa Conquista Criança* é por causa que já tá tão viciado em droga, e num consegue muito viver assim, já é livre. Vive livre, num é costumado viver com o pessoal do projeto e deve ter muitos também que desfaz, porque a pessoa usa, e tem uns que num usa; os que é de família, que também faz parte do projeto, sempre critica, fica xingando “olá o cheira *thinner*”, isso e aquilo. Aí ele fica revoltado e torna voltar pra rua. No projeto, há um preconceito bem grande. Sempre, vira e mexe, tem um discriminando o outro, em vez de ajudar, acolher, ficar discutindo e tudo. Aí ele revolta e volta pra rua, e às vezes, volta pior (Lucas, 17 anos).

Cabe ressaltar que a não-compreensão das características dos que estão em situação de rua por parte dos programas de ação educativa complementar é, muitas vezes, a responsável pelo insucesso das inúmeras políticas públicas executadas pelo governo, impossibilitando o alcance de resultados qualitativos.

Vale destacar que essa não-permanência das crianças e adolescentes nos programas e sua ocupação dos espaços públicos urbanos denunciam os problemas sociais existentes no Brasil e que, muitas vezes, ficam esquecidos nas periferias⁹¹. No momento em que as crianças e adolescentes abandonam os internatos, os programas da ação educativa complementar, os abrigos e as escolas, e passam a transitar nos centros urbanos, tornam-se “grandes *outdoors*” denunciando os problemas sociais e forçando a elaboração de políticas públicas direcionadas à população pobre.

3.2. Percepções e expectativas

Durante a pesquisa, os adolescentes também foram indagados sobre suas expectativas para o futuro. Pode-se perceber que todos fazem planos para um futuro longe da rua. Esta é uma questão crucial para a análise no próximo capítulo, pois entre as suas prioridades estão: trabalhar, estudar, conseguir uma moradia digna. Todavia, para as crianças e adolescentes, esse futuro é jogado para o horizonte etário, só quando atingirem 18 anos, fase em que almejam adentrar o mundo do trabalho.

O que eu pretendo fazer na minha vida é assim: arrumar qualquer coisa assim, chegar os 18 anos, arrumar um emprego que dá pra mim, podia ser

⁹¹ Sobre essa afirmação, veja-se Leite (2001).

de serigrafia ou então de outra coisa, outra pra ganhar o dinheiro (Pedro, 16 anos).

Mesmo havendo embates com a polícia e a não-adaptação aos programas de ação educativa complementar, muitas crianças e adolescentes ainda sonham em compor estes grupos no futuro. Muitos pensam em ser policiais ou educadores sociais.

O futuro pra mim é estudar e se formar pra ser um bombeiro, pode ser polícia, pode ser qualquer coisa. Num sei por que quero ser polícia, tem uns que morre, que eles quer ser muito machão... Pode ser médico, o que Deus quiser que eu seja eu posso ser, médico, policial ou outra coisa (Paulo, 13 anos).

Eu quero é estudar mais pra poder chegar na frente arrumar um emprego bom, comprar uma casa pra mim morar, num ficar muito dependendo da minha família. Dependendo da família é meio ruim, eu quero aprender uma profissão pra poder arrumar um emprego bom. Meu sonho é ser mestre de capoeira, pra dar aula de capoeira pra outras pessoas. Aprender, ensinar aquilo que eu aprendi. Eu quero ter filhos, mas eu não quero que eles fiquem na rua (João, 14 anos).

O futuro dessas crianças e adolescentes está diretamente ligado às políticas públicas implantadas no município. Por estes relatos, foi possível perceber a inexistência ou precariedade das políticas públicas municipais que realmente tragam mudanças significativas para as famílias e para as crianças e adolescentes em situação de rua. A violência a que são submetidos faz com que a exclusão social crie raízes cada vez mais fortes, tornando esse cotidiano de exclusão a regra quase permanente. A violência, muitas vezes, traz fim para muitos sonhos. Segundo Feffermann (2006: 204), para muitos jovens, devido às situações inusitadas, “[...] o momento presente é o único tempo que lhes é possível” e seu futuro é, muitas vezes marcado pela morte.

Observou-se, durante a pesquisa, a violação contínua do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente por parte daqueles a quem cabe seu cumprimento. Assim, o próximo capítulo dedica-se a analisar o discurso do poder público municipal, no que se refere ao atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua, tendo por base as entrevistas feitas com os agentes sociais.

Capítulo IV

Políticas públicas, programas e projetos para a população infanto-juvenil em Vitória da Conquista

O partido (PT) quer, pretende e está fazendo as transformações dentro do marco da democracia representativa, dentro do marco das instituições liberais do Estado brasileiro. Isso exige paciência. São mudanças no comportamento, nas instituições. A capacidade de atender materialmente um contingente de pessoas é limitada. Mas a opção preferencial pelos pobres, com política de inclusão para conter a barbárie, a saúde pública, programa de habitação, o combate à fome, o programa de agricultura familiar, essas políticas vão ter um efeito extremamente positivo na condição de amplas massas de brasileiros. Nossa expectativa é que crescentemente continue esse repasse de renda e de riqueza para a população, porque é a condição histórica do nosso modelo ser sustentável, do nosso projeto ser mais duradouro, independente de perder ou não as eleições em algum momento.⁹²

Os dados contidos no capítulo anterior, referentes às crianças e aos adolescentes em situação de rua, apontam que as ações dos órgãos de garantia de direitos continuam lentas e que, muitas vezes, ao invés de protegê-los, continuam violentando-os, ignorando o Estatuto da Criança e do Adolescente e agindo com se fossem conduzidos à *luz* do extinto Código de Menores.

⁹² Trecho da entrevista concedida pelo Prefeito José Raimundo Fontes à Agência Carta Maior, no dia 07/12/2004. Esta entrevista nos foi gentilmente cedida pelo Prefeito.

No entanto, os mesmos dados também demonstram que os órgãos de garantia de direitos têm conseguido ganhar credibilidade junto às crianças e adolescentes em situação de rua. Segundo informações da *Unidade de Educação de Rua* (UER), no final da década de 1990, até meados de 2005, crianças e adolescentes em situação de rua não conseguiam visualizar os órgãos de garantia de direitos como mecanismos de proteção. Desta forma, a maioria não os procuravam em caso de violação de seus direitos por parte da sociedade em geral.

Dados levantados no ano de 2004 pela UER detectaram diversos problemas na ação dos órgãos que deveriam garantir os direitos à população infanto-juvenil. A UER, enquanto a única ação governamental de atendimento direto existente na cidade, tinha, muitas vezes, seu trabalho impossibilitado pela polícia, devido à forma agressiva e violenta com que esta os trata, desrespeitando a legislação que deveria cumprir.

Cabe ressaltar que as crianças e adolescentes em situação de rua não têm sido atendidos pelos órgãos que deveriam garantir seus direitos. Por isso, esta pesquisa objetivou investigar alguns órgãos ligados ao Governo Municipal. Assim, foram realizadas entrevistas com representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Coordenação de Assistência à Criança e ao Adolescente (CACA), do Programa Conquista Criança, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Programa Agente Jovem e do Projeto Juventude Cidadã.

4.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A escolha do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)⁹³ como fonte de pesquisa deu-se por conta de ser o responsável pelo acompanhamento de todas as ações referentes às crianças e adolescentes realizadas pelo Conselho Tutelar. Assim, por meio do CMDCA, foi possível levantar dados importantes.

O CMDCA (conhecido no município como COMDICA), foi criado, em Vitória da Conquista, no dia 08 de novembro de 1991, pela Lei Municipal Nº 607/91. Junto com ele, foi criado também o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência.

Como nos afirma Santos (2007:199), o CMDCA só foi instalado oficialmente em Vitória da Conquista no ano de 1995, através da edição da Lei Municipal Nº 792/95, do dia 03 de julho de 1995. Esta Lei revogou alguns artigos da Lei Nº 607/91 e criou o Conselho Tutelar. Estabelecia o número de 24 conselheiros, distribuídos paritariamente entre representações governamentais e não-governamentais. As funções atribuídas aos membros dos Conselhos são consideradas de interesse público relevante e não podem ser remuneradas⁹⁴.

Entretanto, durante o período de implantação do CMDCA até o ano de 1996, as gestões dos prefeitos Murilo Pimentel Mármore (1989-1992) e José Fernandes Pedral Sampaio (1993-1996), ambos do PMDB, não possibilitaram o funcionamento pleno e, conseqüentemente, inviabilizaram o funcionamento do Conselho Tutelar, tendo em vista este estar diretamente ligado ao CMDCA. Santos (op. cit.) aponta que os governos citados

⁹³ Os Conselhos de direitos devem ser criados no âmbito federal, estadual e municipal, conforme o Artigo 88 do Estatuto da Criança de o Adolescente. Segundo o inciso II deste artigo, os Conselhos de Direitos são “órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular partidária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais”.

⁹⁴ Cf. artigo 89 do Estatuto da Criança de o Adolescente.

não aceitavam a participação das organizações populares, centralizando o controle do CMDCA na administração pública municipal, impossibilitando seu real funcionamento. De acordo com a Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Conquistinha e São Luis, “Eles (os prefeitos) não nos ouviam, não nos consideravam como pessoas que tinham propostas e compromissos com as crianças, não aceitavam nossa presença na mesa deles” (Apud SANTOS, 2007: 198). Cabe ressaltar que não havia também uma preocupação com as crianças e adolescentes em situação de rua, como noticiava a imprensa local:

Conquista começa a apresentar sintoma de desajuste social dentro do seu espaço urbano, particularmente no que diz respeito ao grande número de menores abandonados que trafegam no centro da cidade, transitam nos bairros periféricos, dormem sob marquises à noite e saem pelas ruas da cidade durante o dia mendigando, roubando e até mesmo se envolvendo com drogas. A nossa “Candelária” também existe, ainda que em proporções diferentes – aqui os meninos de rua, ou menores abandonados não têm direitos à educação, à saúde, à moradia e até o mais básico de todos, à alimentação. [...] Outra causa da mortalidade infantil que já está chegando em Conquista é o abandono em que estão as crianças de rua. São crianças pobres que fogem de casa ou são abandonadas pelos pais. Para sobreviverem (arranjar comida e roupa), elas aprendem a roubar e furtar e são violentadas por marginais ou presas pelos policiais, que muitas vezes espancam os meninos de rua. Não tendo onde morar, dormem debaixo de marquises, nas portas das lojas, envoltas em jornais e papelões (Jornal *Hoje*, 23/11/1994: 02).

O surgimento do CMDCA, que deveria trazer um novo panorama à garantia dos direitos infanto-juvenis, otimizando programas sociais, poucas mudanças significativas trouxeram, mantendo as crianças e adolescentes pobres em espaços, via de regra, excludentes.

Tanto o CMDCA quanto o Conselho Tutelar só passaram a funcionar efetivamente a partir do ano de 1997, durante a primeira gestão do prefeito petista Guilherme Menezes de Andrade (1997-2000). Isto se deu, fundamentalmente, ao se abrirem os programas do governo para a participação dos movimentos populares. Assim, o CMDCA teve participação importante na agenda do governo e na implantação da política de atenção à criança e ao adolescente iniciada no ano de 1997. Foi criado o *Programa Conquista Criança* e, a partir da articulação das instituições governamentais e não-governamentais que compunham o CMDCA, criou-se a *Rede da Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente*, instituindo uma política conjunta e coerente de atenção às crianças e adolescentes.

Inicialmente, a antiga formação do CMDCA, estabelecida pela Lei Municipal N° 792/95, foi alterada em 2006 pela Lei Municipal N° 1328/06. Assim, o número de conselheiros passou de 24 para 12, paritariamente distribuídos entre governamentais e não-governamentais⁹⁵. Anteriormente, o quadro de conselheiros do CMDCA era formado, em sua maioria, por entidades que não representavam as crianças e adolescentes. Na nova composição, que segue orientações do CONANDA, os conselheiros estão divididos em dois grupos. Governamentais, compreendendo as secretarias de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer Desenvolvimento Social, Econômica e Comunicação. Não-governamentais, representados pelas pastorais, creches, instituições de atendimento a

⁹⁵ “Os 24 cargos de conselheiros criados pela Lei Municipal N° 792/95 estavam assim distribuídos: (a) Governamentais – quatro da Prefeitura Municipal, dois de órgãos estaduais com sede no município, um da Junta Militar, um da Polícia Militar, um do INSS, um da Delegacia do Trabalho e dois representantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; (b) Não-governamentais – Associação Comercial e Industrial de Vitória da Conquista, Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Vitória da Conquista, Lojas Maçônicas de Vitória da Conquista, União Espírita, Federação Municipal das Associações de Moradores, Diocese de Vitória da Conquista, Creches Comunitárias, Associação dos Evangélicos de Conquista, Associação Médica, Ordem dos Advogados do Brasil (Sub-seção de Vitória da Conquista), Comissão Pró-CUT (Regional de Vitória da Conquista), Sindicato dos Jornalistas da Bahia (Seção de Vitória da Conquista)”. Cf. Santos (2007): 200.

portadores de necessidades especiais, instituições para cumprimento de medidas sócio-educativas, entre outras.

De acordo com o Presidente do CMDCA⁹⁶, nos últimos anos, compreendendo o final da segunda e início da terceira gestão do PT, o CMDCA passou a enfrentar uma série de dificuldades, tanto na manutenção de sua estrutura física quanto na execução de ações deliberativas. Apesar de ter uma ampla rede de atendimento à criança e ao adolescente, a maioria dos membros das instituições e programas desconhecem as funções do CMDCA e são muitos destes que compõem o quadro de Conselheiros. Ainda, segundo o Presidente:

A própria estrutura do Conselho é um problema, pois o conselheiro chega sem saber qual é realmente o seu papel, e a maioria infelizmente não se empenha na busca de conhecimento, estudar, saber como funciona o Conselho enquanto instância deliberativa, e isso vem dificultar os trabalhos. A prova disso é que, em abril de 2006, nos deparamos com a dificuldade de montar um projeto de ação.

Nota-se, com base no relato acima, que o Estatuto da Criança e do Adolescente continua sendo pouco divulgado, o que se reflete no despreparo dos agentes sociais. Pode-se afirmar também, com base em Oliveira (2003b), que a “vocação” filantrópica introduzida pelo capitalismo possibilitou o crescimento do número de empregos na área social, o que, no entanto, não supre a falta de pessoas capacitadas. A ausência de capacita o acarreta a má qualidade dos atendimentos. Nota-se também que o governo neoliberal, que assumia a postura de “Estado mínimo” e incentivava a cria o de organiza oes não-governamentais, atualmente investe na cria o de diversos programas sociais, “inchando” as *redes* de garantia de direitos e acirrando a disputa por espaços de trabalho. Para o presidente, houve um retrocesso na implanta o da política de aten o  

⁹⁶ Entrevista realizada com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Vitória da Conquista, no dia 04 de setembro de 2007.

criança e ao adolescente após a chegada dos programas federais: “Quando chegam esses programas federais, tudo passa a girar em torno deles. De certo modo, nós temos uma crítica dentro do próprio Conselho”. Desta forma, os programas federais assumiram o desenvolvimento de um trabalho que antes só era feito pelas esferas não-governamentais.

Mesmo o Conselho sendo composto paritariamente por representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, segundo o presidente, ainda há dificuldades de diálogos entre ONG’s e administração municipal. Existem setores do Governo que não reconhecem o trabalho exercido pelo CMDCA, e esse não-reconhecimento interfere na aplicação de recursos necessários ao seu funcionamento.

No que se refere à atenção às crianças e aos adolescentes, somente no ano de 2006, iniciou-se uma pesquisa para diagnosticar sua situação no município. Assim, o Conselho não conta, atualmente, com dados significativos sobre este grupo, e principalmente sobre aqueles que estão em situação de rua.

Cabe ressaltar que o CMDCA reconhece a existência de um grande número de crianças e adolescentes em situação de rua no município e a carência de programas de atendimento a eles. Mesmo estando há mais de uma década em funcionamento, o Presidente do CMDCA revela que, o conselho só poderá pensar em ações de atendimento após encerrado o seu diagnóstico, o que está previsto para 2008. Conforme ele, o diagnóstico apontará que tipo de adequação precisará acontecer nas instituições e programas para que possam atender às crianças e adolescentes em situação de rua. Por tratar-se de uma instância deliberativa, a execução de ações não faz parte das competências do CMDCA, logo, o Conselho trabalha para que um plano de ação seja formulado.

É como instância deliberativa que o CMDCA realiza, de dois em dois anos, a *Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Esta produz relatórios que indicam a problemática do município e apontam as prioridades que devem ser inseridas na agenda do governo. Tais informações deveriam servir de base para a construção do plano de ação do CMDCA. No entanto, tais discussões parecem findar-se após a conferência nacional⁹⁷, voltando a ser retomada na conferência seguinte. Nota-se o desrespeito às deliberações das conferências. Segundo o presidente, o CMDCA encaminhou, em 2007, um relatório da Conferência para o Ministério Público, Governo Municipal e Juizado da Infância e da Juventude, no intuito de que as deliberações nela tomadas fossem reconhecidas.

Os resultados das conferências já apontaram a não existência de instituições de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, de acordo com o presidente, o “CMDCA tem cobrado do Governo Municipal melhor estruturação das instituições, para este atendimento [...] já que o *Conquista Criança* não atende às necessidades do público”. Todavia, não há previsão de quando, ou se algo será feito.

Conforme dados do próprio CMDCA, o número de crianças e adolescentes em situação de rua violentados no município tem crescido muito, e o próprio presidente reconhece que essa violência parte, muitas vezes, dos próprios órgãos que deveriam promover a sua segurança. Afirma que:

[...] nos últimos tempos, tem crescido o número de execução de crianças e adolescentes [...] e nós propomos que o próprio Ministério Público acompanhe mais de perto. Mas aí nós ainda temos aquela grande falha: não tem delegacia especializada, não tem área especializada para infância

⁹⁷ No mesmo ano, são realizadas as conferências municipal, estadual e nacional. Os resultados da conferência municipal são levados para a discussão na estadual, que também elabora um relatório para a conferência nacional.

e juventude. [...] O que nós fizemos, então, enquanto Conselho, foi fazer uma espécie de reunião com todos os órgãos de segurança [...] para que pudéssemos tratar um pouco dessa situação. Mas o que vimos é que, dentro das próprias corporações, não existe vontade de mudar aquela atitude, atitude de repressão, de bater e tal, por aí vai.

Este relato só elucida as afirmações feitas pelos adolescentes no capítulo anterior: os policiais são os grandes violadores dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. Parece haver um desprezo por parte dos policiais em relação ao ECA e aos direitos que este estabelece. Esta afirmação se evidencia no trabalho de Abramovay (2004:158), que, ao estudar as relações entre polícia e ECA, conclui que “[...] os policiais dizem que muitos adolescentes manipulam o Estatuto, aproveitando-se da sua condição de menoridade para praticar crimes e delitos que não podem ser devidamente punidos”. O mais impressionante é que os órgãos que representam o ECA possuem dados comprobatórios dessa violência, mas pouco têm feito para solucionar este problema. Até meados do ano de 2007, já haviam sido executadas mais de 20 crianças e adolescentes, e se desconhece a maioria dos autores. Somando-se os anos de 2006 e 2007, o número já ultrapassa 37, sem contabilizar crianças e adolescentes que desapareceram da cidade, não podendo ser determinados como óbito⁹⁸.

Sobre essa problemática, Zaluar (2004: 214), ressalta que:

As pesquisas mais recentes confirmam o que vinha sendo reiterado em vários trabalhos sobre as mortes violentas entre adolescentes acima de 14 anos de idade, em sua maioria assassinados provavelmente por outros jovens da mesma idade e por policiais corruptos.

Existe, em Vitória da Conquista, uma Vara da Infância e da Juventude, uma Promotoria da Infância da Juventude, um CMDCA, um Conselho Tutelar, uma Rede de

⁹⁸ Dados fornecidos pelo Presidente do CMDCA durante a entrevista.

Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, além de diversas outras instituições e programas de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. No entanto, parece existir um abandono dos jovens em situação de rua. Após 17 anos de implementação do ECA, o CMDCA mostra-se ineficiente como afirma o presidente:

Por incrível que pareça, a gente não entrou ainda com nenhuma ação purgativa. [...] Nós estamos ainda naquela da conversa e fazer reunião com juiz e tudo, mas não oficializada. [...] E talvez hoje o Conselho peque por isso, para fazer a política da “boa vizinhança” e não bater de frente. [...] As poucas ações de garantia de direitos das crianças e adolescentes em situação de rua originam-se do Conselho Tutelar.

Entretanto, a ação do Conselho Tutelar é, muitas vezes, interrompida pela falta de infra-estrutura de funcionamento e pela carência de instituições que formem uma retaguarda de apoio.

O próprio Conselho Tutelar tem dificuldades de acompanhar, [...] é uma dificuldade imensa. Em um município com 300 mil habitantes, hoje era para nós termos, no mínimo, três Conselhos Tutelares e nós só temos um, e com deficiência de equipamentos (Presidente do CMDCA).

O Conselho Tutelar deveria ser um órgão de garantia de direitos, de acompanhamento às ações de atendimento e de cumprimento do ECA. A ausência de estrutura reforça o fato de que o poder local tem grandes dificuldades em cumprir a legislação⁹⁹. “Então, é difícil, mas a gente espera que, *logo logo*, possa dar um encaminhamento para que isso mude” (Presidente do CMDCA).

⁹⁹ O Estatuto da Criança e do Adolescente (Título V, Capítulo I: Artigo 132) determina que “Em cada município, haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução. Parágrafo Único – Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar”.

4.2. O Programa Conquista Criança

Segundo dados do governo municipal, durante seus 10 anos de existência, o *Programa Conquista Criança* buscou consolidar sua ação, assegurando a manutenção da qualidade do atendimento e a ampliação do número de crianças e adolescentes atendidos. Nesta direção, buscou estabelecer parcerias com programas e instituições (Programa Sentinela, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e da Juventude, Conselho Municipal da Defesa da Criança e do Adolescente, Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente e Programa de Erradicação do trabalho Infantil). Nos últimos anos, estabeleceram-se mais duas parcerias: com o Projeto Juventude Cidadã e com o Programa Agente Jovem.

Atualmente, o *Conquista Criança* atende a cerca de 400 crianças e adolescentes na *Unidade Central*, excluídos deste total os jovens atendidos no *Núcleo de Produção* e na *Unidade de Acolhimento Noturno*.

Ao ser criado, em 1997, o *Conquista Criança* destinava-se exclusivamente a atender às crianças e adolescentes em situação de rua nas unidades *Central* e *Acolhimento Noturno*. Devido à necessidade de ampliação do atendimento, passou, em 1998, a atender a todos os que estavam em situação de risco.

Objetivando continuar a atender às crianças e adolescentes em situação de rua, criou-se em 1999, a *Unidade de Educação de Rua*, o que possibilitaria um trabalho prévio que integraria crianças e jovens às demais Unidades. Assim, o *Programa Conquista Criança* continuaria a atender, na *Unidade Central*, a crianças e adolescentes com problemas variados. Notada a dificuldade de atendimento aos que provinham da situação de rua e aos que mantinham vínculo familiar na mesma Unidade, optou-se, em 1999, em

criar a *Unidade da Zona Oeste*. Esta visava a atender, exclusivamente, às crianças e adolescentes em situação de rua. No entanto, a desatenção governamental para com o grupo infanto-juvenil em situação de rua provocou a desativação da *Unidade da Zona Oeste* em 2000, mesmo período em que a *Unidade de Educação de Rua* passava a enfrentar dificuldades que culminaram em sua desativação.

Nota-se que o programa governamental que havia sido criado para atender exclusivamente às crianças e adolescentes em situação de rua mudou seu foco de atendimento. Atualmente, o *Programa Conquista Criança* justifica não ter condições de atendimento, o que se evidencia na afirmação da Coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente¹⁰⁰:

[...] quando ele surgiu há 10 anos atrás, surgiu exatamente para atender esse perfil. Ao longo desses anos, esse objetivo foi mudando, pela vinda dos outros programas, pela ampliação do próprio *Conquista Criança*. Aí o resultado é que, durante esses dez anos, esse trabalho foi deixando de ser feito, deixou de existir educação de rua.

A *Unidade de Acolhimento Noturno* é a única ação do *Programa Conquista Criança* que atende a crianças e adolescentes em situação de rua. No entanto, segundo a Coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente, a *Unidade* trata-se de “uma casa de passagem”, trabalhando com demanda espontânea, onde depende das crianças e adolescentes a procura de atendimento. Ou devem ser encaminhados pelo Conselho Tutelar ou qualquer outra instituição da *Rede*. Cabe ressaltar que o atendimento prestado pela *Unidade de Acolhimento Noturno* é em regime de abrigo. Assim, algumas crianças e adolescentes a utilizam apenas para pernoitar, voltando à rua no dia seguinte.

¹⁰⁰ Entrevista com a coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente do município de Vitória da Conquista, realizada no dia 10 de setembro de 2007.

Esta Unidade foi, muitas vezes, considerada uma extensão da família, para onde as crianças e adolescentes em situação de rua iam se alimentar, tomar banho, assistir à televisão, criar animais de estimação e dormir. A “Casa de Acolhimento, muitas vezes, já foi vista como uma casa mesmo, casa de família para aqueles meninos e eu penso que isso vai muito de quem está à frente, na direção” (Coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente). Para as crianças e adolescentes, a *Unidade de Acolhimento Noturno* servia apenas como abrigo ou refúgio. Após pernoitar na *Unidade*, todos retornam à rua. Todavia, é importante ressaltar que, muitas vezes, a mesma fica deserta por falta de demanda espontânea. Tais informações apenas evidenciam que a rua apresenta-se mais atrativa do que os programas existentes.

A pesquisa mostrou também que a bolsa-auxílio apresenta-se como o principal atrativo do *Programa Conquista Criança*. No início do funcionamento do *programa* era a exigência de frequência para o recebimento da bolsa que mantinha a assiduidade dos educandos. Atualmente, como afirma o coordenador do *Programa*¹⁰¹, há um incentivo do Governo, “[...] para que, cada vez mais, os educandos sejam cadastrados dentro do programa de bolsas federais [...] eles recebem as bolsas mesmo sem estarem participando das atividades do *Programa*”.

Com isso, muitas famílias não se importam se o filho está ou não participando de um programa de ação educativa complementar. O importante é o recebimento da bolsa que os fixa cada vez mais naquilo que Oliveira (2003: 103) denominou como “territórios da pobreza”.

¹⁰¹ Entrevista com o coordenador do *Programa Conquista Criança*, realizada no dia 23 de agosto de 2007.

Todas as mudanças do sistema de atendimento impulsionadas pelos projetos federais, fizeram com que *Programa Conquista Criança* repensasse sua metodologia de trabalho, avaliando principalmente os objetivos de sua criação. De acordo com o coordenador,

O *Programa* tem que ser reinventado, mas, ao mesmo tempo, se ele for tão reinventado, tão modificado, ele se desfaz, porque há uma estrutura que foi formada e ele precisa ser pensado com responsabilidade. O *Programa Conquista Criança* tornou-se uma política sólida e assim, ele ainda existirá por muitos anos. O desafio para dez anos é que o *Conquista Criança* se reinvente.

A reinvenção do *Programa Conquista Criança* tem como principal finalidade a adequação às exigências do governo federal, tendo em vista que boa parte dos recursos que mantém o *Programa* provém das parcerias com programas federais, como o PETI e o *Agente Jovem*.

Essa nova política de atendimento distancia cada vez mais o *Programa Conquista Criança* dos jovens em situação de rua. Segundo o coordenador, o *Programa* não dispõe de estrutura para atender às crianças e os adolescentes em situação de rua, e o atendimento a este público não pode ser considerado de exclusividade do *Programa*, mas sim uma responsabilidade de todo o município.

[...] é preciso trabalhar em rede. Eu acho, cada vez mais, que esse é o caminho, trabalhar com a escola [...] a Igreja, as instituições, o Estado, a sociedade em geral. Essas instituições trabalham muito isoladas, e esse é o desafio: trabalhar em rede.

Assim como os demais programas, o *Conquista Criança* tem se configurado como uma política pontual e tem tido bons resultados naquilo que objetiva, mas, ainda não se propõe a atender aos que estão em situação de rua, como afirma o coordenador:

[...] a rua começa a ser deixada de lado. A rua não é priorizada. O espaço da rua não é visto como um espaço produtivo do ponto de vista de educação. Eu não vejo ninguém, na política municipal, que efetivamente defenda hoje uma proposta de política de educação na rua.

De acordo com o coordenador, “[...] esse é o grande desafio da administração municipal, conseguir gerar essa política de atenção à criança e ao adolescente”. Afirma ainda que já se discute uma nova proposta de trabalho de educação de rua, devido a sua extrema necessidade.

Sobre essa afirmação, a Coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente garante que já se discute o retorno ao atendimento das crianças e adolescentes em situação de rua no *Programa Conquista Criança*, o que depende apenas de articulações que devem ser feitas no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES). Todavia, percebe-se que não há previsão de que isso venha a acontecer a curto prazo.

4.3. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa de transferência direta de renda do governo federal para as famílias de crianças e adolescentes

que sofrem algum tipo de exploração do trabalho infantil¹⁰². Esse repasse de renda é feito através de co-financiamento das três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

O objetivo geral do PETI é combater toda e qualquer forma de exploração do trabalho que envolva crianças e adolescentes, na faixa etária dos 7 aos 15 anos, possibilitando sua saída destas atividades. Em substituição às atividades de trabalho, o PETI oferece uma bolsa de incentivo financeiro e exige que as famílias mantenham as crianças e adolescentes frequentando a escola. No turno oposto ao da Escola, são oferecidas atividades de ação educativa complementar dentro de suas *jornadas ampliadas*. Essas atividades

[possibilitam] aos educandos a oportunidade de desenvolverem suas potencialidades, através das atividades Sócio-Educativas de Vivência que lhes possibilitem uma formação para o exercício da cidadania, proporcionando às famílias apoio e orientação por meio de ações socio-educativas e ofertando projetos de geração de trabalho e renda¹⁰³.

Compreendendo-se as atividades das crianças e adolescentes que estão em situação de rua enquanto trabalho, estes se tornaram alvos inquestionáveis das ações do PETI, já que são priorizadas as situações de trabalho, consideradas degradantes, em que se encontram as crianças e adolescentes¹⁰⁴.

¹⁰² Segundo o ECA (Artigo 60), “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. A emenda constitucional nº 20, de 16 de novembro de 1998, estabelece que somente os adolescentes entre 16 e 18 anos podem ingressar no mercado de trabalho, em atividades que não sejam perigosas, insalubres ou noturnas.

¹⁰³ Texto extraído do relatório anual do PETI, referente ao ano de 2006.

¹⁰⁴ Para o PETI, são consideradas degradantes as seguintes atividades de trabalho: “trabalhos em feiras, trabalho ambulante, trabalho em lixões, trabalho como engraxate, trabalho como flanelinhas, distribuição e venda de jornais e revistas, venda de drogas, trabalho na agricultura, trabalho em pedreiras, trabalho em salinas, trabalho em olarias, trabalho em madeireiras, trabalho em tecelagem, trabalho na fabricação de farinha e outros cereais, trabalho na pesca, trabalho em carvoaria, entre outros” (Texto extraído do relatório anual do PETI, referente ao ano de 2006). O coordenador ainda acrescenta a mendicância e a venda de drogas enquanto trabalhos reconhecidos pelo PETI.

Atualmente, o PETI de Vitória da Conquista funciona com 40 núcleos, subdivididos em 100 *jornadas ampliadas*. Os 40 núcleos funcionam em espaços físicos alugados (unidades alugadas, espaços de igrejas, associações, escolas etc), atendendo, em média, a 2800 crianças e adolescentes. Sua meta é atender a 3034 no ano de 2008. Segundo o Coordenador do PETI, o ingresso das crianças no Programa respeita um cadastro do Programa Bolsa-Família (CadÚnico), “porque lá já é feita visita e já tem todo perfil de cada família, aquela que sofreu algum tipo de exploração sexual, aquela que sofre exploração do trabalho”¹⁰⁵.

No que se refere às crianças e adolescentes em situação de rua, suas atividades são reconhecidas pelo PETI enquanto trabalho. Conforme o coordenador, com “A ida do filho para rua, para mendigar, para poder conseguir recursos, muitas vezes, a família não tem uma outra opção a não ser essa”, e isso se configura como trabalho. Afirma ainda que a ida das crianças e adolescentes para a rua se dá, muitas vezes, por exploração da família, tendo em vista a facilidade que eles têm em ganhar dinheiro. “Porque para sociedade é muito mais sensível quando chega uma criança pedindo do que um adulto forte”.

Ainda, segundo o coordenador, muito recai sobre os ombros da família:

[...] o que a gente tem como concepção é o entendimento de deixar claro para as famílias que, independente da sua condição social, a obrigatoriedade da responsabilidade pela criança e pelo adolescente é do pai e da mãe. Se não há condicionalidade para que eles possam estar desenvolvendo esse atendimento, aí entram os programas, [...] para que possa amenizar a situação de pobreza.

¹⁰⁵ Dados obtidos em entrevista realizada com o coordenador do PETI em Vitória da Conquista, no dia 10 de setembro de 2007.

Essa afirmação apenas contribui com o pensamento de Oliveira (2003) e situa o PETI como uma política de “manutenção da pobreza”, ou de “amenização da pobreza”. Complementa também o pensamento de Melo (2005:12), quando ela, em seu artigo sobre “Gênero e Pobreza no Brasil”, assevera que um dos desafios “das políticas públicas anti-pobreza é o de [...] impedir que as pessoas morram de fome”.

Para o Coordenador do PETI, o governo municipal tem se preocupado em atender às crianças e adolescentes em situação de rua, quando prioriza o atendimento às famílias. O trabalho está focalizado na prevenção

[...] é por isso que hoje o município desenvolve uma série de ações buscando ofertar a essas famílias, e o PETI vem fazendo isso, [...] formação nas áreas de pintura, de artesanato, de crochê, de macramê, fabricação de sabão, para possibilitar às famílias uma oportunidade, para que elas possam também angariar recursos. Aí a pergunta é: “Isso resolve?” A gente ainda não mediu, mas eu tenho certeza que ajuda.

Nota-se que tal ação configura-se como um trabalho de prevenção e não de erradicação, no que se refere aos que estão em situação de rua.

Tais informações, quando somadas às anteriores, apenas reforçam a teoria de que não existe uma política pública de qualidade, direcionada às crianças e adolescentes em situação de rua no município de Vitória da Conquista. No entanto, enquanto gestor público, o coordenador afirma que tal política existe “ela é muito bem clara, até, por exemplo, a estrutura que existe hoje foi criada em função dessa política”. Para corroborar sua afirmação, cita o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que agrega todos os benefícios sociais, como principal referência de desta política, mesmo que os dados demonstrem a inexistência de resultados positivos.

Pode-se afirmar que o governo instrumentaliza as famílias, possibilitando-lhes condições de sobrevivência, mas não as retira dos “territórios de pobreza”.

[...] porque hoje a família ela passa a ter dignidade no sentido de ela ter seu próprio cartão, ter uma data definida, não precisa estar pegando fila, aguardar se o município vai ou não fazer o pagamento. Naquele mês, o dinheiro já cai na conta dela de forma direta (Coordenador do PETI).

Talvez as razões do insucesso no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua residam nesse modo de pensar a política pública municipal.

O coordenador enumera dois motivos para o não-atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua pelo PETI: 1) para serem atendidos, precisam estar cadastrados no CadÚnico; 2) precisam de um atendimento que envolve uma estrutura diferenciada da que o PETI disponibiliza. Quando o PETI verifica que uma das crianças ou adolescentes está em situação de rua, é realizada a seguinte ação:

[...] Nesses casos, a gente tem encaminhado todos pro *Programa Conquista Criança*, porque lá ele passa a ter um acompanhamento; no turno oposto, ele vai para a escola e, no terceiro turno, [quando não há possibilidade de retorno à família], ele vai para a Casa de Acolhimento.

Importa ressaltar que o *Programa Conquista Criança* não dispõe de condições para atender a este público. Assim, conclui-se que as crianças e adolescentes em situação de rua permanecem sem atendimento.

4.4. O Programa Agente Jovem

O *Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano* é uma ação do Governo federal, implantada no município de Vitória da Conquista no ano de 2006, com o objetivo de formar jovens lideranças que atuem dentro de suas comunidades em prol da garantia de direitos¹⁰⁶. Trabalha também criando mecanismos que possibilitem que tais jovens freqüentem a escola que outrora fora por eles abandonada, devido às dificuldades financeiras das famílias.

Diversos fatores fazem com que os adolescentes abandonem a escola, entre os principais destacam-se o trabalho e a gravidez. Essa realidade fez com que o *Programa Agente Jovem* definisse como seu principal objetivo atender aos:

[...] meninos que desistiram da escola, porque tiveram que trabalhar (ou por outros motivos), meninas que engravidaram, tiveram filho muito cedo. A gente trabalha na reinserção desses meninos na rede de ensino, para que eles voltem a estudar, para que eles sejam modificadores tanto dentro da escola, como dentro da comunidade, a partir das atividades que a gente desenvolve no Programa¹⁰⁷.

Ainda, segundo a coordenadora, as atividades desenvolvidas não se configuram enquanto trabalho, mas possibilitam aos adolescentes a aquisição de saberes significativos para sua vida comunitária, despertando seu desejo de permanecer na escola. Suas atividades artísticas e culturais, desenvolvidas nos bairros de origem ou nas proximidades das moradias dos adolescentes, pretendem envolvê-los no cotidiano da sua comunidade,

¹⁰⁶ O Programa configura-se como uma ação de assistência social destinada a jovens com idades entre 15 e 18 anos, visando ao seu desenvolvimento pessoal, social e comunitário. A estes jovens é fornecida uma bolsa de auxílio financeiro no valor de 75 reais por mês, para que abandonem as atividades de trabalho e dediquem-se à escola.

¹⁰⁷ Entrevista com a coordenadora do Programa Agente Jovem do município de Vitória da Conquista, realizada no dia 05 de setembro de 2007.

possibilitando que os mesmos, com base na sua formação, transformem-se em agentes capazes de mudar sua realidade local.

Os resultados do *Programa Agente jovem* são quantificados através das metas que são estipuladas pelo Governo Federal.

[...] o Governo federal já manda as metas a serem atingidas, aqui no município é de 200 jovens. No ano de 2006, nós cadastramos, 200 jovens, sendo que, com frequência regular até o final do projeto, nos só tivemos 146. Esse ano, nós também temos a meta de 200 adolescentes (Coordenadora do Programa Agente Jovem).

Nota-se aqui uma preocupação com dados quantitativos também presente nos demais programas. No entanto, diferentemente de outros programas, o adolescente não precisa estar na escola para poder fazer parte do *Agente Jovem*, basta que, posteriormente, seja inserido na rede regular de ensino e desenvolva as atividades do *Programa* no turno oposto. Conforme a coordenadora, durante a seleção dos adolescentes, são sempre priorizados os que têm baixa renda. O *Programa* não estabelece nenhuma condição para que os adolescentes ingressem em suas atividades, com exceção da idade: “se não for encaminhado por outro projeto aí a gente leva em consideração a renda” no momento do ingresso.

Devido à estrutura do *Programa Agente Jovem*, verifica-se que este projeto poderia atender aos adolescentes em situação de rua, tendo em vista que estes vêm de um grupo de baixa renda. No entanto, como salienta a coordenadora, o *Programa* reconhece a necessidade de efetuar um trabalho com os jovens em situação de rua e até já houve tentativas de atendê-los,

Mas, como se sabe que, para aqueles meninos da rua participarem de um programa, de um projeto, eles não conseguiriam se adaptar. O Programa tem algumas normas de estar sempre no lugar, todo dia, naquele horário, eles tiveram muita dificuldade com isso. Eu acho que isso é a falta de um trabalho mais temático (Coordenadora do Programa Agente Jovem).

O Programa Agente Jovem justifica a falta de estrutura para atender aos adolescentes em situação de rua e a coordenadora afirma que os educadores não têm capacitação para trabalhar com esse público. Para trabalhar com esses adolescentes,

[...] a gente sabe que tem que ter todo um cuidado, não é a mesma coisa de se trabalhar com um adolescente que tem uma estrutura dentro de casa. [Eles] podem dar alguns problemas para alguns educadores que num sabem ainda lidar com eles. Então, eu acho que precisaria capacitar um pouco mais os educadores para estar trabalhando, acolhendo esses meninos (Coordenadora do Programa Agente Jovem).

Verifica-se que o *Programa Agente Jovem*, mesmo destinando-se a atender aos adolescentes em situação de rua, vai priorizar o atendimento daqueles que ainda têm um vínculo familiar. Em suas experiências, o *Programa* só principiou a atender aos adolescentes em situação de rua que pernoitavam na *Unidade de Acolhimento Noturno*, não conseguindo dar continuidade ao trabalho.

Não houve também por parte da Prefeitura uma capacitação dos profissionais que atuariam no *Programa Agente Jovem*. Esta foi uma iniciativa dos funcionários:

[...] ao começar esse trabalho, houve toda uma preocupação da gente estar fazendo estudos, e inclusive estudo sobre educação de rua, de como ela funcionava e isso ajudou muito na hora da prática, porque tem profissionais que vieram da saúde, da educação, mas que não tinham experiência efetiva com turma ou com meninos de rua. Então, esses

estudos possibilitaram discussões com o grupo que ajudaram muito (Coordenadora do Programa Agente Jovem).

Faz-se importante ressaltar que a falta de estrutura para o atendimento aos adolescentes em situação de rua se dá por falta da aplicação efetiva de recursos que cabe ao município. A contratação de profissionais sem experiência e a não capacitação dos mesmos impedem que estes tenham condições de atender ao público em situação de rua. Faltam também espaços públicos nos bairros, para que as atividades sejam desenvolvidas e faltam recursos para deslocar os adolescentes para as áreas onde são desenvolvidas as atividades. De acordo com a coordenadora, o fornecimento de locais adequados para o desenvolvimento das atividades deveria ser uma contrapartida do Governo Municipal.

Esta faz críticas ao modelo de seleção dos educadores executado pelo governo municipal, o que prejudica a ação do *Programa*,

[...] nem sempre, quando se trabalha em um projeto, é feita essa seleção criteriosa dos profissionais. [...] às vezes, tem as indicações e isso, para mim, atrapalha muito, porque você fica de mãos atadas. Alguém indicou e você, de certa forma, tem que aceitar a indicação e nem sempre essa indicação atende ao perfil. [...] nem sempre essa pessoa que vem indicada tem condições de estar trabalhando (Coordenadora do Programa Agente Jovem).

Cabe ainda ressaltar que a falta de estrutura para o atendimento aos adolescentes em situação de rua se dá por falta da aplicação efetiva de recursos que cabe ao município. Faltam também espaços públicos nos bairros, para que as atividades sejam desenvolvidas, e faltam recursos para deslocar os adolescentes para as áreas onde são desenvolvidas as atividades. Segundo a coordenadora, o fornecimento de locais adequados para o desenvolvimento das atividades deveria ser uma contrapartida do Governo Municipal.

No que se refere ao investimento do Governo Federal, segundo a coordenadora, “essa parte é cumprida. A gente sabe que vem uma verba, a gente sabe o quanto a gente pode estar comprando”. Entretanto, é por causa da não-efetivação da contrapartida do município que o atendimento aos adolescentes em situação de rua não acontece de forma efetiva. Assim, o Programa Agente Jovem afirma que, pelo fato de seu público alvo estar classificado em uma categoria de risco, que é muito mais ampla do que a que envolve os que estão em situação de rua, o atendimento a esse público deveria ser efetuado pelo *Programa Conquista Criança*, destinado a esse fim. Para ela, cada programa delimita que público irá atender e, assim, acabam excluindo os que estão em situação de rua. Mesmo que o *Programa Agente Jovem* tenha o perfil para atender aos que estão em situação de rua, é preferível que eles sejam encaminhados para o *Programa Conquista Criança*.

4.5. O Projeto Juventude Cidadã

O Projeto Juventude Cidadã “A Conquista do Futuro” foi criado pelo Governo Federal e inserido na política do primeiro emprego, objetivando a formação profissional dos jovens com idades entre 16 e 24 anos, tirando-os das ruas. Tal Projeto foi implantado em Vitória da Conquista no ano de 2006, vinculado à Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda¹⁰⁸. Visa a profissionalizar os jovens:

[...] oriundos de famílias carentes, especialmente aqueles que vivem em situação de maior risco social, como negros, jovens mulheres chefes de

¹⁰⁸ Órgão da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

família, remanescentes dos programas sociais, deficientes e educandos da Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, entre outros¹⁰⁹.

Segundo a coordenadora de comunicação¹¹⁰, atualmente, muitos jovens conseguem emprego, mas, por não terem a formação exigida, são impossibilitados de assumi-lo.

[...] aí surgiu esse projeto com essa idéia de ser um projeto de 9 meses com várias etapas, que o jovem saísse dele não só com formação meramente profissional, mas também com formação social, com a formação de vida, para que ele consiga segurar o emprego, porque, muitas vezes, o jovem tem capacidade, mas não sabe se relacionar.

Durante o ano de 2007, o Projeto Juventude Cidadã atendeu a três mil jovens, proporcionando a eles capacitação para o trabalho e encaminhamento para postos de emprego. A princípio, foram cadastrados dez mil jovens, para, depois, serem selecionados os três mil que permaneceriam no Projeto. Para esta seleção, o Governo Federal estabeleceu como critérios: a escolaridade – o jovem que não estivesse na escola, teria um prazo de 90 dias, após ser selecionado, para ingressar na rede regular de ensino; a renda *per capita*, não poderia ultrapassar 175 reais; e, o fato de não ter trabalhado anteriormente, já que o *Projeto* destinava-se à formação para o primeiro emprego.

Em Vitória da Conquista, foi adotada como escolaridade mínima a 6ª série para a zona urbana e a 5ª série para a zona rural. Depois de selecionados, os três mil jovens integraram um projeto que teria nove meses de duração e que fora dividido em 4 etapas: formação em cidadania e direitos humanos, prestação de serviço civil voluntário,

¹⁰⁹ Fonte: Jornal Conquista Cidadã. Edição do mês fevereiro de 2007: 03. Esse jornal é editado pelo Governo Municipal,

¹¹⁰ Entrevista com a coordenadora de comunicação do Projeto Juventude Cidadã do município de Vitória da Conquista, realizada no dia 13 de setembro de 2007.

qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho¹¹¹. A única exigência para que o jovem continuasse no projeto era de que ele permanecesse na escola, com frequência e aprovação.

Nota-se uma preocupação em gerarem-se políticas governamentais de inserção do jovem no mercado de trabalho. Segundo Blass (2006: 62), essas políticas governamentais expressam “[...] uma *visão linear e prescritiva* da transição dos jovens para a vida adulta, que se volta, basicamente, para a obtenção de rendimentos, seja através do trabalho, seja através da conquista de um emprego”.

Nesta linha, a coordenadora destaca que um dos pontos positivos do projeto é a adesão do empresariado de Vitória da Conquista.

[...] hoje esse empresário liga pra gente falando “Eu quero um jovem do Juventude Cidadã. Eu estou precisando de 10 jovens, de 5 jovens. Eu quero treinar o jovem aqui, quero ver se esse jovem realmente tem capacidade”.

Com isso, até o mês de setembro de 2007, já haviam sido inseridos no mercado de trabalho 380 jovens, dentro de uma meta de 900 que se encerraria no mês de novembro.

Não é um projeto perfeito, porque, quando a gente tem que colocar o jovem, tem que usar todos esses critérios e você acaba, de certa forma,

¹¹¹ Na primeira etapa, os 3 mil jovens foram treinados em cidadania e direitos humanos pelo Programa de Educação pela Vida (ONG de Vitória da Conquista), para que tivessem condição de passar para a próxima etapa tendo conhecimento dos objetivos do Projeto Juventude Cidadã. Nessa etapa de cidadania e direitos humanos, foram montadas 74 salas de aula, com professores de todas as matérias que dizem respeito à cidadania e direitos humanos. Foi fornecida toda a estrutura para que os jovens pudessem permanecer: lanche, fardamento, material didático, bolsa de 120 reais. Durante o serviço civil voluntário, o jovem presta serviço voluntário em uma instituição, com carga horária de 125 horas. “Foi muito importante essa etapa de serviço civil voluntário, tanto que muitos jovens procuraram depois as entidades pra continuar fazendo o serviço civil voluntário, como no caso do albergue, do Bolsa-família, porque ele se sentiu uma pessoa importante”. Na etapa de qualificação profissional, foram montadas 79 salas de aulas onde aconteciam 49 tipos de cursos profissionalizantes, a serem escolhidas pelo jovem. A última etapa é de inserção no mercado de trabalho, onde o Projeto busca mecanismos para aproximar os profissionais formados do mercado de trabalho (Dados fornecidos pela coordenadora de comunicação do Projeto Juventude Cidadã).

ficando um pouco triste, porque sabe que tem jovens que também precisam, mas que não concluíram a 6ª, tem jovens que precisam, mas que não têm a idade mínima ou já ultrapassaram a máxima. Esses critérios acabam por afunilar um pouco o projeto (Coordenadora de Comunicação do Projeto Juventude Cidadã).

A partir de 2008, há a perspectiva de que o Projeto Juventude Cidadã se torne o Projeto *ProJovem*¹¹².

O *ProJovem*, ele já vai atender os nossos anseios, ele já começa com uma meta de 15 a 29 anos; é o mesmo traçado do Juventude Cidadã. A diferença é que ele é dividido em fases, então, você tem o *ProJovem* Rural – trabalhando com as Secretarias de Educação, Agricultura e Desenvolvimento Social – e o *ProJovem* Trabalhador, com a Secretaria do Trabalho (Coordenadora de Comunicação do Projeto Juventude Cidadã).

Mesmo com toda a sua infra-estrutura de atendimento, o *Projeto Juventude Cidadã* não contemplou em suas ações os adolescentes em situação de rua. Isso se deu devido às exigências de seleção e porque a primeira etapa do projeto não havia sido planejada para atender a esse público. Questionada se, durante essa nova fase, o *ProJovem* objetivaria atender aos adolescentes a partir de 15 anos que estão em situação de rua, a coordenadora responde:

¹¹² “O governo federal lançou em setembro de 2007 o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que vai beneficiar pessoas de baixa renda entre 15 e 29 anos. O novo ProJovem nasceu da unificação de seis programas do Governo voltados para a juventude: Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã Cristã e Escola de Fábrica. Dividido em quatro modalidades - ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. O Programa vai garantir integração ao gerenciamento de iniciativas direcionadas à juventude e a continuidade ao acesso a outros programas federais, como o Brasil Alfabetizado e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, o valor do auxílio financeiro oferecido pelas iniciativas será fixado em R\$100 e a carga horária e os currículos dos cursos serão unificados. O ProJovem vai oferecer aos jovens a oportunidade de voltar à escola ou nela permanecer, concluir o ensino fundamental, participar de cursos de formação e qualificação profissional e de ações comunitárias. O programa terá gestão compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e os ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.” Fonte: Informativo *Em questão*, Editado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Nº 543 - Brasília, 5 de setembro de 2007.

[...] eu creio que tem que atender sim, porque, antes de mais nada, o Juventude Cidadã, o ProJovem é projeto de inclusão social e ele não seria se deixasse de fora os adolescentes que estão na rua, que estão em situação de rua, porque a gente sabe que esses jovens pertencem à Vitória da Conquista, que eles têm residência em Vitória da Conquista, mas, por causa da desintegração dentro da família, eles acabam buscando uma integração na rua.

O único problema percebido pela coordenadora para a inclusão destes adolescentes na próxima etapa do projeto está na exigência da 6ª série como escolaridade mínima, o que pode ser solucionado a partir de um planejamento antecipado. “eu acho que toda regra tem exceção, e, se a gente pretende incluir esses jovens na sociedade, precisamos dar condição para que eles se ajustem dentro do projeto”.

4.6. A Coordenação de Assistência à Criança e ao Adolescente

A Coordenação de Assistência à Criança e ao Adolescente do município de Vitória da Conquista surgiu no ano 2004, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES). Devido à constante necessidade de ampliação dos programas governamentais (o que, conseqüentemente, aumentou gastos da SEMDES) e à chegada dos Programas Federais, houve a necessidade de criar-se essa coordenação, com o objetivo de integrar os programas sociais de atendimento à criança e ao adolescente ligados à Secretaria, ou seja, um trabalho similar ao que a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente¹¹³ se propôs no ato de sua criação. O único diferencial é que esta Coordenação envolveria apenas os programas governamentais.

¹¹³ Nesta pesquisa, optou-se por investigar a Coordenação de Assistência à Criança e ao Adolescente (CACCA), e não a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, devido ao fato de a CACA agregar

Esta Coordenação serve, como articuladora dos programas sociais, acompanhando seu cotidiano, e estabelece o elo entre estes e a SEMDES, responsável pelo acompanhamento do *Programa Conquista Criança*, do PETI e do *Programa Agente Jovem*. Somente o *Projeto Juventude Cidadã* não está ligado a esta Coordenação, por vincular-se à Agência de Desenvolvimento Trabalho e Renda.

Dada a importância desta Coordenação e de seu papel articulador das ações dos programas governamentais, a coordenadora foi questionada sobre o não-atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua pelos programas governamentais. Em resposta, a mesma assume a não-existência de atendimento a tal público desde que a *Unidade de Educação e Rua* foi desativada em 2005. Com a implantação dos programas federais, o governo municipal limitou-se a investir apenas no *Programa Conquista Criança*, reduzindo sua abrangência de atendimento. Assim, o atendimento às crianças e adolescentes passou a ser feito preferencialmente pelos programas federais.

Pode-se notar aqui uma inversão na política de atendimento à criança e ao adolescente. O governo, que começou a montar uma rede de atenção a crianças e adolescentes em 1997, abandonou a proposta de articulação e passou a trabalhar com projetos pontuais, com metodologias e metas impostas pelo governo federal e com incerteza de continuidade. Devido à existência dos programas federais e ao investimento na formatação atual do *Conquista Criança*, o governo municipal diminuiu investimentos em ações que garantiriam direitos de crianças e adolescentes em situação de rua. De acordo com a coordenadora,

todas as instituições governamentais. Cabe notar que, durante o período da pesquisa, a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente se encontrava em uma fase de redefinição de suas funções.

[...] os programas federais vêm com uma política muito fechada, as verbas vêm muito detalhadas de como você pode usar e a dificuldade do município é exatamente essa. [O município] mantém um programa com verba própria, que é o *Conquista Criança*, que atende a 400 crianças e adolescentes e que tem um gasto muito grande, e justifica que não tem verba para poder investir nessa área de educação de rua¹¹⁴.

Não existem, em Vitória da Conquista, programas federais de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, o que amplia os problemas municipais, já que o atendimento principal está centrado nos programas federais. O governo federal ainda não implantou nos municípios um programa que atenda especificamente às crianças em situação de rua e este município também abandonou essa proposta de atendimento. Gestores municipais responsabilizam o *Programa Conquista Criança* por essa atenção, e este, por outro lado, afirma não ter condições de atender a essas crianças e adolescentes em situação de rua.

O *Programa Conquista Criança* surgiu com a finalidade de atender às crianças e adolescentes em situação de rua, porém esse objetivo foi alterado durante os seus dez anos de existência, o que acarretou na desativação da *Unidade de Educação de Rua*.

O rompimento com a educação de rua foi a grande perda, uma das grandes perdas que o *Conquista Criança* teve nesses dez anos. [...] Hoje percebemos que só não estamos numa situação melhor dentro da assistência à criança e ao adolescente por causa dessa “quebra” da educação de rua (Coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente).

¹¹⁴ Entrevista com a coordenadora de Assistência à Criança e ao Adolescente do município de Vitória da Conquista, realizada no dia 10 de setembro de 2007.

A Coordenação afirma que há interesse em montar-se uma nova *Unidade de Educação de Rua*, com parâmetros diferentes, mas isso só acontecerá por meio de uma possível emenda parlamentar do ex-prefeito (agora deputado federal) Guilherme Menezes de Andrade. O trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua “é uma política que foi quebrada no município há um tempo atrás, há anos atrás, e precisa ser resgatada”. Conforme a coordenadora, existe uma discussão de como será a nova formatação da *Unidade de Educação de Rua*. Pensa-se em criar uma Unidade que esteja articulada não só com a SEMDES, mas também, com as demais Secretarias que prestem atendimento a crianças e adolescentes, principalmente à de Saúde (SMS), devido à carência de atendimento médico, e à de Educação (SMED), devido à exclusão deste público. Todavia, tais projetos ainda se encontram em discussão e sem data para serem efetivados, pois ainda estão condicionados ao possível recurso de emenda parlamentar.

Com essa afirmação, percebemos que o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua não foi interrompido por problemas financeiros da gestão municipal e sim por concepções de prioridade. Podemos concluir que as mudanças na forma de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Vitória da Conquista, durante as três gestões do PT, têm a ver com a prioridade de execução das ações. Assim, por opções de Governo, o que era prioridade, ou prioridade absoluta, como tem que ser o atendimento às crianças e adolescentes, passou a ser secundarizado da primeira para a terceira gestão do Partido dos Trabalhadores.

Considerações Finais

Esta dissertação buscou analisar o cotidiano e as trajetórias das crianças e adolescentes em situação de rua, bem como os programas e projetos sociais implementados no município de Vitória da Conquista, no período correspondente aos três mandatos do governo municipal sob a liderança do Partido dos Trabalhadores – PT, 1997 a 2007.

Os quatro capítulos deste trabalho objetivaram analisar e interpretar a realidade nacional no que diz respeito ao tema pesquisado, apontando os problemas sociais vivenciados pelo Brasil e, posteriormente, inserindo o município de Vitória da Conquista neste contexto. Tendo como base os estudos dos autores destacados, principalmente no primeiro capítulo, nota-se que o quadro da política nacional, cada vez mais agrava os problemas sociais, afetando diretamente o cotidiano da população de baixa renda. Tais problemas refletem-se claramente no cotidiano da cidade de Vitória da Conquista, devido à sua localização geográfica e suas características econômicas, políticas e sociais.

Percebeu-se ainda, no decorrer da pesquisa, que o Brasil passou, da década de 1920 à de 1980, por um processo de transformações relacionadas ao atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco, os chamados “menores”. Essas transformações, decorrentes dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, que, teoricamente, justificavam-se por oferecerem melhoria na qualidade de vida dos “menores”, na prática, apenas os retiravam das ruas e os “trancfiavam” em instituições, submetendo-os a situações dolorosas, justificadas pela educação por meio do “trabalho e do castigo”.

Essa situação só se modificou ao final da década de 1980, quando o país passou por um processo de “redemocratização”, em que a sociedade civil se mobilizou na defesa

da garantia e da igualdade de direitos. Com base nessa mobilização, emergiu a Constituição Brasileira de 1988, cujo artigo 227, compreendia todas as crianças e adolescentes sem quaisquer distinções. Foi a partir desse artigo que se originou, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, considerado como uma das mais modernas leis direcionadas à questão da criança e do adolescente, servindo de referência para vários países do mundo, pois considerava crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, independente de sua condição social.

Cabe ressaltar que, mesmo com a implementação do ECA, a prática de estratégias de sobrevivência continuam freqüentes, impulsionando, a cada dia, a ida de crianças e adolescentes às ruas, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo atividades variadas. Essas práticas presentes nos espaços públicos urbanos, tornaram-se freqüentes desde que os princípios capitalistas neoliberais, que orientam a política econômica brasileira, impulsionaram o aumento da pobreza do povo brasileiro, aprofundando as desigualdades sociais.

No cotidiano de crianças e adolescentes pobres, observou-se o encolhimento de seus direitos, característico à “era da indeterminação” descrita por Francisco de Oliveira (2003b). Trata-se de um poder manifesto tanto pela violência quanto pelas políticas compensatórias. As crianças e adolescentes, por sua vez, colocam em prática seu poder de resiliência¹¹⁵, criando novas estratégias de sobrevivência e de resistências às políticas governamentais.

As mudanças que ocorreram no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, também afetaram o município de Vitória da Conquista. No entanto, somente a partir da

¹¹⁵ Segundo Vanistendael (1999: 06), “Resiliência é a capacidade de uma pessoa fazer bem as coisas, apesar das condições adversas da vida”.

primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (1997-2000), é que foram realmente efetivados alguns programas e projetos de proteção e garantia de direitos da população infanto-juvenil. O município inicia a criação de uma grande rede de defesa composta pelo *Programa Conquista Criança*, *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI*, *Programa Sentinela*, entre outros, mobilizando instituições e entidades voltadas para esse segmento.

A principal ação governamental de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua do município, a *Unidade de Educação de Rua*, surgiu em 1999, ligada ao *Programa Conquista Criança*. Devido à sua metodologia de trabalho, caracterizou-se como um projeto que visava a alcançar resultados a médio e longo prazo. No entanto, apesar dos resultados positivos, a *Unidade* passou a enfrentar dificuldades, principalmente tendo em vista que o poder municipal almejava resultados a curto prazo. Tais dificuldades tornaram impossível a realização do trabalho de educação de rua, e o projeto sofre sua primeira desativação no ano de 2001.

No entanto, mesmo com os bons resultados alcançados pelo município no que se refere a outros programas de garantia de direitos das crianças e adolescentes, notou-se a emergência de diversos problemas durante o segundo mandato do PT (2001-2004), devido ao aumento crescente de crianças e adolescentes em situação de rua. Diante dessa realidade, o governo municipal reiniciou, em 2003, os trabalhos da *Unidade de Educação de Rua*, por acreditar que esta população infanto-juvenil, em situação de rua, deveria ter acesso aos direitos inerentes à sua faixa etária, demandando uma metodologia de trabalho negadora da caridade e da violência, através de uma ação diferenciada dos demais órgãos de garantia de direitos.

Entretanto, além de funcionar de forma precária, sem recursos e com número reduzido de educadores, a Unidade deparou-se com instituições de ação educativa complementar que não conseguiam atender, em suas atividades, às crianças e adolescentes em situação de rua. Desse modo, a *Educação de Rua* foi novamente desativada em 2005, durante a terceira gestão, ainda em curso, do PT (2005-2008). Com a desativação, visivelmente considerada inapropriada para o projeto do governo, nenhuma outra ação a substituiu, ficando o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua a cargo das já existentes.

Cabe ressaltar que as instituições existentes na cidade não conseguem absorver os jovens em situação de rua em suas atividades, pois pretendem submetê-los ao cumprimento de horários e normas com as quais elas ainda não estão familiarizados, e por não oferecerem também atrativos maiores que os da rua. Dessa forma, evidencia-se que retirar energicamente uma criança ou um adolescente da rua como um ato de caridade, e esperar que se adaptem às normas rígidas, mantendo-os até quatro horas “presos entre quatro paredes”, é algo quase impossível, considerando-se as relações que eles mantêm na rua. O cotidiano da rua exerce grande influência na vida dessas crianças e adolescentes, o que faz com que, muitas famílias pobres da periferia, não consigam mantê-los em seus bairros. Estes não oferecem espaços de lazer adequados, ou qualquer outro atrativo. Tampouco encontram apoio em suas casas, em decorrência de diversos casos de violência familiar e consumo de drogas por parte dos familiares. Na rua, consegue-se dinheiro fácil, comida farta, sexo, drogas e uma liberdade por eles privilegiada. Assim, torna-se quase impossível para uma criança ou adolescente em situação de rua, que criou fortes vínculos naquele espaço, adaptar-se às normas institucionais, às escolares ou à rotina do seu bairro, mesmo que estas apresentem alguns atrativos. Nem mesmo as bolsas pagas pelo Governo e

utilizadas como instrumentos de manutenção da pobreza conseguem superar o que se obtém na rua.

A partir das análises das ações governamentais, percebeu-se que o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, após 17 anos de implantação do ECA, ainda configura-se como um plano para o futuro e sem previsão de início. Enquanto isso, o abandono das crianças e adolescentes torna-se norma municipal. Cabe aqui destacar Graciane (2005: 279), quando afirma, em trabalho que analisa o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo, que as

[...] crianças vivendo nas ruas são a manifestação mais explícita de incompetência da sociedade brasileira em promover o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda, a igualdade de oportunidades, as políticas públicas de direitos humanos.

Importa destacar que Vitória da Conquista é, inegavelmente, uma cidade com um amplo avanço no que se refere à garantia de direitos das crianças e adolescentes, destacando-se como uma das principais, em âmbito nacional. Tais avanços podem ser visualizados principalmente durante as gestões do PT.

A ampla rede de garantia de direitos, formada no município e ligada principalmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, consegue atuar em diversas áreas de proteção e garantia de direitos, além de estabelecer um diálogo contínuo com o poder judiciário. No entanto, de um modo geral, não foi possível detectar, em Vitória da Conquista, uma política pública eficaz de atendimento às crianças e adolescentes que permanecem “esquecidos” pelas ruas da cidade. Nota-se que este descaso administrativo com relação a estes jovens aconteceu principalmente durante a segunda gestão do PT, permanecendo durante a sua terceira gestão. Esta realidade aponta que a

efetivação das políticas de atenção aos que estão em situação de rua passa, principalmente, pela vontade política dos dirigentes no estabelecimento de prioridades, ou observando aquilo que a legislação estabelece como “prioridade absoluta”.

Segundo os dados coletados junto aos gestores municipais, o poder público tem a intenção de criar uma política pública de atendimento aos jovens em situação de rua, retomando o pensamento iniciado durante a sua primeira gestão. Todavia, suas ações atuais o têm afastado do projeto inicial de 1997. A cada dia, o governo de Vitória da Conquista assimila rapidamente as políticas federais, criando novas estratégias de “administração da pobreza”, no sentido de um paradoxo: a ampliação do número de instituições e de atendimentos revela, gradativamente, a amplitude da pobreza.

No entanto, este é um processo ainda em curso. Importa ressaltar que, através desta pesquisa, foi possível perceber que a situação de rua em que se encontram os jovens conquistenses apresenta-se como um ciclo mantido pela precariedade de políticas públicas concretas e eficazes, sobretudo no enfrentamento dos conflitos de competências entre programas, projetos e ações de diversas instituições e entidades, governamentais ou civis.

Nesta direção, as trilhas abertas por esta pesquisa recolocam novas inquietações que, certamente, pautam um caminho a ser percorrido no necessário aprofundamento das reflexões e estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam (et. al.). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ARANTES, Esther. “A criança e o adolescente: a exclusão da vida social, criminalização e subalternização dos excluídos e oprimidos”. In. BRITO, Leila Maria T (Coord.). *Responsabilidades: ações socioeducativas e políticas públicas para a infância e juventude no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ATAIDE, Yara D. Bandeira. *Joca: um menino de rua*. São Paulo: Loyola, 1996.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da Supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BARROS, Joana da Silva. *Moradores de Rua – Pobreza e trabalho: Interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2004 (mimeo).

BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BAUER, Martin W. “Análise de conteúdo clássica: uma revisão”. In BAUER Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIERRENBACH, Maria Inês Rocha Souza. *Política e planejamento social*. São Paulo: Cortez, 1987.

BLASS, Leila. “A formação multicultural do trabalhador assalariado brasileiro: o invisível pertinente”. In. SILVA, Ana Amélia e CHAIA, Miguel (Orgs). *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos*. São Paulo: Educ, 2004a.

BLASS, Leila. “Nas interfaces do trabalho, emprego e lazer”. *Caderno CRH 41*. Salvador, maio/agosto, 2004b.

BLASS, Leila. *Ato de trabalhar: Imagens e representações*. São Paulo: AnaBlume, 2006.

BLASS, Leila. “Juventude e Trabalho” In. COSTA, Márcia Regina da; SILVA, Elizabeth Murielho (Orgs.). *Sociabilidade juvenil e cultura urbana*. São Paulo: EDUC, 2006.

BONAMIGO, Luciene de Resende. *O trabalho e a construção da identidade: um estudo sobre meninos trabalhadores na rua*. Porto Alegre: CPG Psicologia UFRGS, v.9, 1996.

CAMARGO, Aspásia. “Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas”. In *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 27, nº 01. Editora Casipus, 1984.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche et al (Org.). *Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas*. Brasília: Plano, 2004.

CARVALHO, Inaiá Moreira de; MAIA, Sylvia Maria Reis (Orgs.). *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: Trajetórias e Benefícios no Estado da Bahia*. Estudos e Pesquisas Série 1. Salvador: Editora UFBA, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas. “Pesquisa qualitativa nos estudos de religião no Brasil”. In SOUZA, Beatriz Muniz de; GOUVEIA, Eliane Hojaij; JARDILINO, José Rubens Lima (Org.). *Sociologia da religião no Brasil: revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa*. São Paulo: PUC-SP/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião, 1998.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. *Aventura Pedagógica: Caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999.

CRAIDY, Carmem Maria. *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CRUZ, G. O; SZPUNBERG, A. *Brasil, o Livro dos 500 Anos*. Buenos Aires – Argentina: Perfil, 1996.

DREXEL, John; IANNONE, Leila Rentroia. *Criança e miséria: vida ou morte?* Coleção Polêmica 10ª. Ed. São Paulo: Moderna, 1994.

FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição revisada e atualizada. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Rosa Maria Fisher. *Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Comissão Justiça e PAZ/CEDEC, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Trabalho Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses teóricos e práticos”. In GOMEZ, C. M. et al. *Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Educação e Formação Humana: Ajuste Neoconservador e Alternativa Demográfica”. In GENTILLI, P. A. A.; SILVA T. T. S. (Orgs.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. 6ª. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GOMES Carlos Minayo. “Processo de trabalho e processo de conhecimento”. In: GOMES, Carlos Minayo et al. *Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.

GRACIANI, Maria Stela S. *Pedagogia Social de Rua*. 5ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de Meninos nas Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. “Internados – Os desafios do Estado Padrasto”. In MARTINS, José de Souza (Coord.). *O Massacre dos Inocentes: A criança se infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

LEITE, Lígia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPUB, 1998.

LEITE, Lígia Costa. *Meninos de Rua: a infância excluída no Brasil*. São Paulo: Atual, 2001.

MARCILIO, Maria Luiza. “A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950”. In FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da infância no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2ª ed. São Pulo: Hucitec, 2006.

MARQUES, Eduardo. “A multidimensionalidade da pobreza e da violência”. In *Revista Sexta Feira – Periferias*. v. 8. São Paulo: Ed. 34, 2006.

MARX, Karl. *O Capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/HildeteGeneroPobrezaBrasil.pdf>. Acesso em 08/01/2008.

MESERANI, Samir Curi. “Volência: o que é e como estudar”. In. MASERANI, Samir Curi; MARIANO, Ana Salles. *Para uma visão reflexiva da violência*. São Paulo: EDUC, 2001.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

OLIVEIRA, Francisco de. *O que é formação para cidadania?*- Entrevista com Chico de Oliveira, por Silvio Caccia Bava. Entrevista realizada em dezembro de 1999. Publicada no http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=87 em: 02/08/2000b. Acesso em 01/03/2007.

OLIVEIRA, Francisco de. “O trabalho abstrato e as novas formas de conflito” (entrevista). In LOUREIRO, Isabel et al. *O espírito de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C (Orgs). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Unimep, 2003b.

PASSETTI, Edson. *O que é Menor*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PASSETTI, Edson. “Crianças carentes e políticas públicas”. In DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da moeda, 1993.

PAIS, José Machado. *Ganchos Tachos e Biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2003a.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003b.

PAIS, José Machado. “Buscas de si: expressividades e identidades juvenis”. In ALMEIDA, Maria, I. M; EUGENIO, Fernanda. *Culturas Juvenis: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In *Revistas de Estudos Históricos*. São Paulo: Vértice, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Técnica de gravador e registro da informação viva”. In *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAMOS, Heleonora; BARBOSA, Hélia. *Nós e o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Salvador: A Folha, 1999.

RIZZINI, Irene (Coord.). *Acolhendo crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene. *Deserdados da sociedade: os “meninos de rua” da América Latina*. São Paulo: Rio de Janeiro: USU, 1995.

RIZZINI, Irmã. “Pequenos trabalhadores do Brasil”. In DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RODRIGUES, André da Rocha. *A infância esquecida: Salvador 1900-1940*. Salvador: EDUFBA, 2003.

RODRIGUES, Luzania Barreto. *De pivetes e meninos de rua: Um estudo sobre o Projeto Axé e os significados da infância*. Salvador: EDUFBA, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Estimativas de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, nº 91, 1994.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. *Violência no Sertão da Ressaca – a negação dos direitos da população infanto-juvenil em Vitória da Conquista, Bahia (1997-2005)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2007 (mimeo).

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. “Criança e criminalidade no início do século”. In DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SAVIANI, Demerval. “O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias”, in FERRETTI, Celso João; ZIBAS, M. L.; MADEIRA, Feliciar; FRANCO; Maria Laura P. B. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar*. 4ª. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes. 1998. p. 147 – 164.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SODRÊ, Liana Gonçalves Pontes. “Criança: A determinação histórica de um cidadão excluído”. In *Educação e contemporaneidade: Inclusão/exclusão social e educação*. Revista da FAEBA / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v.1, n.1 (jan./jun., 1992) – salvador: UNEB, 1992.

SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista – Bahia: Brasil artes gráficas, 1992.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal o que são?* 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006a.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006b.

TELLES, Vera da Silva. “Itinerários da pobreza e da violência”. In. *Revista Sexta Feira – periferia*. v. 8. São Paulo: Ed. 34, 2006c.

TELLES, Vera da Silva. “Trabalho, Cidade e os Elos Perdidos da Política”. In. RIZEK, Cibele Saliba e ROMÃO, Wagner de Melo (Orgs). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006d.

VAINFAS, Ronaldo. *Tópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VANISTENDAEL, Stefen. *Resiliência: como crescer superando os percalços*. São Paulo: INDICA, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas-SP: Papyrus: 1999.

ZALUAR, Alba. “Crime, medo e política”. In. ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de Favela*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Unicamp / Escuta, 1994.

LEIS

CONSTITUIÇÃO DE 1988: *Texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 1996.

LEI FEDERAL nº 17.343/A, *Código de Menores*, de 12 de outubro de 1927.

LEI FEDERAL nº 8.069, *Estatuto da Criança e do Adolescente*, de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990.

RELATÓRIOS

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA. Vitória da Conquista, 2000. Mimeo.

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA. Vitória da Conquista, 2001. Mimeo.

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA. Vitória da Conquista, 2002. Mimeo.

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA. Vitória da Conquista, 2003. Mimeo.

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA. Vitória da Conquista, 2004. Mimeo.

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA. Vitória da Conquista, 2005. Mimeo.

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI. Vitória da Conquista, 2006. Mimeo.

JORNAIS

Jornal Conquista Cidadã. Vitória da Conquista. Edição do mês fevereiro de 2007

Jornal de Conquista, Vitória da Conquista. Edição de 25 de julho de 1970.

Jornal de Conquista, Vitória da Conquista. Edição de 05 de dezembro de 1970.

Jornal Em questão, Editado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Nº 543 - Brasília, 5 de setembro de 2007.

Jornal Hoje, Vitória da Conquista. Edição de 23 de novembro de 1994.

Jornal O Combate, Vitória da Conquista. Edição de 21 de julho de 1949.

Jornal O Combate, Vitória da Conquista. Edição de 15 de outubro de 1962.

Jornal O Fifó, Vitória da Conquista. Edição de 11 de outubro de 1977.

Jornal O Fifó, Vitória da Conquista. Edição de 09 de novembro de 1977.